



CEG

Anais do IX Congresso de Ensino de Graduação da UFPeI

9ª SIIPE
SEMANA INTEGRADA
UFPEL 2023

EXTENSÃO



SUMÁRIO

ESTUDO DE DOIS CASOS

CAROLINE GUTKNECHT DÓRO; ALINE NUNES DE MEDEIROS.

15 - 17

RESUMO EXPANDIDO COM BASE NA MONOGRAFIA DE CONCLUSÃO DE CURSO SUPERIOR DE GRADUAÇÃO INTITULADA: A CRUZ DO SANTO OFÍCIO NO NOVO MUNDO: UM ESTUDO ACERCA DO PECADO NEFANDO COM BASE NA VISITAÇÃO À CAPITANIA DA BAHIA (1591-1592) PELO LICENCIADO HEITOR FURTADO DE MENDONÇA

MURILO DE LIMA CHAVES; PAULO CÉSAR POSSAMAI.

18 - 21

MACUNAÍMA E A IDENTIDADE BRASILEIRA

MARIA EDUARDA TAVARES DUTRA; ÉDIO RANIERE DA SILVA.

22 - 25

DESAFIOS ENFRENTADOS POR ALUNOS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA NO ENSINO SUPERIOR: UMA REVISÃO LITERÁRIA

MARIANA ROSSO SCHIMUNECK; MATHEUS RIBEIRO FINETTI; JOÃO VITOR BICALHO MAGALHÃES; ISABEL OLIVEIRA DE OLIVEIRA.

26 - 29

EFEITOS DO JEJUM DE RAMADÃ SOBRE O PESO CORPORAL E PERFIL BIOQUÍMICO: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

JÉSSICA CAMILE STONE MOREIRA; MARIANA PARRON PAIM; CRISTIANI FOLHARINI BORTOLATTO.

30 - 33

A PERCEPÇÃO DE ACADÊMICOS DE MEDICINA DA UFPEL SOBRE A VISITA DOMICILIAR PARA A FORMAÇÃO DE MÉDICA

MARIANA SILVEIRA ALVES; GRACIELA VELARDE ALVAREZ DE OLIVEIRA; GUSTAVO OLIVEIRA ANASTÁCIO SILVA; JÚLIA MARTINS LACERDA; MARIA LAURA VIDAL CARRETT.

34 - 37

SUMÁRIO

IMPORTÂNCIA DA INTERVENÇÃO DA TERAPIA OCUPACIONAL NA ORGANIZAÇÃO DE ROTINA DE ALUNO COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA)

*EDUARDA NACHTIGALL DOS SANTOS; PATRICK GOMES DA SILVA;
RENATA CRISTINA ROCHA DA SILVA; ALINE NUNES DA CUNHA DE MEDEIROS.*

38 - 40

TDHA: UM ENIGMA DE HIPERATIVIDADE MENTAL

*LUCIANO MACHADO KARNOPP; RAFAELA LAJES SOARES; ALINE NUNES
DA CUNHA DE MEDEIROS.*

41 - 44

UM OLHAR SOBRE A BARREIRA COMUNICACIONAL, COMO TORNAR MATERIAIS ACESSÍVEIS

*EDUARDA LAMEGO GUERRA; ESTHER MARIANA NASCIMENTO COSTA;
SARA MARIA SOARES AMARAL NEGRE; ALINE NUNES DA CUNHA DE MEDEIROS.*

45 - 48

ANÁLISE DE POLÍTICAS E CONDIÇÕES DE ACESSIBILIDADE DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA FÍSICA EM 3 UNIVERSIDADES PÚBLICAS NO BRASIL

*LUIZ HENRIQUE GARLET LEAL; CARLA DE CARVALHO TEIXEIRA;
WILISTON FERNANDES ELEUTÉRIO; ALINE NUNES DA CUNHA DE
MEDEIROS.*

49 - 52

VIAGEM DO PET: ARQUITETURA, CONSTRUÇÃO E TECNOLOGIA

ISADORA DORNELES MACIEL; ANDRÉ DE OLIVEIRA TORRES CARRASCO.

53 - 56

LINHAS DE POBREZA MONETÁRIA E AS POPULAÇÕES CONSIDERADAS POBRES NO BRASIL NO ANO DE 2021: UMA ANÁLISE ESTATÍSTICA DOS DADOS

*GABRIELA SILVEIRA ALDRIGHI; RAIANI BARBOSA DA ROCHA; LUCIANA COSTA NUNES;
POLLYANE VIEIRA DA SILVA.*

57 - 60

PASSOS PARA A DIVERSIDADE: DANÇA E SÍNDROME DE DOWN

RACHEL CAMPOS ALBAINI DA SILVA; ALINE NUNES DA CUNHA DE MEDEIROS.

61 - 63

SUMÁRIO

PROJETO DE METODOLOGIA CIENTÍFICA PARA DESENVOLVER UM CHEESECAKE VEGANO: REVISÃO BIBLIOGRÁFICA E VISITA DE CAMPO

LAYSA CRISTINA LUZ CALIXTO JAQUES; TATIANE KUKA VALENTE GANDRA.

64 - 67

DESIGUALDADE DE GÊNERO E RAÇA NOS TRANSPLANTES: UMA REVISÃO DE LITERATURA

CAROLINA CAMARGO SILVA; DANIELLE REGINA PIMENTEL; DENISE
CARRICONDE MARQUES.

68 - 71

O ENSINO DE ODONTOGERIATRIA NO RIO GRANDE DO SUL: UMA ANÁLISE DOS CURRÍCULOS DOS CURSOS DE ODONTOLOGIA

ROBSON RODRIGUES DA SILVA JÚNIOR; NATHALIA MACHADO LINS BRUM;
YASMIN PENELUC ROCHA; VITOR GABRIEL DA SILVA; EDUARDO DICKIE DE
CASTILHOS; HELENA PEREIRA RODRIGUES DA SILVA.

72 - 75

TÉCNICO DE ENFERMAGEM NO CUIDADO PALIATIVO REVISÃO DE LITERATURA

ALINE LUARA DANDA SAMPAIO; AURÉLIA DANDA SAMPAIO;
HEDI CRECENCIA HECKLER DE SIQUEIRA.

76 - 79

EPIFANIA ATRAVÉS DA GEOGRAFIA FEMINISTA

BRUNA RODRIGUES DA SILVA; THEO SOARES DE LIMA.

80 - 83

O PAPEL DA SEÇÃO DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL NO NÚCLEO DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO: CONTRIBUIÇÃO NO ACESSO E PERMANÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR

CÉSAR VINÍCIUS CAVALHEIRO SCHWARTZ; ALINE NUNES DA CUNHA DE
MEDEIROS; MORGANA DA SILVA; PÂMELA RENATA MACHADO ARAÚJO;
RENATA CRISTINA ROCHA DA SILVA; VAGNER NUBIAS DE MEDEIROS.

84 - 86

SUMÁRIO

ANÁLISE QUANTITATIVA DOS CURSOS DE ENGENHARIA HÍDRICA DO BRASIL

MAISA RIBEIRO DA CRUZ; ALEXIA DA CUNHA BROSE; RONYTTA DOS SANTOS RIBEIRO; LEONARDO CONTREIRA PEREIRA.

87 - 90

RELATO DE EXPERIÊNCIA DE TUTORIA NOS CURSOS DE LETRAS: O QUE APRENDI SOBRE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO

EDIANE PEREIRA DA CUNHA; ALINE NUNES DA CUNHA DE MEDEIROS.

91 - 93

GURIAS DA COMP: A PERMANÊNCIA DE MULHERES EM CURSOS DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA E ENGENHARIA

MARIA JULIA LORENZONI; KATHE BESERRA; LOUISE QUEIROZ BEZERRA; LAURA QUEVEDO JURGINA; LEOMAR SOARES DA ROSA.

94 - 97

OFICINAS DE SENSIBILIZAÇÃO PARA ALUNOS DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS SOBRE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO

MARIA LÚCIA BRETANHA; RITA DE CÁSSIA CÓSSIO RODRIGUEZ.

98 - 101

A MONSTRUOSIDADE DA DIFERENÇA: UMA ANÁLISE SOBRE A RELAÇÃO ENTRE VILANIA E AS ATIPICIDADES NA LITERATURA DE HORROR

ANA CAROLINA BONI PIRES; GUSTAVO HENRIQUE RÜCKERT.

102 - 105

COLOCANDO EM PRÁTICA O APRENDIZADO 2023

RAFAELA ARAUJO RAUBER; MARCELO LEMOS ROSSI.

106 - 108

HANDS-ON NA ODONTOLOGIA: UMA ABORDAGEM DE APRENDIZAGEMATIVA NO PROJETO DE EXTENSÃO CETAT (FO-UFPEL)

HENRIQUE FREITAS JALIL; BRUNA RODRIGUES RIBEIRO; ANTHONY MARCOWICH ROCHA; LUCIANE GEANINI PENA DOS SANTOS; KAUÊ FARIAS COLLARES; CRISTINA BRAGA XAVIER.

109 - 112

SUMÁRIO

ABORDAGENS PARA O ENSINO DE FÍSICA A ESTUDANTES COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA)

ALMIR DA SILVA OLIVEIRA; LUIZ FERNANDO MACKEDANZ.

113 - 116

A FENADOCE E O DOCE PELOTENSE ENQUANTO MANIFESTAÇÃO CULTURAL TRADICIONAL DO/NO SUL DO BRASIL

LAÍS BRAGA COSTA; YURI MATEUS GODOY BRUTTI; SIÚZA MONTEIRO GUEDES; ELIÉZER MONTES RODRIGUES; THIAGO SILVA DE AMORIM JESUS.

117 - 120

PESSOAS NEGRAS EM POSIÇÃO DE LIDERANÇA: UM DEBATE SOBRE A DESIGUALDADE RACIAL

THAYNÁ SILVA DE OLIVEIRA; FRANCINE PINTO DA SILVA JOSEPH.

121 - 124

ESTUDO DE DOIS CASOS

CAROLINE GUTKNECHT DÓRO¹; ALINE NUNES DE MEDEIROS²

¹Universidade Federal de Pelotas¹ – carolinegutknecht25@gmail.com 1

²Universidade Federal de Pelotas — aline.medeiros@ufpel.edu.br

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho visa apresentar e detalhar como algumas alterações advindas do Acidente Vascular Cerebral (AVC) e do Transtorno de Neurodesenvolvimento, Transtorno do Espectro Autista (TEA), exigem a necessidade de novas adaptações no cotidiano do sujeito. Conforme o Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais — DSM-5, o TEA caracteriza-se por ser um transtorno do neurodesenvolvimento caracterizado por dificuldades de interação social, comunicação e comportamentos repetitivos e restritos, não sendo uma deficiência intelectual, sensorial ou motora. É fundamental intervir precocemente para serem minimizados os prejuízos significativos no funcionamento social, profissional e em outras áreas da vida da pessoa com autismo. Nessa senda, ressalta-se que há níveis de gravidade do autismo, indo do 1 (nível leve) ao 3 (nível severo). Em relação ao Acidente Vascular Cerebral temos que o mesmo pode ser provocado por diferentes fatores, dependendo do tipo (isquêmico ou hemorrágico). Muitas são as doenças que causam alterações no sistema neurológico humano, algumas com situações irreversíveis e, outras, com elevado grau de sucesso de reabilitação e recuperação nas funções, todavia, é indispensável um tratamento adequado o mais breve possível. O acesso por meio de terapias, fisioterapia, fonoaudiologia, estimulação precoce, medicamentos e profissionais da saúde são cruciais para a recuperação do paciente. Segundo a UFRGS (2016) o Acidente Vascular Cerebral (AVC) provoca sequelas permanentes nos pacientes, acarretando uma necessidade de adaptação de todas as famílias, gerando gastos em saúde e um cuidado constante. Pode-se considerar ainda que o AVC compartilha os mesmos fatores considerados de risco das doenças cardiovasculares, sendo elas: tabagismo, diabetes, hipertensão arterial, obesidade e sedentarismo (UFRGS, 2016). Tendo em vista essas informações, esta pesquisa visa compreender de forma mais aprofundada as mudanças e as intervenções necessárias para sujeitos que sofreram AVC ou foram diagnosticados com o autismo.

2. METODOLOGIA

Esta pesquisa se caracteriza como do tipo qualitativo-descritiva, por descrever a complexidade de um determinado problema. De acordo com Gil (2008), a pesquisa descritiva tem como função descrever as características de determinadas populações ou fenômenos. E uma das peculiaridades está na utilização de técnicas padronizadas de coletas de dados, tais como, questionários

e a observação sistemática. Neste trabalho, o método de pesquisa utilizado foi o estudo de caso. Segundo Gil (2008), o estudo de caso é geralmente organizado em torno de um pequeno número de questões que se referem ao como e ao porquê da investigação. O ensaio teórico desenvolvido nesta investigação faz parte da rotina experienciada pelos tutores do projeto desenvolvido pelo Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (NAI), que dentre as ações contempla a tutoria para alunos atendidos pelo núcleo. A finalidade é de acompanhar o público prioritário do NAI no desenvolvimento quanto à aprendizagem, reduzindo também as barreiras comunicacionais, buscando minimizar a evasão desses sujeitos em seus respectivos cursos e garantir um apoio no que tange às demandas acadêmicas. Para a entrevista foram escolhidas duas alunas que fazem parte do projeto desenvolvido pelo NAI.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Abaixo apresentamos um quadro com os dados preliminares de duas acadêmicas. Reforçamos que estabelecemos como critério a presente codificação: acadêmica A e acadêmica B.

Quadro 1 – Dados gerais das acadêmicas

Acadêmica A - AVC (2021) Idade 65 anos, mulher, necessitou de fisioterapia por mais de 6 meses para conquistar maior independência motora. Teve um AVC Isquêmico e apresentou perda de força muscular esquelética.
--

Acadêmica B - Autismo Idade 21 anos, mulher, realiza tratamento com terapias, administrando os remédios para o Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade. Faz uso contínuo de ritalina e melatonina, e de remédio para a ansiedade.

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados fornecidos pelas estudantes.

Nota-se que nos dois quadros apresentados pelas acadêmicas há a necessidade de realização de terapias, uso de medicamentos e fisioterapias para voltarem a ter uma vida mais independente e controlar as sequelas do AVC e os prejuízos atinentes ao TEA.

4. CONCLUSÕES

Nota-se que essas especificidades acometidas pelo AVC e pelo Autismo, repercutem no sistema neurológico, e, com o acompanhamento adequado, por profissionais habilitados, as estudantes têm conseguido manter uma rotina acadêmica, melhorar a autonomia e a independência, beneficiando também na participação social nas atividades diárias, garantindo uma vida mais plena. O acompanhamento com fisioterapias, profissionais da saúde e uso de medicamentos, tem propiciado bons resultados, servindo como inspiração para

outras pessoas que estejam passando pelos mesmos medos e inseguranças que um dia já foram enfrentados pelas acadêmicas A e B.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6 º ed. São Paulo: Atlas, 2008.

SECRETARIA DA SAÚDE. **Transtorno do Espectro Autista (TEA)**. Paraná, 2020. Disponível em:
<https://www.saude.pr.gov.br/Pagina/Transtorno-do-Espectro-Autista-TEA#:~:text=O%20transtorno%20do%20espectro%20autista,repertório%20restrito%20de%20interesses%20e>. Acesso em: 10 jun. 2023.

UFRGS. **Resumo Clínico — AVC**. Porto Alegre : UFRGS, 2016. Disponível em:
https://www.ufrgs.br/telessaunders/documentos/protocolos_resumos/neurologia_resumo_avc_TSRS.pdf. Acesso em: 10 jun. 2023.

**RESUMO EXPANDIDO COM BASE NA MONOGRAFIA DE CONCLUSÃO DE
CURSO SUPERIOR DE GRADUAÇÃO INTITULADA:
A CRUZ DO SANTO OFÍCIO NO NOVO MUNDO: UM ESTUDO ACERCA DO
PECADO NEFANDO COM BASE NA VISITAÇÃO À CAPITANIA DA BAHIA
(1591-1592) PELO LICENCIADO HEITOR FURTADO DE MENDONÇA**

MURILO DE LIMA CHAVES¹; PAULO CÉSAR POSSAMAI²

*¹Instituto de Ciências Humanas - Curso superior de Licenciatura em
História (UFPEL)
murilochaves3001@gmail.com*

*²Prof. Dr. na Universidade Federal de Pelotas (UFPEL)
paulocpossamai@gmail.com*

Introdução

A homossexualidade é uma característica presente na sociedade desde a Antiguidade, tendo na parte ocidental do globo sido enquadrada em um viés pedagógico bem como parte constituinte do rito de passagem entre os jovens, através da prática pederástica presente nas sociedades Greco-Romanas.

A relação homossexual se introduz em um relato que representa a transformação de um jovem em adulto através da execução de uma façanha heróica. Frequentemente, graças à morte, explícita ou implicitamente seguida da ressurreição de um novo indivíduo, destinado a substituir o adolescente, ausente na classe dos adultos (CANTARELLA, 1991, p. 21).

É em meio às disputas de poder protagonizadas na idade histórica supracitada que opuseram o imperador romano Constantino de um lado e do outro atores como Maximínio, Maxêncio Licínio que o cristianismo deixa a posição marginal que ocupava e com a consolidação da vitória do primeiro passa a figurar (em decorrência do depósito de crédito na fé, mas também por necessidades políticas) como a nova religião oficial, incorporada pelo Estado.

A partir daí a Igreja inicia seu processo de expansão, e consolidação (mesmo diante do fim do Império Romano) atingindo o ápice de seu poder durante o período medieval.

A historiografia traz como marco o ano de 1183, com a finalidade de combater os cátaros (dissidência religiosa), na França, estabelecendo o chamado Tribunal do Santo Ofício, contudo sua expansão só se dá em 1536 a partir do reino de Portugal dando início às práticas inquisitoriais.

As normas a respeito das prostitutas e dos homossexuais foram elementos óbvios desse programa. Os hereges que tinham com muita frequência pontos de vista muito diferentes dos da Igreja sobre assuntos sexuais (*status* mais elevado para as mulheres, o desinteresse pelo casamento na igreja, a rejeição da procriação) eram sistematicamente acusados pela Igreja de

praticarem orgias e sodomia (RICHARDS, 1990, p. 25).

O tribunal estendeu-se por diferentes localidades na Europa (trabalhando ativamente na península ibérica), chegando a estabelecer uma sede em uma colônia, a de Goa, na Índia.

A ausência de tal ferramenta, contudo, não se traduziu em um impeditivo para que sua presença fosse sentida nos territórios ultramarinos, o que se configurou no processo das visitas inquisitoriais por parte dos chamados licenciados, caso do Brasil, que à época sendo colônia vivenciou tal experiência por quatro vezes.

Apesar de ter perdido força ao longo dos séculos a inquisição católica só foi extinta oficialmente no ano de 1821 tendo imprimido contudo a normatização do viés moral católico em diferentes sociedades bem como contribuído para a consolidação da fé cristã.

A presente pesquisa busca, nesse sentido, compreender a mudança no entendimento do que tange ao homoerotismo por parte das sociedades ocidentais, bem como através da análise de suas fontes primárias (utilizando parte das confissões da primeira visitação em solo brasileiro), assim como compreender a relação entre o alto índice de adesão ao catolicismo no Brasil e sua posição líder na ocorrência de crimes de ódio vinculados ao assassinato de pessoas pertencentes à população LGBTQIAPN+.

A prática inquisitorial adaptada à realidade tropical

O século XV se apresentou acompanhado de uma série de dificuldades para o clero. A reforma protestante, protagonizada por Martinho Lutero, teve seu início em 1517, seguida pelo rompimento da Inglaterra com o Vaticano em 1534 e a reforma Calvinista em 1536, movimentos que abalaram a homogeneidade da Igreja Católica nas estruturas de poder.

A resposta não tardou, e se traduziu no movimento conhecido como *Contra Reforma*, iniciado em 1545, alguns anos após a descoberta do chamado *Novo Mundo* que atendia as necessidades expansionistas da coroa bem como da demanda religiosa pela expansão de sua influência e poder. O ideário de que os ameríndios não possuíam cultura, alma ou consciência sustentava a ideia primaz do cristianismo: a salvação das almas.

Nesse sentido, em 1591, por designação do tribunal sediado na metrópole, desembarca na capitania da Bahia o licenciado Heitor Furtado de Mendonça, a fim de averiguar se a conduta dos colonos estava de acordo com os ditames da fé.

Mendonça, buscou seguir os ritos preconizados em Lisboa e afins mantendo a ritualística e respeitando a normativa dos prazos estabelecidos para confissões de crimes, momento em que os mesmos poderiam ser perdoados e seus confessores absolvidos dos processos.

Nas relações sodomitas inter-raciais encontramos todo um *continuum* de interações, ora os brancos exercendo seu poder, ora “os de cor” encontrando mil artifícios, para serem eles os donos do poder ao menos neste micro universo

didático ditado pelo homoerotismo
(MOTT, 1985, p. 109).

Dentre as confissões e denúncias voluntárias, destacamos três justamente pelas semelhanças imprimidas, enquadrando-se no entendimento trazido pela citação acima:

- Mateus Duarte, de 50 anos, forro, segundo os registros: *“Há um ano e meio esteve preso na cadeia de Salvador, acusado de ter cometido o pecado nefando da sodomia, segundo é público, o qual dizem que cometeu para o dito pecado a um moço branco de 17 anos e que o dito moço não consentiu e gritou. O mulato encontrava-se foragido da cadeia”*.
- Pero Garcia, de 42 anos, um homem casado, morador do recôncavo baiano, confessou ter tido 4 parceiros (2 mulatos forros, moradores da casa) e 8 escravos, sendo o último um mulato cativo de 6 para 7 anos.
- Gaspar Rois, de 30 anos, atuava como feitor de engenho, em Pirajá, nos arredores de Salvador: *“Foi acusado de pecar algumas vezes no nefando com Matias, 25 anos, negro da Guiné, seu escravo, atando-o e constrangendo-o e por amor disso o negro fugira para a casa de Manoel de Miranda onde disse que o dito feitor o constrangia a pecar o dito nefando”*.
- Felipe Thomaz, cristão novo de origem lusa, advogado e casado: *“Que cometera o seu escravo mulato Francisco para o pecado nefando de sodomia e que por isso lhe fugira para a fazenda de Antonio Carlos de Ramos. E soube mais que o denunciado o mandava estar sem camisa e sem calças quando lhe escrevia de noite”*.

Considerações finais

Através desta pesquisa foi possível identificar em que momento exato o homoerotismo deixou o viés pedagógico e passou a figurar na prática pecaminosa e ocorrência de crime passível de perseguição e punição.

Ao delimitar seu recorte temporal, regional e de gênero (a primeira visita não restringiu-se apenas à capitania baiana e a prática sodomita não se dava apenas entre homens) pode-se constatar alguns elementos:

- Todos os casos supracitados transcorreram sob violência sexual, elemento ignorado tanto pelo poder régio (equiparamente as instâncias civis na contemporaneidade) como pelo poder clerical, tendo seu desenrolar baseado unicamente no fato de tratarem-se de práticas da ocorrência do ato sexual entre pessoas do mesmo gênero.
- Dois dos casos destacados se deram com pessoas negras na posição de vítima sem que houvesse nenhum tipo de reparação, tendo os réus escapado de quaisquer penalidades.
- O tribunal do Santo Ofício deixou de existir há pouco mais de duzentos, contudo a igreja católica consagrou-se entre uma das três

maiores religiões em número de adeptos do globo, de acordo com um levantamento conduzido pela *Pew Research Center* no ano de 2013.

- Mesmo diante do avanço de direitos por parte da população LGBTQIAPN+ e a conquista de alguns direitos em solo brasileiro, a maior população católica do mundo, segundo o censo de 2013, é onde concentra-se o maior número de assassinatos dessa população, ocorrendo uma morte a cada 29 horas, de acordo com dados do *Grupo Gay da Bahia* e da *Aliança Nacional LGBT*, indicados através de um levantamento realizado no ano de 2021. Por sua vez o Brasil é líder no consumo de pornografia com cunho transexual no mundo, o que demonstra que os séculos de perseguição e apesar do afrouxamento por parte da igreja, sua persistente condenação ao amor homoerótico transmuta-se no ceifamento de vidas cotidianamente.

Referências Bibliográficas

- CANTARELLA, Eva. **Segun Natura, la bissexualidad en el mundo antiguo**. Madrid. Editora Riuniti, 1991, p. 18-21.
- MOTT, Luiz R. de B. **Relações raciais entre homossexuais no Brasil Colônia***. 1985, p. 109.
- RICHARDS, Jeffrey. **Sexo, Desvio e Danação - As minorias na Idade Média**. Média, Rio de Janeiro Editor Zahar, 1993, p. 13-152.
- PRADO, Paulo. **Série Eduardo Prado Para Melhor se Conhecer o Brasil - Primeira Visitação do Santo Ofício às parte do Brasil pelo Licenciado Heitor Furtado de Mendonça. Confissões da Bahia 1591-92**. São Paulo. Editor Paulo Prado. 1922, p. 23 - 200.

MACUNAÍMA E A IDENTIDADE BRASILEIRA

MARIA EDUARDA TAVARES DUTRA¹; ÉDIO RANIERE DA SILVA²

¹Universidade Federal de Pelotas– mariatavaresdutra@gmail.com

² Universidade Federal de Pelotas– edioraniere@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

Em 1928, Mário de Andrade publicou "Macunaíma: o herói sem nenhum caráter", um livro que apresenta um anti-herói desonesto, hipersexualizado e preguiçoso. O protagonista, negro, percorre o Brasil em desventuras com seus irmãos Jiguê e Manaape. O filme "Macunaíma" (1969), dirigido por Joaquim Pedro de Andrade, popularizou a história ao trazer a estética revolucionária, linguagem subversiva e representação visual à obra.

Macunaíma coloca em questão a narrativa romântica, característica da geração anterior, onde milhares de processos de subjetivação foram reduzidos e idealizados em torno do conceito de Identidade Brasileira. A violência deste conceito, que chega aos dias de hoje em pleno funcionamento, opera em boa medida a partir de uma representação dos povos indígenas e negros como "os outros", "os selvagens", "os primitivos".

O nome Macunaíma remonta a um mito ancestral das tribos Taulipang e Akeruna, registrado pelo antropólogo alemão Koch-Grunberg. O mito descreve Makunaima como uma entidade mágica responsável pela criação de cenários naturais, desprovida de noções cristãs de moralidade.

Mário de Andrade não apenas questiona a identidade brasileira, mas também critica a sociedade e os valores eurocêntricos da época. O romance apresenta elementos folclóricos, palavras indígenas e uma linguagem crítica ao parnasianismo. Macunaíma agencia os extremos presentes no Brasil, como a natureza e a metrópole, o mágico e o mecânico, o branco e o negro. O protagonista atravessa diferentes estados brasileiros, interagindo com seres mágicos, monstros e pessoas comuns, em busca do muiiraquitã perdido.

Este trabalho busca, portanto, na obra Macunaíma, de Mário de Andrade, por pistas para elaboração de uma crítica ao colonialismo que forjou a noção de identidade brasileira.

2. METODOLOGIA

Para realização deste trabalho, foram feitas pesquisas sobre a origem do mito Makunaima, iniciando com o mapeamento geográfico do Rio Uraricoera/RR - mencionado por Mário de Andrade como local de nascimento do protagonista-, mapeamento e estudo dos povos indígenas situados nos arredores, com foco nos povos Tapayuna e Yanomami, e leituras críticas sobre a obra literária Macunaíma: o herói sem nenhum caráter. Foram desenvolvidas colagens referenciais com fotografias retiradas do site Povos Indígenas no Brasil, plataforma mantida pelo Instituto Socioambiental do Brasil (ISA), que nortearam a construção de retratos, feitos a mão, com materiais comuns. Simbolismos referentes ao livro e aspectos

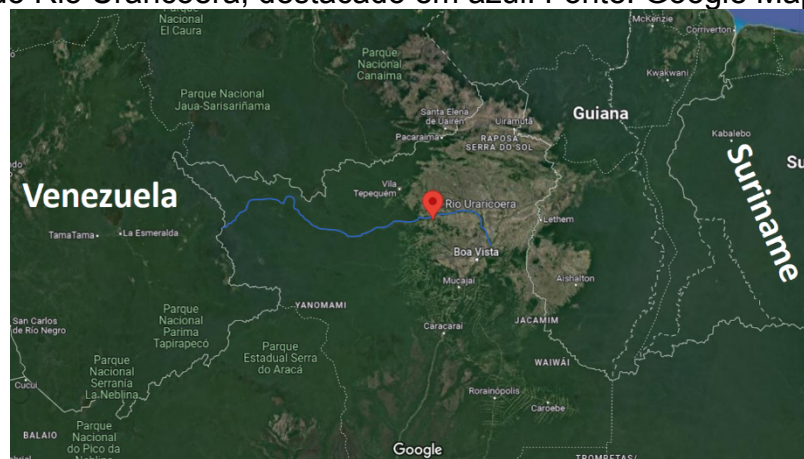
estéticos ligados às tradições dos povos indígenas citados (pinturas, adereços e traços fenotípicos) foram representados nos retratos.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A entidade Makunaima, como mapeou o antropólogo alemão Theodore Koch-Grunberg em sua obra “Do Roraima ao Orinoco”, é uma propriedade intelectual do imaginário indígena brasileiro e venezuelano. É dito que andou por toda a região onde vivem os povos estudados (Makuxí, Taulipáng, Yekuaná e Guinaú), portanto, é inútil tentar delimitar um único local como a origem deste, pois ele é reflexo da cultura oral e itinerante destes povos indígenas. Macunaíma, personagem de Mário de Andrade, não é diferente. No livro cita que o herói nasceu próximo ao rio Uraricoera, que percorre o estado de Roraima, e era filho de uma índia tapanhuma.

O termo “Tapanhuma” não mostrou levar a muitos registros, Tapayuna, no entanto, sim. Esse povo, natural do Mato Grosso, viveu juntamente com outras tribos, devido a tentativas de genocídio que os forçaram a sair de suas terras, o que ocasionou uma diminuição significativa da população tapayuna, bem como a diluição de seu dialeto com os dialetos das tribos anfitriãs. Além de sua mãe ser dita tapanhumas, Macunaíma é descrito como negro retinto e de aparência desagradável, o que pode ser associado à descrição do padre italiano Nicoláo Badariotti, que registrou sua estadia no MT, onde ele define a tribo Tapanhumas como indivíduos negros e hostis, que urravam agressivamente. (Badariotti, 1898)

Mapa do Rio Uraricoera, destacado em azul. Fonte: Google Maps. 2023



Ao considerarmos, no entanto, o local geográfico que Macunaíma nasce, ele seria natural de Roraima (BR), em algum sítio próximo ao Rio Uraricoera. O rio, que atravessa boa parte do estado, não nos oferece uma localização exata, mas oferece possibilidades, uma delas sendo o povo Yanomami, que vive na região oeste do estado. Por proximidade geográfica, existe grande possibilidade de que Macunaíma e os irmãos fossem parte dos Yanomami, povo cujas feições possuem características comuns ao fenótipo preto, característica comum ao povo Tapayuna.

Respectivamente: Ci, a mãe do mato/Manaape, o feiticeiro/ Macunaíma, o herói sem nenhum caráter/Jiguê, o gigolô de prostitutas. Fonte: acervo pessoal, 2023.



4. CONCLUSÕES

A pesquisa, ancorada pela localização geográfica e pela história dos povos indígenas mencionados na obra, permitiu compreender e contextualizar a diversidade étnica e cultural presente na construção do personagem.

Do ponto de vista histórico-cultural, promoveu-se a valorização e o reconhecimento da herança cultural desses povos, desafiando visões preconceituosas e eurocêtricas, incitando uma reflexão sobre a importância da diversidade étnica e cultural na construção de uma sociedade mais inclusiva e igualitária, além de resgatar e preservar a memória ancestral presente em sua história e tradições.

A criação dos retratos dos personagens Macunaíma, Ci, Manaape e Jigüê representa uma forma de dar visibilidade e representatividade aos povos originários, por meio da arte. A arte se tornou uma ferramenta de construção e reconhecimento da diversidade étnica e cultural do país, rompendo com estereótipos e contribuindo para o fortalecimento da autoestima e do orgulho das comunidades indígenas.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABU, A. e X, D. Macunaíma em quadrinhos. São Paulo: Peirópolis, 2016.

AMARAL, T. O batizado de Macunaíma. 1956. original de arte, óleo sobre tela, 132.5 cm x 250 cm Coleção particular.

ANDRADE, M. Macunaíma. O herói sem nenhum caráter. Belo Horizonte: Itatiaia, 1987

BADARIOTTI, Nicolas. Exploração no norte do Mato Grosso, região do Alto Paraguay e planalto dos Parecis. Apontamentos de História Natural. Ethnographia e impressões pelo padre salesiano. SP. 1898.

BESSA, F. R. A identidade nacional desvelada em Macunaíma: análise da adaptação cinematográfica de Joaquim Pedro de Andrade. 2017. 71 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Humanidades) - Instituto de Humanidades e Letras, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, São Francisco do Conde, 2017.

FREITAS, R. O. DE .; MATOS, L. M. DE .. Macunaíma em quadrinhos: aspectos estéticos modernistas na rapsódia gráfico-visual antropofágica. Galáxia (São Paulo), n. Galáxia (São Paulo), 2019 (40), p. 159–176, jan. 2019.

MACUNAÍMA. Direção: Joaquim Pedro de Andrade. Produção: Joaquim Pedro de Andrade e K.M. Eckstein. Intérpretes: Grande Otelo, Paulo José, Jardel Filho, Dina Sfat, Milton Gonçalves, Rodolfo Arena, Joana Fomm e outros. Roteiro: Joaquim Pedro de Andrade e Mário de Andrade. [S. l.]: Bretz Filmes, 1969. 1 DVD (105 min.)

MAGALHÃES, L.G., RIBEIRO, A.M., & CANEDO, V.A. (2012). Macunaíma: um discurso de ressignificação da identidade nacional brasileira à luz do pós-colonial.

LOPEZ, T. A. O Macunaíma de Mário De Andrade nas Páginas de Koch-Grünberg. Manuscritica: Revista de Crítica Genética, [S. l.], 2013. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/manuscritica/article/view/177732>. Acesso em: 21 mar. 2023.

Instituto Socioambiental | Povos Indígenas no Brasil
<https://pib.socioambiental.org>. Acesso em: 20/03/2023.

DESAFIOS ENFRENTADOS POR ALUNOS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA NO ENSINO SUPERIOR: UMA REVISÃO LITERÁRIA

MARIANA ROSSO SCHIMUNECK; MATHEUS RIBEIRO FINETTI²; JOÃO VITOR BICALHO MAGALHÃES³; ISABEL OLIVEIRA DE OLIVEIRA⁴

¹Universidade Federal de Pelotas – marianaschimuneck@gmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – matheus.finetti@icloud.com

³Universidade Federal de Pelotas – joaovitorbmagalhaes@gmail.com

⁴Universidade Federal de Pelotas – isabel.ufpel@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é um transtorno do desenvolvimento neurológico que se caracteriza por dificuldades de comunicação e interação social e pela presença de comportamentos e/ou interesses repetitivos ou restritos (Sociedade Brasileira de Pediatria, 2019). Na década de 50, foi reportado que esse era um transtorno muito infrequente, apresentando uma média de 8 pacientes por ano com diagnóstico de autismo (KANER, 1958). Atualmente, estudos apontam que cerca de 1 em 36 crianças de 8 anos são diagnosticadas com o transtorno (MAENNER, 2020), o que evidencia um aumento expressivo da prevalência do TEA na população. Por se tratar de um espectro, o TEA é assim chamado por poder ser dividido em diversas categorias de manifestação do transtorno, sendo, a mais conhecida delas, a Síndrome de Asperger (SA). A SA se difere, basicamente, do autismo, por não apresentar déficit de linguagem ou cognitivo (FISCHER, 2019).

Em paralelo ao aumento da prevalência, temos um aumento no número de pessoas autistas dentro das universidades. A Lei de Cotas para Pessoas com Deficiência (Lei N° 13.409, 2016) dispõe sobre a reserva de vagas para esse público no ensino superior, com o intuito de garantir a inserção dessas pessoas na comunidade acadêmica. Entretanto, mais do que garantir a inserção, precisamos assegurar que haja uma inclusão efetiva, visando a permanência desses estudantes e a conclusão do curso no tempo adequado. Para atingir tal fim, é imprescindível compreender e combater os desafios que pessoas com TEA enfrentam no ensino superior.

O presente trabalho tem como objetivo identificar, através de uma revisão literária, quais são os principais desafios enfrentados por alunos com TEA no ensino superior. Tal discussão dentro da comunidade acadêmica é essencial para que barreiras possam ser identificadas e combatidas, a fim de que os alunos com TEA consigam aproveitar a graduação da melhor forma possível.

2. METODOLOGIA

Este estudo apresenta uma revisão narrativa com base na literatura científica dos últimos anos a fim de responder a seguinte questão: “Quais são os desafios enfrentados por alunos com Transtorno do Espectro Autista no ensino superior?”. Para isso, foram utilizadas as plataformas Scielo (Scientific Electronic Library Online), BVS (Biblioteca Virtual em Saúde) e PubMed. Com o intuito de direcionar a pesquisa, foram selecionados os descritores: “Autismo”, “Desafios educacionais”, “Educação inclusiva”, “Ensino superior”, “Inclusão acadêmica” e “Transtorno do Espectro Autista”, usando o operador booleano “AND”.

Ao realizar a busca nas bases de dados citadas acima, foram encontrados 42 artigos. Após uma análise minuciosa de seus títulos foram excluídos artigos duplicados e aqueles que não atendem ao tema, sendo selecionados 12 artigos. Em seguida foi realizada uma leitura detalhada e foram escolhidos os 5 artigos que eram mais pertinentes e relevantes para o tema que o estudo se propõe a discutir, excluindo aqueles cujos resultados tangenciavam esse propósito.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Educação Superior é um direito assistido pela Organização das Nações Unidas (ONU), desde o ano de 2006, com as diretrizes estabelecidas pela Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. O estado do Espírito Santo (ES), no ano de 2015, encontrava-se com demanda crescente de estudantes com TEA. Entretanto, apenas 1 / 3 dos estudantes com Síndrome de Asperger (ESA) nesse estado se adequavam nos pré-requisitos necessários para fazer um curso superior. Além disso, apenas 1 / 5 deles concluíram os seus estudos na universidade (FISCHER, 2019).

De 2000 em diante, diversos programas governamentais tentaram garantir o ingresso de estudantes público-alvo da educação especial (PAEE). Entre essas propostas, destacou-se o Programa Incluir, no ano de 2005, o qual teve por objetivo a garantia de acessibilidade dos PAEE ao ensino superior, tanto no âmbito público, quanto no privado. No ano de 2018, um total de 43.633 alunos do PAEE estavam matriculados no Ensino Superior (0,52% do total de alunos). Destes, os estudantes com TEA representavam um total de 3,5% (OLIVEIRA, SANTIAGO & TEIXEIRA, 2022).

Em dados obtidos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) do ano de 2018, em todo o país havia uma quantidade de 754 alunos com TEA matriculados em alguma instituição de ensino superior, dentre um total de 39.855 alunos (1,9%). Todavia, é necessário o entendimento quanto às particularidades dos alunos portadores de TEA, visto que o ingresso em uma universidade confere uma gama de mudanças na vida do estudante, sobretudo aquele portador de necessidades especiais, as quais podem acarretar diversas complicações emocionais e sociais em sua vida. Apesar do desenvolvimento do acesso educacional dessa população, a qualidade desse direito não é seguida proporcionalmente, como seria o esperado, a exemplo da qualificação de professores e de materiais que incluam, de fato, os alunos com TEA na educação superior (ROCHA, FERREIRA-VASQUES & LAMÔNICA, 2018).

As dificuldades de alunos com TEA podem ser explicitadas em algumas categorias conforme o próprio relato de situações presenciadas dentro de uma instituição de ensino superior. Dentre os alunos entrevistados incluídos em um estudo, algumas queixas foram relatadas por todos, tais como: a dificuldade de interação social, a falta de adaptações ao ensino, a presença do mesmo critério de avaliação entre todos os alunos, a barreira informacional. Além disso, falta de concentração, dificuldade em manter relações sociais, brigas, também foram pautas muito levantadas por 4 dos 6 entrevistados (OLIVATI & LEITE, 2019).

Tais dificuldades, tanto na socialização, quanto na avaliação e aprendizagem no meio universitário são fatores que colaboram para, apesar do número crescente de alunos com TEA, muitos deles não concluírem sua graduação (OLIVATI & LEITE, 2017). Entretanto, o meio da pós-graduação aparentemente se apresenta um local mais acolhedor para o estudante com TEA do que o âmbito da graduação. O entrevistado poderia atribuir notas de 1 a 4 em duas categorias: suporte prático

e suporte emocional na graduação e na pós-graduação, respectivamente. Na graduação, o suporte prático recebeu uma nota de 34 dos 76 pontos possíveis (44%); em relação ao suporte emocional, 15 dos 40 totais (37,5%). Na pós-graduação, o suporte prático recebeu uma nota de 66 dos 76 possíveis (86,8%) e, no suporte emocional, 32 dos 40 totais (80%) (OLIVATI & LEITE, 2017). Percebe-se pelos dados a dificuldade de adaptação que ocorre pelo portador de TEA ao ingressar em uma universidade que, visivelmente, não está preparada para suprir as necessidades especiais desse público. Já no âmbito da pós-graduação, os alunos que conseguem ultrapassar essas barreiras sentem-se mais acolhidos e preparados para estudar.

4. CONCLUSÕES

O presente trabalho concluiu que, com o passar dos anos, houve um aumento expressivo do diagnóstico do Transtorno do Espectro Autista, o que, de certa forma, ajudou a trabalhar as necessidades de cada indivíduo para uma melhor relação e vivência na sociedade. Por outro lado, tal conhecimento não pareceu contribuir para uma melhor inserção desses indivíduos nas instituições de ensino superior, visto que, como mencionado e explicitado pelo trabalho, ainda existem dificuldades, como pouco suporte social, que, não raramente, os impedem de concluir o nível superior. Isso, contudo, foi menos relatado pelos entrevistados que possuíam TEA e que conseguiram atingir a pós-graduação. Na verdade, a grande diferença que contribuiu para esse fato é que o pós-graduando consegue ter uma maior proximidade com o educador, bem como, com a área de estudo, favorecendo um afloramento de ideias e de capacidades que o instiga a se manter no modo de ensino. Assim, conclui-se que, apesar da inclusão, ainda faltam habilidades das universidades para manter pessoas com TEA dentro do espaço educacional, necessitando, portanto, a aplicação de práticas que façam com que esses indivíduos possam explorar suas capacidades em projetos, para um desenvolvimento tanto no âmbito individual quanto social.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Sociedade Brasileira de Pediatria. **Manual de orientação: Transtorno do Espectro Autista**. Departamento Científico de Pediatria do Desenvolvimento e Comportamento, n.5, p.1, 2019. Acessado em 18 ago. 2023. Online. Disponível em: [https://www.sbp.com.br/fileadmin/user_upload/21775c-MO_-_Transtorno do Espectro do Autismo.pdf](https://www.sbp.com.br/fileadmin/user_upload/21775c-MO_-_Transtorno_do_Espectro_do_Autismo.pdf)

KANNER, L. **The specificity of early infantile autism**. Acta Paedopsychiatrie, 1958.

MAENNER, M.J.; WARREN, Z.; WILLIAMS, A.R. **Prevalence and Characteristics of Autism Spectrum Disorder Among Children Aged 8 Years- Autism and Developmental Disabilities Monitoring Network, 11 Sites, United States, 2020**. MMWR Surveillance Summaries, v. 72, n.2, p.6, 2023. Acessado em 18 ago. 2023. Online. Disponível em: https://www.cdc.gov/mmwr/volumes/72/ss/ss7202a1.htm?s_cid=ss7202a1_w#suggestedcitation

BRASIL. **Lei nº 13.409, de 28 de dezembro de 2016.** Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino. Brasília: Presidência da República, 2016. Acessado em 18 ago. 2023. Online. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/L13409.htm

FISCHER, M.L. Tem um estudante autista na minha turma! E agora? O diário reflexivo promovendo a sustentabilidade profissional no desenvolvimento de oportunidades pedagógicas para inclusão. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Bauru, v.25, n.4, p. 535-552, 2019.

OLIVEIRA, A.F.T.M.; SANTIAGO, C.B.S; TEIXEIRA, R.A.G. Educação inclusiva na universidade: perspectivas de formação de um estudante com transtorno do espectro autista. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.48, 2022.

OLIVATI, A.G; LEITE, L.P. Experiências acadêmicas de estudantes universitários com transtornos do espectro autista: uma análise interpretativa dos relatos. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Bauru, v.25, n.4, p.729-746, 2019.

OLIVATI, A.G; LEITE, L.P. Trajetória acadêmica de um pós-graduando com transtorno do espectro autista. **Revista Psicologia em Estudo**, Maringá, v.22, n.4, p.609-621, 2017.

ROCHA, E.P; FERREIRA-VASQUES, A.T; LAMÔNICA, D.A.C. **Instrumentos de intervenção curricular para o ensino de aprendizes com o Transtorno do Espectro Autista: revisão integrativa.** Revista CEFAC, [S. L.], v.21, n.2, 2019. Acessado em 26 ago. 2023. Online. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rcefac/a/BBH5X9gqMLtDjWzyrng47dw/?lang=en>

EFEITOS DO JEJUM DE RAMADÃ SOBRE O PESO CORPORAL E PERFIL BIOQUÍMICO: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

JÉSSICA CAMILE STONE MOREIRA¹, MARIANA PARRON PAIM²,
CRISTIANI FOLHARINI BORTOLATTO³

¹ Universidade Federal de Pelotas - jstonemoreira@gmail.com

² Universidade Federal de Pelotas - maa_paim@hotmail.com

³ Universidade Federal de Pelotas - cbortolatto@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

Ramadã é o mês mais sagrado e aguardado pela comunidade muçulmana em todo o mundo. A cada ano, cerca de 1,8 bilhões de fiéis realizam este ritual durante 30 dias, nos quais se comprometem a privar-se de água e alimentação desde o horário da Salat Al-Fajr (Oração do Amanhecer) até a Salat Al-Maghrib (Oração do Entardecer). É permitido realizar uma refeição cerca de 40 minutos antes do nascer do sol (Suhur), podendo novamente alimentar-se somente após o entardecer (Iftar), em que uma vasta quantidade de alimento é consumida em comunidade (Al-Qran, 2:182).

Tal ritualística, porém, vem chamando atenção devido a seus benefícios não apenas espirituais, mas também pelos impactos benéficos na saúde do indivíduo, desde a melhora no perfil lipídico, pressão sanguínea, medidas antropométricas e a regulação da fome e saciedade (AZIZI, 2000; AL HOURANI, 2009; TEMIZHAN, 2004; FAKHRZADEH, 2003; RAHMAN, 2004).

O objetivo deste resumo é apresentar uma revisão bibliográfica de estudos anteriores sobre o tema, nos quais os benefícios no peso corporal e perfil bioquímico do jejum intermitente ao longo do mês de Ramadã, realizado por esta grande comunidade, são discutidos e esclarecidos.

2. METODOLOGIA

Foram pesquisados estudos de plataformas como Scielo, PubMed, Nature, jornais de Ciências Aplicadas, jornais de Medicina e de Nutrição. Palavras-chave como *jejum*, *jejum intermitente*, *intermitent fasting*, *ramadan*, *islamic fasting*, *fasting biochemical essay* foram utilizadas. Foram selecionados artigos em inglês e árabe publicados nos últimos trinta anos de pesquisa. Artigos publicados antes de 1993 foram desprezados. Os dados obtidos dos artigos selecionados nesta revisão foram compilados e comparados, considerando o país de cada pesquisa realizada, os métodos aplicados e a área de interesse.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

AZIZI (2002) relata que o ácido úrico sérico em indivíduos saudáveis sofreu leve aumento normal e temporário, o que poderia ser explicado por uma diminuição na filtração glomerular e depuração de ácido úrico. Porém é ressaltado que em jejuns prolongados, o ácido úrico tende a aumentar

drasticamente. AL HOURANI et al. (2009) demonstra pouco ou nenhum aumento do ácido úrico, porém observa perda de peso nos indivíduos. Tal observação teria por resposta a alta oxidação de ácidos graxos e consequente perda de gordura corporal no lugar de catabolismo celular e perda de massa magra, pois o jejum de Ramadan é de curta duração e considerado como sendo intermitente.

Quando analisada a mudança no perfil lipídico, TEMIZHAN et al. (2004) mostrou que, após o jejum, o colesterol total, LDL (lipoproteína de baixa densidade), VLDL (lipoproteína de densidade muito baixa) e os níveis de triglicerídeos diminuíram, enquanto os níveis de HDL (lipoproteína de alta densidade) não mudaram significativamente. Temizhan observou que o sexo feminino foi o grupo que melhor se beneficiou quanto a melhora no perfil lipídico. ASGARY et al. (2000) e AL HOURANI et al. (2009) apontam também para uma diminuição pouco significativa dos níveis séricos do HDL e, mais especificamente, para uma diminuição dos triglicerídeos séricos depois da metade do Ramadã. De acordo com HOURANI et al. (2009), tal mudança poderia ser justificada por mudanças na ingestão de gorduras na dieta e mudanças metabólicas durante a prática do jejum.

Em concordância com FAKHRZADEH (2003) e RAHMAN (2004), AL HOURANI et al. (2009) observou um aumento gradual do colesterol HDL, porém pouco significativo para um parâmetro de apenas um mês de jejum. Mesmo que tal mecanismo de aumento do HDL durante o jejum não seja totalmente esclarecido, a perda de peso em estudos populacionais pode corroborar para o aumento deste colesterol especificamente. AL ZUNAIDY et al. (2023) apontam para diminuição significativa dos triglicerídeos, colesterol total, HDL e LDL no pós-Ramadã.

O indivíduo em jejum de Ramadã costuma ingerir uma média diária de 1.200 kcal/dia e, consequentemente, perder em média 2kg de peso corporal (SWEILER, 1993). BOUHLEL et al. (2008) avaliaram o efeito do jejum do Ramadã na gordura corporal e descobriram que o jejum do Ramadã estava associado a uma redução da massa corporal e percentual de gordura corporal. SHEHAB et al. (2012) determinaram o efeito do jejum durante o Ramadã no peso corporal entre indivíduos saudáveis. Eles encontraram mudanças significativas e benéficas no peso corporal, cintura e circunferência no final do Ramadã. TRABELSI et al. (2011) avaliaram os efeitos do jejum do Ramadã na gordura corporal em homens fisicamente ativos durante e após o Ramadã. Eles descobriram que o peso corporal e o percentual de gordura corporal diminuíram em pessoas em jejum. Eles também concluíram que o jejum do Ramadã reduz o peso corporal e a porcentagem de gordura corporal.

TEMIZHAN (1999) investigou os efeitos do jejum de ramadan em pacientes com doença coronariana, constatando que, durante a pesquisa, o número de eventos de doença coronariana foi significativamente menor no Ramadã quando em comparação às demais épocas do ano. Com isso, eles concluem que o jejum de Ramadã não aumenta os eventos de doença coronariana. SHEHAB et al. (2012) determinou o efeito do jejum durante o Ramadã na pressão arterial entre indivíduos saudáveis. O autor achou significativas e benéficas as mudanças na pressão arterial sistólica ao final do Ramadã. A incidência de

síndrome coronariana aguda, fibrilação, insuficiência cardíaca descompensada aguda, bem como acidente vascular cerebral é semelhante durante o mês do Ramadã, como em comparação com os outros meses fora do período de jejum. CANSEL (2014) pesquisou sobre as mudanças que a variabilidade da frequência cardíaca pode sofrer durante o jejum de Ramadã, chegando à conclusão de que os batimentos cardíacos se tornam mais acentuados no jejum, e que o mesmo estimula a atividade parassimpática, a qual é responsável pelo controle da calma, batimentos cardíacos, repouso e digestão.

FARIS et al. (2012) ao realizar um estudo transversal relatou que o jejum intermitente diminui a inflamação, a promoção do câncer e aumenta a expectativa de vida. As citocinas pró-inflamatórias IL-1 β , IL-6, fator de necrose tumoral α , o peso corporal e a porcentagem de gordura corporal foram significativamente menores durante o Ramadã em comparação ao início do período de jejum religioso. Essas descobertas mostram que o jejum do Ramadã atenua o estado inflamatório do corpo suprimindo a expressão da citocina pró-inflamatória diminuindo a gordura corporal. Os estudos sobre o jejum de ramadan e pacientes com câncer costumam ser escassos, pois dada as condições de jejum e a fragilidade de saúde do indivíduo nesse caso, o Livro Sagrado muçulmano recomenda que pacientes nestas condições sejam dispensados da prática. Nesse caso, o jejum praticado por pacientes com câncer passa a ser facultativo. (Surata Al-Baqra, 182-185).

4. CONCLUSÕES

O jejum de Ramadã demonstra efeitos significativos no perfil lipídico, melhora dos índices de marcadores inflamatórios, cânceres e doença coronariana, pressão sanguínea e bem estar em geral. Embora muitos estudos demonstrem resultados discrepantes, deve ser levado em consideração os diferentes efeitos em populações com diferentes padrões alimentares quanto a regionalismo, alguns com tendência a maior ingestão de carboidratos e outros para frituras. Outro fator limitante da pesquisa no geral seria o número de participantes reduzido ou em condições variadas de saúde e socioeconômicas.

Para maior esclarecimento acerca do tema, uma abordagem multi étnica e de amplo espectro regional pode ser empregada, para que todas as diferenças entre gêneros, raças, atividades físicas, hábitos alimentares, padrões de sono e demais variáveis importantes possam ser consideradas. Sendo o islamismo uma das religiões que mais crescem no mundo, tais condições para um estudo mais abrangente se tornam cada vez mais possíveis.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- MOHAMMED صلى الله عليه وسلم, **O Sagrado Alcorão - Al Quran**, Tradução de Mansour Challita, 2ª Surata Al Baqra (A Vaca), Ayat 182-185
- AZIZI, F. Research in Islamic fasting and health. **Annals of Saudi Medicine**, Arábia Saudita, vol. 22, n. 3-4, p: 186-91, 2002.
- AL HOURANI, HM, Atoum MF, Akel S, Hijjawi N, Awawdeh S, Effects of Ramadan Fasting on Some Haematological and Biochemical Parameters,

- Jordan Journal of Biological Sciences**, Jordânia, vol. 2, n. 3, p. 103-108, 2009
- TEMIZHAN, A, Dönderici O, Ouz D, Demirbas B. Is there any effect of Ramadan fasting on acute coronary heart disease events? **International Journey of Cardiology**, Turquia, vol. 70, n. 2, p. 149-153, 1999.
- ASGARY, S, Aghaei F, Naderi GA, Kelishadi R, Gharipour M, Azali S. Effects of Ramadan fasting on lipids peroxidation, serum lipoproteins and fasting blood sugar. **Medical Journal of Islamic Academy of Sciences**, Irã, vol. 13, n.1, p. 35-38, 2000.
- FAKHRZADEH, H, Larijani B, Sanjari M, Baradar-Jalili R, Amini MR. Effect of Ramadan fasting on clinical and biochemical parameters in health adults. **Annals of Saudi Medical**, Arábia Saudita, vol. 23, n.3-4, p. 223-226, 2003.
- RAHMAN, M, Rashid M, Basher S, Sultana S, Nomani M. Improved serum HDL cholesterol profile among Bangladeshi male students during Ramadan fasting. **EMHJ - Eastern Mediterranean Health Journal**, Bangladesh, vol. 10, n. 1-2, p. 131-137, 2004.
- SWEILEH, N, Schnitzler-A, Hunter GR, Davis B. Body composition and energy metabolism in resting and exercising Muslims during Ramadan fast. **The Journal of Sports Medicine and Physical Fitness**, Estados Unidos, vol. 32, n. 2, p.156-163, 1993.
- BOUHLEL, E, Denguezli M, Zaouali M, Tabka Z, Shephard RJ. Ramadan fastings effect on plasma leptin, adiponectin concentrations, and body composition in trained young men. **International Journey Sport, Nutrition and Exercise Metabolism**, Estados Unidos, vol. 18, n. 6, p. 17-27, 2008.
- SHEHAB, A, Abdulle A, El Issa A, Al Suwaidi, J, Nagelkerke N. Favorable changes in lipid profile: the effects of fasting after Ramadan. **PLoS One**, San Francisco, California; 2012. Acessado em 15 mar. 2023. Disponível em <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0047615>.
- TRABELSI, K, El Abed K, Trepanowski JF, Stannard SR, Ghilissi Z, Ghazzi H. Effects of Ramadan fasting on biochemical and anthropometric parameters in physically active men. **Asian Journal of Sports Medicine**, Irã, vol. 2, n. 3, p. 134-144, 2011.
- CANSEL, M, Tasolar H, Yagmur J, Ermis N, Açikgöz N, Eyyüpkoca F, et al. The effects of Ramadan fasting on heart rate variability in healthy individuals: a prospective study. **Anadolu Kardiyol Derg**, Turquia, vol. 14, n.1, p. 413-416, 2014.
- FARIS, MA, Kacimi S, Al-Kurd RA, Fararjeh MA, Bustanji YK, Mohammad MK, Salem ML. Intermittent fasting during Ramadan attenuates pro-inflammatory cytokines and immune cells in healthy subjects. **Nutrition Research**, Jordânia, vol. 32, n.12, p. 947-955, 2012.
- AL ZUNAIDY, N. A, Al Khalifa, A. S, Alhussain, M. H, Mohammed, A. M, Alfheaid, H.A, The Effect of Ramadan Intermittent Fasting on Food Intake, Anthropometric Indices, and Metabolic Markers among Premenopausal and Postmenopausal Women: A Cross-Sectional Study, **Medicina (Kaunas)**, Arábia Saudita, vol. 59, n. 7, p. 1191, 2023.

A PERCEPÇÃO DE ACADÊMICOS DE MEDICINA DA UFPEL SOBRE A VISITA DOMICILIAR PARA A FORMAÇÃO DE MÉDICA

MARIANA SILVEIRA ALVES; GRACIELA VELARDE ALVAREZ DE OLIVEIRA²,
GUSTAVO OLIVEIRA ANASTÁCIO SILVA³, JÚLIA MARTINS LACERDA⁴, MARIA
LAURA VIDAL CARRETT⁵

¹Universidade Federal de Pelotas – maricota1104@gmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – gracivelarde@hotmail.com

³Universidade Federal de Pelotas – go46926@gmail.com

⁴Universidade Federal de Pelotas – martinslacerdajulia@gmail.com

⁵Universidade Federal de Pelotas - mvcarret@hotmail.com

1. INTRODUÇÃO

As Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Medicina (DCNs) estabelecem que a estrutura do curso deve “vincular, por meio da integração ensino-serviço, a formação médica-acadêmica às necessidades sociais da saúde, com ênfase no SUS”, utilizando diferentes cenários de ensino-aprendizagem, proporcionando ao acadêmico “conhecer e vivenciar situações variadas de vida, de organizações da prática e do trabalho em equipe multiprofissional. (BRASIL, 2014).

Neste sentido, a visita domiciliar (VD) é considerada um recurso interessante no processo ensino-aprendizagem, pois o domicílio é um espaço pessoal que traz muitas informações sobre o paciente e sua família, suas relações e condição de vida, permitindo ao acadêmico ter um olhar ampliado e integral sobre a saúde do paciente, englobando aspectos sociais, psicológicos e econômicos do cuidado ao indivíduo e suas necessidades. Com relação ao paciente e sua família, a visita domiciliar reforça o vínculo e fortalece a relação de confiança com a equipe de saúde, permite obtenção de informações que auxiliam o raciocínio clínico e identificação de fragilidades e fortalezas que podem interferir no tratamento e nas ações de promoção em prevenção em saúde do paciente. (MAHMUD, 2018)

Esse recurso da visita domiciliar costuma ser utilizado por disciplinas ligadas à Atenção Primária à Saúde, que desfrutam, como cenário de prática, a Unidade Básica de Saúde (UBS) e seu campo de atuação (FASSINA; MENDES; PEZZATO, 2021).

O curso de Medicina da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) busca favorecer o ensino baseado na prática e centrado no acadêmico e neste sentido conta com a disciplina de Medicina de Comunidade, que acontece no quarto semestre do curso, quando o acadêmico é inserido em uma UBS, onde participa das atividades ali desenvolvidas, e entre outras está a VD. Com relação as VD, cada acadêmico é estimulado a acompanhar no mínimo duas VD durante o semestre.

A partir dessa perspectiva, o presente estudo teve por objetivo, investigar a percepção dos acadêmicos da disciplina de Medicina de Comunidade sobre sua participação em VD juntamente com membros da equipe de saúde da UBS, no sentido de discutir o papel desse recurso no processo de ensino-aprendizagem do acadêmico.

2. METODOLOGIA

Foi realizado estudo observacional do tipo transversal a partir da aplicação de um questionário para os acadêmicos do quarto semestre matriculados na disciplina de Medicina de Comunidade, em setembro de 2023. O instrumento foi composto de 04 perguntas (duas objetivas e duas abertas) com objetivo de avaliar o impacto/contribuição da(s) VD realizada(s) na formação acadêmica, investigar o(s) ponto(s) negativo(s), se houveram mais pontos positivos ou negativos e a importância da VD para o acadêmico (muito relevante, relevante ou pouco relevante).

O trabalho de campo foi coordenado pela monitória bolsista da disciplina, durante duas aulas no final do semestre e supervisionado pela professora regente da disciplina.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Do total de 39 alunos matriculados, 33 responderam ao questionário. A primeira questão aberta investigou de que forma a visita domiciliar contribuiu na formação dos acadêmicos. Segundo as respostas encontradas, a VD foi importante pois proporcionou conhecer diferentes realidades, permitindo uma melhor percepção sobre a pluralidade social (84,9%) e assim garantindo experiência diferentes (12,1%). Foi relatado também que a VD reforça a relação médico-paciente (18,2%) ajudando a entender o paciente como um todo (18,18%) e consequentemente melhorando o atendimento (15,2%). Através da VD foi possível observar a dimensão do alcance do SUS (15,2%) para atender as mais diversas situações (Tabela 1.) Ao refletirmos sobre as respostas dos acadêmicos, podemos concluir que a VD tem um papel importante na formação, embora ainda exista uma dificuldade de reconhecerem o potencial da observação das características do domicílio como um potente aliado para melhorar o cuidado com o paciente. Esses achados concordam com achados de ASSA; AFFONSO; SANTOS *et al*(2013).

Tabela 1. Contribuição da visita domiciliar para a formação acadêmica. (N=33)

	Número de respostas	%
Permite conhecer diferentes realidades/ maior percepção da pluralidade social	28	84,9
Reforça da relação médico-paciente	6	18,2
Permite entender o paciente como um todo	6	18,2
Melhora a qualidade do atendimento	5	15,2
Ganho de experiência diferentes	4	12,1
Percepção do alcance do SUS	5	15,2

Ao serem questionados sobre possíveis pontos negativos, vinte e quatro acadêmicos (72,7%) não identificaram ponto negativo em ter participado da visita domiciliar. Quatro acadêmicos (12,12%) relataram que houve falta de programação da UBS prévia para a realização da VD e consideraram que poderia haver mais oferta de VD durante o semestre com presença de médico. Dois acadêmicos (6,1%) citaram a preocupação com a segurança física, três acadêmicos (9,1%) citaram que se sentiram incomodados ao invadir o espaço do paciente e um acadêmico (3,0%) achou que o paciente estava resistente à VD. Outras questões levantadas foram a sensação de despreparo para realizar a VD (6,1%) e a sensação de que a VD não tinha sido efetiva (3,0%) (Tabela 2). Os pontos negativos levantados trazem pistas sobre temas que precisam ser melhor trabalhados com os acadêmicos; entre eles, o trabalho multiprofissional, desmistificando a ideia de centralidade no atendimento na figura do

médico. Ainda nesse sentido, de acordo com FASSINA; MENDES; PEZZATO, 2021) é necessário estabelecer objetivos claros sobre a VD a ser realizada, de forma a aproveitar toda a sua potencialidade. Além disso, os acadêmicos que participam da VD devem ser convidados a participar dos momentos de discussão multiprofissional, permitindo que entendam que o cuidado com o paciente não se encerra na consulta feito no domicílio. Além disso, a insegurança física e inclusive o sentimento de estar invadindo o espaço do paciente pode estar associado a pouca experiência com essa prática de VD.

Tabela 2. Pontos negativos da realização de visita domiciliar (VD) por acadêmicos. (N=33)

	Número de respostas	%
Nenhum ponto negativo	24	72,7
Falta de programação da UBS para a oferta de mais VD para os acadêmicos	4	12,1
Preocupação com segurança física	2	6,1
Resistência dos pacientes	1	3,0
Sensação de invasão do espaço do paciente	3	9,1
Sensação de falta de efetividade da VD	1	3,0
Sensação de despreparo para realizar a VD/ impotência	2	6,1

Quando questionados em relação a avaliação geral sobre a VD, 100% dos entrevistados consideram que esta exposição tem mais pontos positivos que negativos, o que reforça os achados da literatura (MAHMUD, 2018) que demonstram a importância da VD na formação acadêmica. No mesmo sentido, ao classificarem a relevância da exposição do acadêmico à VD, 66,7% (N=22) a classificaram como muito relevante, 33% (N=10) a consideraram relevante e 1 acadêmico considerou a VD como uma experiência pouco relevante para sua formação acadêmica (Gráfico 1).

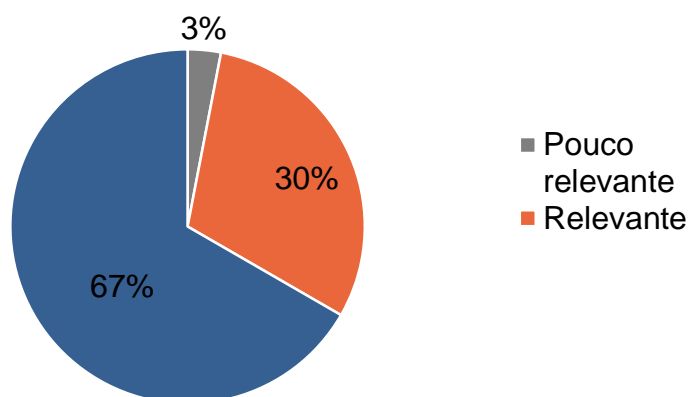


Gráfico 1. Relevância da visita domiciliar para a formação acadêmica (N=33), 2023.

4. CONCLUSÕES

O presente estudo demonstra que os acadêmicos de medicina do quarto semestre da UFPEL reconhecem a VD como uma ferramenta potente na formação acadêmica. Pode-se observar sua importância através das experiências trazidas

pelos acadêmicos sobre a possibilidade de ter contato com diferentes realidades, o que facilita a compreensão dos problemas enfrentados pelos pacientes.

O que se almeja na formação do profissional da área da saúde, atualmente, é proporcionar um processo formativo que considere a relação teoria e prática, reconhecendo a influência dos determinantes sociais no processo saúde-doença, de forma a consolidar a formação de futuros profissionais para enfrentarem a complexidade dos problemas do indivíduo e de sua comunidade. Neste sentido fica claro o papel da VD na formação acadêmica e que ela deve ser cada vez mais estimulada.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSO, R.N.; AFFONSO, V.R.; SANTOS, S.C.; CASTANHEIRA, B.E. *et al.* Avaliação das visitas domiciliares por estudantes e pelas famílias: uma visão de quem as realiza e de quem as recebe. **Revista Brasileira de Educação Médica**. São Paulo, Brasil, v. 37, n.3: 326-332, 2013.

BRASIL. Resolução CNE/CES nº 3, de 20 de junho de 2014. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Medicina. **Diário Oficial da União**, Brasília: MEC, CNE, CES, 23 de junho de 2014, seção 1, p 8-11.

FASSINA, V.; MENDES, R.; PEZZATO, L.M. Formação médica na atenção primária à saúde: percepção de estudantes. **Revista Brasileira de Educação Médica**, Brasil, v.45, n.3: 153-164, 2021.

MAHMUD, S.J. *et al.* Abordagem comunitária: cuidado domiciliar. In: GUSSO, G.; LOPES, J.M.C.; DIAS, L.C. **Tratado de Medicina de Família e Comunidade: princípios, formação e prática**. Porto Alegre: ArtMed, 2a Ed, 2018. Cap 39. P.313-323.

IMPORTÂNCIA DA INTERVENÇÃO DA TERAPIA OCUPACIONAL NA ORGANIZAÇÃO DE ROTINA DE ALUNO COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA)

EDUARDA NACHTIGALL DOS SANTOS¹; PATRICK GOMES DA SILVA²;
RENATA CRISTINA ROCHA DA SILVA³; ALINE NUNES DA CUNHA DE
MEDEIROS⁴.

¹Universidade Federal de Pelotas – duda.nachtigal@hotmail.com

²Universidade Federal de Pelotas - patrickgosilvah@gmail.com

³Universidade Federal de Pelotas – renatatoufpel@gmail.com

⁴Universidade Federal de Pelotas - alinencm@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

O Transtorno do Espectro Autista é definido como um transtorno do neurodesenvolvimento e, essencialmente, afeta a socialização e são percebidos padrões de preferência e interesse restritos. Por conseguinte, tais características podem impactar na rotina e no desempenho geral de pessoas que convivem com esta condição de saúde (BARLOW; DURAND, 2020).

A Terapia Ocupacional transpassa por diversas vertentes de pluralidade, diversidade e nos contextos. Segundo a 4ª edição do EPTO-4 (Enquadramento da Prática em Terapia Ocupacional: Domínio e Processo), a *Terapia Ocupacional é definida como a utilização terapêutica de ocupações da vida quotidiana com pessoas, grupos ou populações (i.e., o/a cliente) com o objetivo de reforçar ou possibilitar a participação*. Os/as terapeutas ocupacionais utilizam o seu conhecimento da relação transacional entre o/a cliente, o envolvimento do/a cliente em ocupações significativas e o contexto, para conceber planos de intervenção baseados na ocupação (AOTA - 2020).

Diante deste raciocínio acerca do trabalho da Terapia Ocupacional, referente ao envolvimento da profissão na ocupação Educação, destaca-se a inclusão de alunos do curso de Terapia Ocupacional no projeto de Tutoria do NAI (Núcleo de Acessibilidade e Inclusão) da Universidade Federal de Pelotas. O Núcleo de Acessibilidade e Inclusão, surgiu em 15 de agosto de 2008, a partir do projeto “Incluir” do Ministério da Educação, tem como abordagem a promoção de políticas e ações que efetivam a inclusão no Ensino Superior, através da busca conceitual, política e prática pelo acesso, permanência e qualidade em todos os níveis, espaços e cotidianos da Universidade. Assim, o NAI tem como público alvo as Pessoas com Deficiência, Transtorno do Espectro Autista (TEA), Altas Habilidades e Superdotação e está imbuído na inclusão desses sujeitos.

O presente trabalho tem como objetivo demonstrar a importância da participação de alunos do curso de Terapia Ocupacional no atendimento educacional especializado a pessoas com deficiência dentro do Núcleo de Acessibilidade e Inclusão da Universidade Federal de Pelotas. Ainda, destacar a organização de rotina, como parte da intervenção com discentes diagnosticados com TEA.

2. METODOLOGIA

Foram realizados encontros semanais de aproximadamente, uma hora, dependendo da demanda do tutorado. Durante as primeiras reuniões, foram feitas

perguntas para que o contexto do aluno tutorado pudesse ser compreendido. Através de uma conversa descontraída, foram levantadas questões acerca da rotina e da organização, do ambiente de estudos, desafios que o aluno vinha enfrentando dentro da universidade e os pontos positivos identificados por ele.

Em outros momentos, eram revisados os conteúdos nos quais o aluno relatasse dúvidas, discutidos assuntos referentes às disciplinas e elaboradas maneiras alternativas de estudar os assuntos mais complexos. Além disso, foram apresentadas ao aluno técnicas de organização de datas relevantes e de planejamento de estudos.

Portanto, a abordagem se deu de forma qualitativa, através de observação da mudança atitudinal do aluno tutorado e de depoimentos do mesmo acerca das abordagens realizadas.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A participação do terapeuta ocupacional no processo de inclusão escolar é um assunto que vem sendo abordado ao longo dos anos. Tendo em vista que o objetivo principal da intervenção de Terapia ocupacional, independente do contexto em que atua, é de proporcionar autonomia, a sua participação no âmbito da inclusão escolar deve ser discutida. A atuação de um terapeuta ocupacional permite que as habilidades individuais sejam ressaltadas e medidas que mitigam as dificuldades do aluno sejam adotadas. Para tanto, são utilizados conhecimentos inerentes da formação destes profissionais, tais como o fazer humano e conceitos relacionados à acessibilidade e desenvolvimento infantil (CARDOSO; MATSUKURA, 2012; DELLA BARBA; MINATEL, 2013).

Ao realizar entrevistas com terapeutas ocupacionais que trabalham com a inclusão escolar, Fonseca et al (2018) desenvolveu perguntas acerca de como se dava a atuação destes profissionais. Destes, 55,5% relataram insatisfação com a sua participação no meio, visto que existe uma dinâmica da falta de compreensão acerca da inclusão e da atuação da terapia ocupacional dentro da equipe. Ainda, citam que existe a falta de acessibilidade e que, em alguns casos, a inclusão não é feita de forma satisfatória.

Portanto, é necessário que a intervenção da Terapia ocupacional seja divulgada, que a atuação da profissão seja compreendida e disseminada. Através da compreensão de como o profissional atua, seus saberes podem ser integrados, fazendo com que ele se torne parte mais presente nas equipes multiprofissionais. A partir da participação destes profissionais, pode haver a promoção de saúde, independência e autonomia dos indivíduos.

Tendo em vista que o terapeuta ocupacional pode atuar na comunicação dentro da equipe escolar e acadêmica, a participação de estudantes do curso como tutores no NAI se faz importante e necessária.

Assim sendo, os alunos tutores de Terapia Ocupacional (TO) acompanham discentes de diversos cursos ofertados pela UFPEL. A abordagem dos tutores se dá por apoio em atividades extra classe. Dessa forma, os mesmos se reúnem com os alunos em momentos fora da sala de aula para que haja a discussão e retirada de dúvidas acerca dos conteúdos ministrados em sala de aula.

Os estudantes de TO podem utilizar os conhecimentos adquiridos ao longo da formação para proporcionar maior independência aos alunos tutorados. Cabe aos tutores compreender a rotina dos alunos que acompanha, quais são as atividades nas quais os discentes têm interesse, como se dá o seu dia a dia, os momentos de estudo e de lazer. Através de técnicas alternativas de estudo,

fixação e compreensão dos conteúdos, técnicas de organização de rotina e auxílio com questões de participação social, os tutores podem auxiliar na inclusão de alunos assistidos pelo NAI. Dessa forma, os tutores são capazes de, além de proporcionar o apoio pedagógico aos discentes, auxiliar com ferramentas que possibilitam uma maior autonomia aos alunos tutorados, ressaltando as suas capacidades e pontos fortes.

4. CONCLUSÕES

Tendo em vista os tópicos supracitados, podemos observar a importância do NAI para que a inclusão de alunos com deficiência seja concretizada dentro do ambiente universitário. Além disso, cabe ressaltar que a participação de tutores de diversas áreas é de extrema relevância para o NAI, já que possibilita que as demandas de um maior número de alunos seja suprida. Ainda, a contribuição de discentes de Terapia Ocupacional deve ser estimulada, pois é necessário considerar a abordagem voltada à promoção da autonomia e valorização dos pontos positivos apresentados por cada sujeito trazida pela área.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARLOW, D. H.; DURAND, V M.; HOFMANN, Stefan G. **Psicopatologia: uma abordagem integrada**. Cengage Learning Brasil, 2020. *E-book*. ISBN 9786555583908. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555583908/>. Acesso em: 06 set. 2023.
- CARDOSO, P. T.; MATSUKURA, T. S. Práticas e perspectivas da terapia ocupacional na inclusão escolar. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, v. 23, n. 1, p. 7-15, 2012.
- DELLA BARBA, P. C. S.; MINATEL, M. M. Contribuições da Terapia Ocupacional para a inclusão escolar de crianças com autismo/Contributions of Occupational Therapy for the school inclusion of children suffering from autism. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, v. 21, n. 3, 2013.
- FONSECA, S. P. et al. Detalhamento e reflexões sobre a terapia ocupacional no processo de inclusão escolar. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, v. 26, p. 381-397, 2018.
- GOMES, D., TEIXEIRA, L., RIBEIRO, J. (2021). **Enquadramento da Prática da Terapia Ocupacional: Domínio & Processo 4ª Edição**. Versão Portuguesa de Occupational Therapy Practice Framework: Domain and Process 4th Edition (AOTA - 2020). Politécnico de Leiri

TDAH: UM ENIGMA DE HIPERATIVIDADE MENTAL

LUCIANO MACHADO KARNOPP; RAFAELA LAJES SOARES; ALINE NUNES
DA CUNHA DE MEDEIROS

Universidade Federal de Pelotas – lucianomachadokarnopp@gmail.com

Universidade Federal de Pelotas – rafaelasoes024@gmail.com

Universidade Federal de Pelotas – alinenm@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

Ao redor do mundo, de acordo com a Associação Brasileira do Déficit de Atenção - ABDA, o número de casos de Transtorno de Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) varia entre 5% e 8% a nível da população mundial. A cada dia são diagnosticados novos casos em crianças, jovens e adultos cujos sintomas podem ser amenizados caso haja a procura pelos envolvidos ou responsáveis o quanto antes.

Ao mesmo tempo, estas pessoas diagnosticadas com TDAH, tendem a apresentar dificuldades como a de sustentar a atenção, problemas de organização, inquietude e impulsividade, acarretando problemas principalmente em momentos de estudos que exige máxima concentração.

Nos campos da academia, há pouca pesquisa pelas dificuldades e os desafios enfrentados pelas pessoas com TDAH. Porém é importante ressaltar que está para aprovação uma legislação que considera o TDAH e a dislexia no escopo da deficiência, incluindo-a no Estatuto da Pessoa com Deficiência¹.

Sem saber quais são esses desafios, a comunidade tem dificuldade em lidar efetivamente com os mesmos. Fazendo muitas vezes com que tais pessoas sintam-se excluídas ou afastadas de atividades propostas pela academia..

Neste artigo, descrevemos um estudo exploratório, onde realizamos cinco entrevistas, para explorar a opinião de portadores dos sintomas, sobre as dificuldades enfrentadas no dia a dia. Nossos resultados sugerem que uma das maiores dificuldades é a falta de informação dos professores sobre os alunos e a comunidade sobre o assunto TDAH, e que a falta de compreensão e dificuldade de assistência, dificulta o aprendizado e os processos evolutivos destes indivíduos, que muitas vezes precisam só de visibilidade e apoio tanto em seus lares quanto no ambiente universitário.

2. METODOLOGIA

A realização deste trabalho foi feita através de formulários e entrevistas qualitativas através do Google Forms. As entrevistas foram feitas pelo primeiro autor, Luciano, ao qual é graduando no curso de Agronomia e bolsista do núcleo de acessibilidade e inclusão (NAI). O tempo de entrevistas duraram em torno de 10 a 20 minutos dependendo do entrevistado. Os entrevistados foram universitários portadores de TDAH. 5 Pessoas foram atraídas a participar; Demográficos na tabela 1

¹ Para saber mais: BRASIL. Projeto de Lei nº 1063/2023. O Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) e os Transtornos Hiperativos (CID 10-F90) como deficiência.

ID	SEMESTRE	CURSO	TIPO DE TDAH	TEMPO
P1	4º	Agronomia	Combinado	5 anos
P2	1º	Agronomia	Desatenção	1 ano
P3	2º	Arquitetura e Urbanismo	Desatenção com hiperatividade/impulsiva	14 anos
P4	3º	Jornalismo	Desatenção com hiperatividade/impulsiva	2 anos
P5	3º	Geografia	Combinado	3 anos

Tabela 1

Cada participante é identificado com uma ID anônima. A coluna do semestre, é o semestre que está cursando no curso. A coluna do curso é o curso que o entrevistado está cursando. O tipo de TDAH e qual tipo eles se enquadram. A coluna do tempo seria há quanto tempo o entrevistado foi diagnosticado com TDAH. Todos os entrevistados são cisgênero, o P1, P2, P3 e P4 são do gênero feminino, o P5 é do gênero masculino. Todos estudam na Universidade Federal de Pelotas (UFPEl).

Nas entrevistas foram abordadas 5 questões.

Questão 1 - Como o TDAH afeta seus relacionamentos pessoais e profissionais?

Questão 2 - Quais são os principais sintomas do TDAH que afetam sua vida cotidiana?

Questão 3 - Como o TDAH impacta sua capacidade de concentração em tarefas específicas, como trabalho ou estudo?

Questão 4 - Você tem alguma experiência com medicação para o TDAH? Se sim, quais foram os efeitos colaterais ou benefícios que você observou?

Questão 5 - Quais estratégias você utiliza para lidar com os sintomas do TDAH no dia a dia?

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Como o TDAH afeta seus relacionamentos pessoais e profissionais?

Todos os entrevistados com exceção de P1 relataram que por possuir TDAH as relações pessoais são muito conturbadas, relatam também sentir uma dificuldade em manter os relacionamentos, sentem dificuldade em formar novas amizades; O entrevistado P1 relata que tem uma vida pessoal tranquila, namora, sente facilidade em fazer amizades, relata que seu maior problema é a dificuldade de expor suas ideias em público. Já na vida profissional, os entrevistados P4 e P5 relatam que há uma dificuldade em serem contratados quando citam que possuem TDAH, quando contratados relatam sentir uma dificuldade em manter foco durante o expediente, já os P1, P2 e P3 disseram que nunca trabalharam fora de suas propriedades.

Quais são os principais sintomas do TDAH que afetam sua vida cotidiana?

Todos os entrevistados relatam que sentem uma falta de atenção durante seus afazeres, sentem-se ansiosos constantemente, sentem uma dificuldade enorme de memorizar onde guardam suas coisas e afazeres da universidade, se distraem com facilidade; o entrevistado P3 além de sentir tudo o que os outros relataram, ele relatou sentir picos de Hiperatividade, e falou que sentem picos de estresse/raiva.

Como o TDAH impacta sua capacidade de concentração em tarefas específicas, como trabalho ou estudo?

Esta era uma das questões que em meu ver seria de muita importância saber as respostas dos entrevistados visto que são estudantes. Todos relataram que sentem uma dificuldade enorme em focar em apenas uma coisa durante os estudos, relatam que cometem erros frequentes por falta de compreensão e dificuldade de concentração. O entrevistado P2 relata que se sente às vezes inferior aos colegas em sala por não conseguir acompanhá-los, e isso é algo que lhe chateia e entristece muito.

Você tem alguma experiência com medicação para o TDAH? Se sim, quais foram os efeitos colaterais ou benefícios que você observou?

O entrevistado P1 relatou estar usando agora ultimamente o remédio Venvanse, que lhe tirou o apetite, lhe trouxe picos de ansiedade e de hiperatividade e por isso começou a tomar também remédios para controlar a ansiedade. O entrevistado P2 relatou tomar Ritalina no qual aumentou a ansiedade e lhe tirou o sono. O entrevistado P3 relatou que desde muito novo quando diagnosticado toma calmantes, disse que já trocou várias vezes de remédio por que o efeito passa muito rápido. O entrevistado P4 relatou que optou em não fazer uso de remédios. O entrevistado P5 diz que se recusa a fazer uso da medicação.

Quais estratégias você utiliza para lidar com os sintomas do TDAH no dia a dia?

Cada entrevistado lida diferente diariamente com os sintomas. O P1 faz tratamento psiquiátrico uma vez ao mês e toma remédios controlados. O P2 faz terapia ocupacional semanalmente e faz sessões mensalmente com psicólogo. O P3 relatou que para lidar com os sintomas opta em dormir, dar uma caminhada ou tomar banho. O P4 falou que optou em estipular horários para fazer seus afazeres do cotidiano e fala que isso lhe está ajudando muito. E o P5 relatou que tenta se manter organizado diariamente principalmente com os estudos, evitando distrações.

4. CONCLUSÕES

A Partir das entrevistas, exploramos os desafios enfrentados pelos colegas que possuem TDAH. Alguns resultados eram esperados, como principalmente a falta de concentração durante o cotidiano, o uso de medicamentos para amenizar os sintomas e falta de estrutura para estes em serviços e universidades e a dificuldade de expor o que sentem afetivamente. Por alguns relatos, é possível reparar a força de vontade que esses alunos têm não só com o curso, mas com os próprios sonhos, também é possível reparar a falta de conhecimento dos professores quanto à existência de recursos para o ensino desses alunos, e de suas necessidades para buscar estabelecer um bom relacionamento com eles, para possa haver realmente uma contribuição e que a inclusão se efetive.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GOV.BR. **Saúde mental**. Ministério da Saúde, 20 set. 2022. Especiais. Acessado em 04 set. 2023. Online. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2022/setembro/entre-5-e-8-da-populacao-mundial-apresenta-transtorno-de-deficit-de-atencao-com-hiperatividade>

ABDA. **Ajustes, adaptações e intervenções básicas para alunos com TDAH**. ABDA, 12 mar. 2023. Especiais. Acessado em 04 set. 2023. Online. Disponível em: <https://tdah.org.br/ajustes-adaptacoes-e-intervencoes-basicas-para-alunos-com-tdah/>

DANIEL SEGENREICH. **Como entender e ajudar o paciente com TDAH em meio às novas revoluções digitais e sociais? Parte 1**. ABDA, 24 jul. 2019. Especiais. Acessado em 05 set. 2023. Online. Disponível em: <https://tdah.org.br/como-entender-e-ajudar-o-paciente-com-tdah-em-meio-as-novas-revolucoes-digitais-e-sociais-parte-1/>

SABRINA BRITO, SIMONE BLANES. **Os desafios dos adultos diagnosticados com TDAH**. Revista eletrônica Veja, 20 jan. 2022. edição nº 2773. Especiais. Acessado 06 set. 2023. Online. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/saude/os-desafios-dos-adultos-diagnosticados-com-tdah>

SILVA, A.B.B **Mentes inquietas: TDAH: DESATENÇÃO, HIPERATIVIDADE E IMPULSIVIDADE**. São Paulo: Principium, 2022.

UM OLHAR SOBRE A BARREIRA COMUNICACIONAL, COMO TORNAR MATERIAIS ACESSÍVEIS.

EDUARDA LAMEGO GUERRA¹; ESTHER MARIANA NASCIMENTO COSTA²;
SARA MARIA SOARES AMARAL NEGRE³; ALINE NUNES DA CUNHA DE
MEDEIROS⁴

¹Universidade Federal de Pelotas – eduardalamegoguerra@gmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – esthercosta.nai@gmail.com

³Universidade Federal de Pelotas - smariasmsan.monitoria@gmail.com

⁴Universidade Federal de Pelotas – alinenem@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

A comunicação é um elemento essencial na sociedade, ela é responsável pela transmissão do conhecimento e experiência, é a troca de informações, ideias e sentimentos, envolvendo assim processos que mantêm os indivíduos em contato permanente e em todas as circunstâncias, propiciando a interação e a evolução social. No entanto, a barreira comunicacional ainda é um problema na vida de diversas pessoas com deficiência, colocando limites à compreensão do conviver em sociedade e à inclusão, que é fundamental e deveria ser facilmente acessível a todos.

Para pensarmos numa sociedade acadêmica inclusiva, é necessário que os conteúdos, os editais e os diversos materiais disponibilizados em aula ou nos canais de comunicação institucional também estejam em consonância com o Desenho Universal, sendo acessíveis a todos os indivíduos, visando à igualdade de oportunidades e à acessibilidade, conforme preconiza a Lei 13.146/2015, em seu artigo 4º:

“Toda pessoa com deficiência tem direito à igualdade de oportunidades com as demais pessoas e não sofrerá nenhuma espécie de discriminação - 1. considera-se discriminação toda forma de distinção, restrição e exclusão...incluindo a recusa de adaptações razoáveis e de fornecimento de tecnologias assistivas.”

Tomando a legislação como parâmetro de como os serviços e produtos devem estar disponíveis de forma a contemplar o sujeito e suas especificidades, refletimos sobre como podemos superar essas barreiras comunicacionais e de fato implementar medidas práticas para garantir conteúdos acessíveis a todos (as) os (as) estudantes da universidade?

2. METODOLOGIA

Como forma de superar as barreiras comunicacionais foram observadas algumas práticas adotadas no repositório do site do Núcleo de Acessibilidade e Inclusão que incluem o cuidado desde o desenvolvimento do conteúdo até a divulgação, na sequência, a descrição de sugestões para uma postura comunicacional acessível.

- A. Adoção de recursos e tecnologias assistivas que facilitem o acesso à informação. Por exemplo: legendas, sinalização em Libras (Linguagem Brasileira de Sinais) e audiodescrição.
- B. Avaliação constante da eficácia das estratégias de acessibilidade implementadas.
- C. Disponibilização de materiais em Braille e aparelhos que transformam livros em arquivo de áudio.

Através da implementação dessas práticas inclusivas, temos como objetivo enfrentar barreiras comunicacionais, promover uma mudança no paradigma da acessibilidade no meio universitário e possibilitar que todos os estudantes tenham a oportunidade de explorar plenamente seu potencial acadêmico, independente de suas capacidades.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A criação de materiais mais acessíveis ajuda a superar as barreiras comunicacionais, e, nesse sentido, a instituição tem papel fundamental na medida em que possibilita aos discentes, servidores e comunidade, independentemente da deficiência, participarem das atividades acadêmicas e, assim, usufruírem do espaço no qual fazem parte, gerando uma sensação de pertencimento. Embora o aprimoramento desses recursos despenda tempo e mais trabalho, o reconhecimento do impacto positivo na comunidade acadêmica motiva a continuidade desse trabalho.

Garantir a acessibilidade em sites e conteúdos acadêmicos é mais do que uma medida técnica; é uma ação crucial para promover a inclusão e proporcionar acesso equitativo ao conhecimento. A implementação de práticas inclusivas, desde o desenvolvimento até a divulgação dos materiais, cria um ambiente educacional onde a diversidade é valorizada. Isso não apenas remove barreiras, mas também enriquece a troca de ideias e contribui para uma sociedade mais inclusiva e justa, onde todos têm oportunidades iguais de participar, de aprender e de contribuir.

A equipe do Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (NAI), da Universidade Federal de Pelotas (UFPEl) está imbuída para que a acessibilidade se torne mais presente, seja ofertando recursos assistivos com a disponibilização de aparelhos e instrumentos, a elaboração de materiais acessíveis seguindo o Desenho Universal, a existência de um sala educacional especializada com o atendimento fornecido por psicopedagogas e terapeutas educacionais, a parceria com o curso de Psicologia por meio de estagiários que promovem o acolhimento de acadêmicos (as) atendidos (as) pelo NAI e o suporte com intérpretes e apoio de 30 tutores e duas bolsistas de desenvolvimento institucional, disponíveis para fazer a vida acadêmica dos (as) estudantes com deficiência mais adequadas.

4. CONCLUSÕES

A criação de materiais mais acessíveis é vital para uma educação inclusiva de qualidade. Ao superar as barreiras comunicacionais, a instituição permite que todos (as) os (as) estudantes, independentemente de deficiências, participem plenamente da vida acadêmica. Embora o aprimoramento desses

recursos seja trabalhoso, o reconhecimento do impacto positivo na comunidade acadêmica motiva a continuidade desse trabalho.

Garantir a acessibilidade em sites e conteúdos acadêmicos é mais do que uma medida técnica; é uma ação crucial para promover a inclusão e proporcionar acesso equitativo ao conhecimento. Com isso temos a necessidade de concursos para a nomeação de profissionais com conhecimento na elaboração de material acessível (audiodescritores), formações permanentes no campo da comunicação para a superação de barreiras e atenção e aprimoramento das páginas dos cursos em formato de acessibilidade. A implementação destas práticas inclusivas, desde o desenvolvimento até a divulgação dos materiais, cria um ambiente educacional onde a diversidade é valorizada. Isso não apenas remove barreiras, mas também enriquece a troca de ideias e contribui para uma sociedade mais inclusiva e justa, onde todos têm oportunidades iguais de participar, aprender e contribuir.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Livro

VIGOTSKI, L. S. **A construção do pensamento e linguagem**. São Paulo: Martin Fontes, 2001

Artigo

PALAVISSINI, C F C; DE LIMA, D F. Ingresso e permanência do aluno surdo no meio universitário: enfrentamentos e superações. **II Congresso Brasileiro Interdisciplinar em Ciência e Tecnologia**, Paraná, v.1, n.6, 2021.

SILVA, D A; ALBUQUERQUE, R N. Barreiras comunicacionais no atendimento em saúde da população surda: uma revisão integrativa. **UNIVATES**, v.82 , n.91, 2022.

DE CASTRO, S F; ALMEIDA, M A. Ingresso e permanência de alunos com deficiência em universidades públicas brasileiras. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v.1, n.16, 2014.

PALACISSINI, C F C; DE LIMA, D F. Ingresso e permanência do aluno surdo no meio universitário: Enfrentamentos e superações. **Congresso Brasileiro Interdisciplinar em Ciência e Tecnologia**, v1, n.6, 2021.

Tese/Dissertação/Monografia

GRACIOLA, A R. **Acessibilidade comunicacional: os processos de comunicação na inclusão social de pessoas com deficiência**. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação - Comunicação e Cultura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul

CIANTELLI, A. P. C. ; LEITE, L. P. **Ações Exercidas pelos Núcleos de Acessibilidade nas Universidades Federais Brasileiras**. 2016. Tese (Mestrado em Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem), Universidade Estadual Paulista

RIBEIRO, D. M. **Barreiras Atitudinais: obstáculos e desafios à inclusão de estudantes com deficiência no ensino superior.** 2016. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal de Pernambuco

MUCCINI, P. **Estudantes com surdocegueira na universidade: mapeando barreiras e facilitadores que perpassam o processo de inclusão acadêmica.** 2017. Dissertação (Mestrado em Psicologia), Universidade Federal de Santa Catarina

ANÁLISE DE POLÍTICAS E CONDIÇÕES DE ACESSIBILIDADE DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA FÍSICA EM 3 UNIVERSIDADES PÚBLICAS NO BRASIL

LUIZ HENRIQUE GARLET LEAL¹; CARLA DE CARVALHO TEIXEIRA²;
WILISTON FERNANDES ELEUTÉRIO³; ALINE NUNES DA CUNHA DE
MEDEIROS⁴

¹Universidade Federal de Pelotas – garletluiz@gmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – carla.cteixeira99@gmail.com

³Universidade Federal de Pelotas – ewiliston@gmail.com

⁴Universidade Federal de Pelotas – alinenm@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

Desde a implementação das políticas de cotas nas universidades federais na década passada, é evidente a transformação dos espaços acadêmicos outrora dominados por um público restrito. No entanto, apesar das medidas abrangentes para a inclusão de grupos minoritários nesses ambientes, torna-se evidente a persistência de diversos entraves que comprometem a plenitude da participação desses indivíduos. (BRASIL, 2012). Paralelo a isso, ao analisarmos a situação, é notório que pessoas com necessidades específicas, como aquelas com deficiência física, só tiveram oportunidades de inserção nas instituições de ensino superior com a Lei 13.409/2016, promulgada pelo governo de Michel Temer, que altera a legislação sobre cotas no ensino superior federal, que já contemplava estudantes vindos de escolas públicas, de baixa renda, negros, pardos e indígenas. (BRASIL, 2016).

Percebe-se, ainda, a prevalência de obstáculos, as quais dificultam a livre circulação dos indivíduos que possuem limitações físicas, por exemplo. Assim, é evidente que as barreiras arquitetônicas, relacionadas à infraestrutura e aos espaços físicos, dificultam o deslocamento, a transferência e o direito de ir e vir dessas pessoas nesses espaços que por conseguinte afeta o pleno exercício da cidadania. (Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, 2015).

O Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, nesse ínterim, criou uma Portaria Interministerial, a n. 323, de 10 de setembro de 2020, que visa tratar da acessibilidade das edificações de uso público dos órgãos e entidades da administração pública federal. Essa atitude promove coleta de dados sobre o atual cumprimento de regras que os espaços devam apresentar e diante dessa análise intervenção do Estado para a definição de metas de adequação dos imóveis às regras de acessibilidade. Nesse sentido, essa ação governamental parece aproximar os portadores de deficiências físicas aos espaços antes não alcançados, como as universidades. (GOV, 2022).

Todavia, assim como mencionado por Garcia, Bacarin e Leonardo (2018, p. 34) "assegurar a acessibilidade no contexto do ensino superior ainda é um tópico relativamente novo". Nesse contexto, expor os subsídios literários que abordam as diversas formas de obstáculos à acessibilidade no ensino superior se torna relevante, a fim de objetivar abordagens reflexivas da sociedade civil, especialmente às instituições universitárias, em relação às pessoas com deficiência que fazem parte do ambiente acadêmico.

Diante das informações supracitadas, esse artigo de revisão objetiva analisar a situação de estudantes com deficiência física em 3 universidades federais de ensino superior do Brasil, na Universidade Federal do Rio Grande do

Norte (UFRN), na Universidade Federal do Pará (UFPA) e na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

2. METODOLOGIA

A metodologia empregada neste artigo de revisão baseia-se em uma abordagem sistemática e abrangente para coleta, seleção e análise de estudos relevantes sobre o tema das pessoas com deficiência física em três universidades públicas federais do Brasil. O processo de busca da literatura foi conduzido na base do Google Acadêmico e da *Scientific Electronic Library Online* (SciELO). Foram estabelecidos critérios de inclusão para selecionar os estudos, priorizando pesquisas publicadas nos últimos dez anos que abordassem diretamente as questões relacionadas aos desafios e as políticas de acessibilidade voltadas para a qualidade de vida das pessoas com deficiência física no contexto acadêmico.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com base na lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394 (1996) e na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva (Brasil, 2008), a Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN criou em 2010 o Núcleo de Acessibilidade denominado Comissão Permanente de Apoio ao Estudante com Necessidade Especial, com objetivo de propor ações que contribuam para o acesso, permanência e conclusão dos cursos de ensino superior pelos alunos com deficiência.

Entre as ações desenvolvidas pela comissão, foram criados laboratórios e setores de acessibilidade, com a intenção de tornar os espaços acessíveis. Além disso, foram desenvolvidas ações nesse intuito, dentre as quais se destacam: um sistema de diagnóstico das condições de acessibilidade física, um manual de acessibilidade juntamente com um guia de orientações básicas a respeito do assunto, eventos de capacitação de gestores e docentes locais, campanhas de acessibilidade, consultorias e construção de rotas e rampas acessíveis, tudo isso, a partir de uma equipe que conta com profissionais e bolsistas que trabalham diretamente no núcleo.

Nesse sentido, de acordo com as análises realizadas, a atuação do núcleo tem sido um importante referencial de articulação na universidade e tais ações promovidas têm fortalecido a política de acessibilidade, com consequente melhoria nas condições de aprendizado de alunos com necessidades específicas.

Na Universidade Federal do Pará (UFPA), foram analisadas condições de acessibilidade para deficientes físicos em diversos espaços do campus do Guamá. Destarte, verificou-se insuficiências de adequações que resultam em dificuldades de locomoção, destacando rampas quebradas, colunas e vasos que estreitam a passagem, ausência de rampas e elevadores, rampas sem corrimão, portas estreitas e desnivelamento nos pisos, barreiras físicas que prejudicam a locomoção e autonomia dos alunos portadores de deficiências físicas. É importante destacar que, todos os problemas apresentados são classificados no manual de acessibilidade da ABNT (2004), que possui caráter obrigatório de cumprimento pela instituição. Dessa forma, verificou-se que a UFPA atende parcialmente as adequações necessárias, devendo prezar pela efetivação de melhorias de barreiras físicas e arquitetônicas que permitam uma equidade entre os universitários.

Um terceiro estudo realizado na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) fez uso da tecnologia do Sistema Global de Posicionamento (GPS) para

identificar os elementos para acessibilidade de indivíduos que utilizam cadeiras de rodas, em uma área de atendimento à saúde para público interno e externo. Foram analisados 10 acessos, que por sua vez, foram classificados conforme a Tabela abaixo.

Classificação	Característica	Número de acessos
Acessibilidade Alta	Boa condição física do piso e inclinação correta	1
Acessibilidade Moderada	Pisos rachados e inclinação correta	3
Acessibilidade Baixa	Inclinação fora do padrão e locomoção dificultada	2
Acessibilidade Muito baixa	Inclinação fora do padrão e necessidade de acessibilidade assistida	4

Tabela 1 - Classificação dos acessos

Partindo desta análise, verificou-se que apenas 4 acessos possuem inclinação indicada. Além disso, outros agravantes foram identificados, como falta da sinalização indicativa das rampas, trechos irregulares, piso quebrado ou rachado, falta de padrão entre as calçadas e presença de obstáculos físicos.

Nesse sentido, a falta de padronização é um grave fator de impedimento à mobilidade e acesso dos indivíduos cadeirantes que fomenta a dificuldade de uma locomoção segura e autônoma por alunos, servidores e público em geral.

4. CONCLUSÕES

Com base no exposto, infere-se que as políticas voltadas para pessoas com deficiência dependem fundamentalmente da construção de marcos normativos, que a partir de uma base legal consolide ações. Nesse sentido, torna-se claro que as três instituições estudadas seguem em busca de uma melhor adequação quanto à acessibilidade, seja através de ações políticas ou análise das condições físicas presentes.

A Universidade Federal de Pernambuco e a Universidade Federal do Rio Grande do Norte mostraram um melhor desempenho efetivo em busca das adequações necessárias. No entanto, a Universidade Federal do Pará foi a única que encontrou-se, no momento deste estudo, com piores adequações de acessibilidade exigidas pela Lei nº 9.394 (1996) e manual de acessibilidade da ABNT (2004) enfatizando a necessidade de melhorias das condições físicas e arquitetônicas de forma que permitam uma equidade entre os universitários.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Lei de Cotas Para o Ensino Superior**. Portal.mec.gov.br. Acessado em 05 set. 2023. Online. Disponível em: portal.mec.gov.br/cotas/perguntas-frequentes.html

SENADO FEDERAL. **Lei de Cotas Para Pessoas com Deficiência em Universidades Federais já Está Em Vigor**. Senado Notícias, 05 jan. 2017. Acessado em 05 set. 2023. Online. Disponível em : www12.senado.leg.br/noticias/materias/2017/01/05/lei-de-cotas-para-pessoas-com-deficiencia-em-universidades-federais-ja-esta-em-vigor

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 9050/2015: acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos**. Acessado em 05 set. 2023. Online. Disponível em: http://acessibilidade.unb.br/images/PDF/NORMA_NBR-9050.pdf

MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA. **Acessibilidade nas edificações do MMFDH**. Gov.Br. Acessado em 05 set. 2023. Online. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/aceso-a-informacao/governanca/acessibilidade/acessibilidade-nas-edificacoes-do-mmfdh>

SERVIÇOS E INFORMAÇÕES DO BRASIL. **Políticas públicas levam acessibilidade e autonomia para pessoas com deficiência**. Gov.Br. Acessado em 05 set. 2023. Online. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/assistencia-social/2021/09/politicas-publicas-leva-m-acessibilidade-e-autonomia-para-pessoas-com-deficiencia>

GARCIA, R. A. B.; BACARIN, A. P. S.; LEONARDO, N. S. T. Acessibilidade e permanência na educação superior: percepção de estudantes com deficiência. **Psicologia Escolar e Educacional**. São Paulo. v.22, n. especial, p. 33-40, 2018.

MELO, F. R. L. V.; ARAÚJO, E. R. Núcleos de Acessibilidade nas Universidades: reflexões a partir de uma experiência institucional. **Psicologia Escolar e Educacional**. São Paulo. v.22, n. especial, p. 57-66, 2018.

COSTA, M. F. L.; SOUZA, C. T. R. Acessibilidade e inclusão de cadeirantes na universidade federal do Pará. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**. Araraquara. v.9, n.2, p. 459-469, 2014.

ROCHA, E. C. O.; TEIXEIRA, A. M. A.; LIRA, M. M. P.; CANDEIAS, A. L. B.; SÁ, L. A. C. M. Imagens de alta resolução na análise da acessibilidade para cadeirantes na Universidade Federal de Pernambuco - UFPE. **Revista Brasileira de Geomática**. Curitiba. v.4, n. 3, p.146-154, 2016.

CIANTELLI, A. P. C.; LEITE, L. P. Ações Exercidas pelos Núcleos de Acessibilidade nas Universidades Federais Brasileiras. **Revista Brasileira de Educação Especial**. Marília. v. 22, n. 3, p. 413-428, 2016.

VIAGEM DO PET: ARQUITETURA, CONSTRUÇÃO E TECNOLOGIA

ISADORA DORNELES MACIEL¹; ANDRÉ DE OLIVEIRA TORRES CARRASCO².

¹ Universidade Federal de Pelotas – isadora.maciell@ufpel.edu.br

² Universidade Federal de Pelotas – andre.carrasco@ufpel.edu.br

1. INTRODUÇÃO

A viagem de estudo arquitetônico para Porto Alegre se enquadra dentro do contexto da atividade Viagem do PET promovida pelo Programa de Educação Tutorial (PET) Arquitetura. O PET Arquitetura conta com diversas atividades de ensino, pesquisa e extensão e uma delas tem como objetivo viabilizar viagens de estudo para diversas localidades, com o propósito de enriquecer a experiência educacional aos alunos da graduação. O PET Arquitetura tem uma história sólida no desenvolvimento das atividades de viagem desde 2015, explorando destinos variados, como Minas Gerais, São Paulo, Montevideu e, na edição de 2022, Córdoba, na Argentina. Ademais, ainda no ano de 2023 ocorrerá uma viagem para Buenos Aires. Estas viagens, em geral, estão focadas em aspectos históricos, culturais e estéticos da arquitetura e do urbanismo dos contextos estudados. Este trabalho, entretanto, concentra-se especificamente na viagem de estudo para as cidades de Porto Alegre e São Leopoldo, que ocorreu no dia 26 de julho de 2023 e que teve como foco questões relacionadas à construção e tecnologia aplicada em projetos de arquitetura.

A carência de integração da tecnologia com áreas específicas do ensino aponta para um declínio gradual na exposição dos alunos a experiências práticas relacionadas à materialidade e para a reduzida compreensão dos aspectos técnicos e construtivos. Esse cenário, principalmente visível na área de Tecnologia da Construção, tem repercutido negativamente no ensino do desenho arquitetônico. Como resultado, observam-se trabalhos de desenho inexpressivos ou representações que carecem de coerência com a realidade material. (TAMASHIRO, 2010).

Nesse contexto, as viagens de estudo emergem como uma ferramenta indispensável para a formação de futuros arquitetos. Estas viagens transcendem a mera busca por conhecimento teórico e abrem as portas para uma educação que se constrói através da experiência prática e da interação com os espaços construídos em diferentes contextos culturais.

2. METODOLOGIA

A viagem de estudo objeto deste estudo foi planejada e organizada em uma colaboração entre o PET Arquitetura e a Professora Celina Maria Britto Correa, do Departamento de Tecnologia da Construção da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFPel (FAUrb). O processo de organização foi orientado pela disponibilidade e expertise do arquiteto Fernando Balvedi, sócio-diretor do escritório de arquitetura Hype Studio, responsável pelas obras da SAP Labs e do Estádio Beira-Rio, ambos destinos desta viagem. O itinerário da viagem foi então elaborado de forma colaborativa, levando em consideração a programação disponível do arquiteto e a logística geral da viagem.

A saída de Pelotas foi às 5h30 do dia 26 de julho de 2023. A primeira visita foi em São Leopoldo, na sede da SAP Labs, uma das maiores empresas de tecnologia do mundo, onde o arquiteto Fernando Balvedi, do Hype Studio juntou-se ao grupo. Logo após a pausa do almoço, o próximo destino foi Porto Alegre, diretamente para o estádio Beira-Rio, casa do Sport Club Internacional, também projetado pelo escritório Hype Studio. Saindo do estádio, o grupo se encaminhou ao último destino da viagem, o Parque esportivo da PUCRS. Após essas três visitas, a volta para pelotas se deu às 19h30 do mesmo dia.

Para garantir a participação dos estudantes da FAUrb, um formulário de inscrição foi criado e disponibilizado aos alunos. Esse formulário permitiu que os alunos demonstrassem interesse em participar da viagem, fornecendo informações essenciais. A seleção dos participantes foi baseada na ordem de inscrição, garantindo uma representação diversificada dos estudantes interessados.

A viagem foi realizada com o apoio logístico da UFPel, que disponibilizou um ônibus para o transporte dos participantes até os locais de visita. A combinação de esforços entre o PET Arquitetura, a professora do departamento de tecnologia da construção e o arquiteto Fernando Balvedi, juntamente com o suporte logístico da UFPel, permitiu a realização bem-sucedida dessa experiência educacional enriquecedora.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

No âmbito da educação em arquitetura, a teoria fornece os alicerces intelectuais, enquanto a prática oferece a experiência concreta. Ambos os elementos são igualmente essenciais para preparar os estudantes de arquitetura para os desafios do mundo real. A teoria arquitetônica, com seus princípios, conceitos e história, é o alicerce do conhecimento necessário para qualquer arquiteto. No entanto, a verdadeira compreensão da arquitetura vai além das palavras nos livros e das aulas na graduação. É na vivência prática que os conceitos teóricos ganham vida. Ao explorar edifícios notáveis e experimentar diferentes estilos arquitetônicos, os acadêmicos têm a oportunidade de aplicar e experimentar a teoria de forma concreta.

A seleção dos destinos da viagem de estudo - a sede da SAP Labs, o Estádio Beira Rio e o Parque Esportivo da PUCRS - foi cuidadosamente considerada e fundamentada em diversos fatores, todos convergindo para criar uma experiência educacional abrangente.

A sede da SAP Labs, representa um mergulho profundo no mundo da tecnologia e inovação arquitetônica. Esta escolha reflete a crescente importância da tecnologia na arquitetura moderna e na construção de edifícios inteligentes e sustentáveis. Os estudantes tiveram a oportunidade de explorar como as soluções tecnológicas são incorporadas à concepção arquitetônica, bem como compreender as demandas específicas de projetos comerciais e de pesquisa e desenvolvimento.

O Estádio Beira-Rio, casa do Sport Club Internacional, foi escolhido por sua importância histórica e arquitetônica. Este ícone esportivo não é apenas um exemplo impressionante de design de estádio, mas também engloba a relação simbiótica entre o esporte e a arquitetura. A visita ao Beira-Rio proporcionou aos estudantes uma compreensão única da interseção entre a arquitetura esportiva, a funcionalidade e a experiência do espectador, além de abordar desafios de infraestrutura em um contexto urbano.

O Parque Esportivo da PUCRS foi incluído no itinerário para destacar a importância dos espaços esportivos e recreativos em ambientes acadêmicos e urbanos. Ademais, o prédio tem soluções estruturais interessantíssimas, pois comporta inúmeros espaços esportivos ao longo de um edifício em altura, solução não muito comum para o programa em questão.

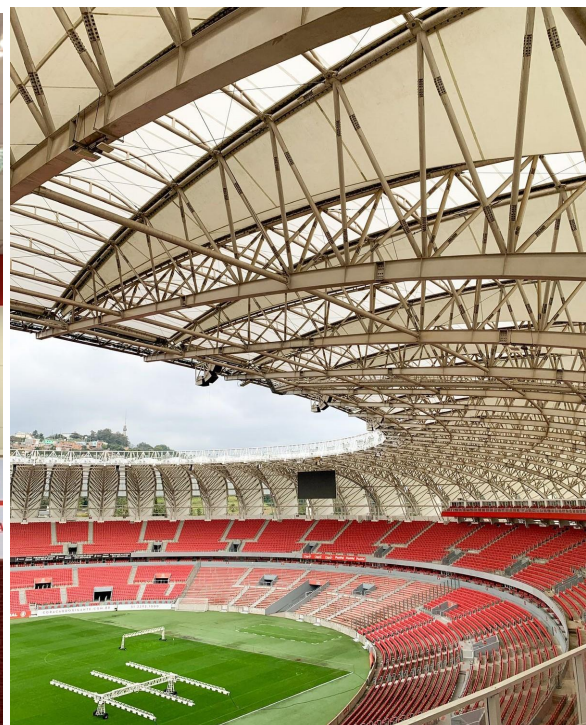
4. CONCLUSÕES

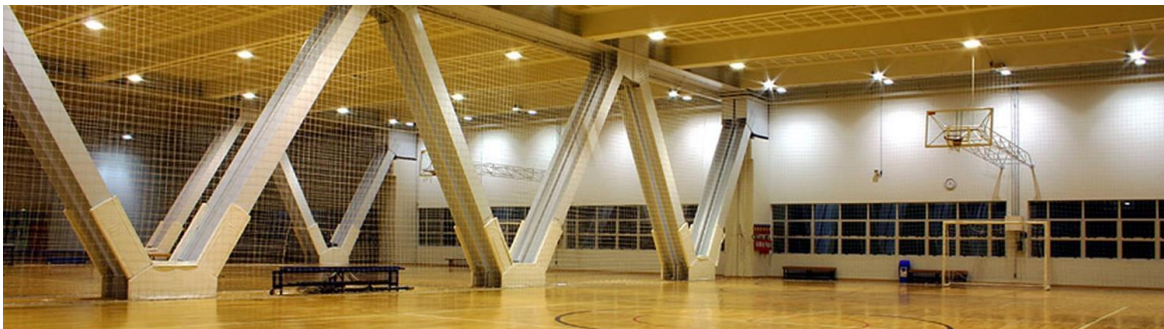
A viagem de estudo para Porto Alegre e São Leopoldo representou uma oportunidade única e inovadora para os estudantes de arquitetura envolvidos. Ao explorar o Estádio Beira-Rio, a sede da SAP Labs e o Parque Esportivo da PUCRS, os participantes foram expostos a uma variedade de contextos arquitetônicos que abraçam a diversidade da disciplina.

A inovação deste trabalho reside na sinergia entre teoria e prática, entre os princípios fundamentais da arquitetura e suas aplicações reais. A experiência proporcionou uma visão tangível das complexidades do campo da arquitetura, desde o desafio de criar espaços esportivos funcionais e esteticamente atraentes até a integração da tecnologia em edifícios inteligentes e sustentáveis.

Além disso, a interação com o arquiteto das obras e a imersão em ambientes reais de construção e design permitiram que os estudantes vislumbrassem o mundo além da sala de aula, enriquecendo sua compreensão e inspirando uma abordagem mais inovadora e consciente da arquitetura.

Assim, a viagem para Porto Alegre e São Leopoldo não apenas proporcionou uma educação prática e diversificada, mas também desencadeou a imaginação e o potencial criativo dos futuros arquitetos, preparando-os para abraçar os desafios e oportunidades que aguardam em suas carreiras. Esta experiência inovadora enfatiza que a verdadeira inovação na arquitetura ocorre quando teoria e prática se unem, moldando um futuro construído de maneira mais sustentável, funcional e esteticamente cativante.





Fonte: acervo pessoal

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

TAMASHIRO, H. A. **Entendimento técnico-construtivo e desenho arquitetônico: uma possibilidade de inovação didática**. 2010. 183 f. Tese (Doutorado em Arquitetura) -Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo.

HYPE STUDIO. **Estádio Beira-Rio**. Porto Alegre. Disponível em:
<https://hypestudio.com.br/br/estadio-beira-rio>

HYPE STUDIO. **SAP Labs Latin America**. Porto Alegre. Disponível em:
<https://hypestudio.com.br/br/sap-labs-latin-america>

LINHAS DE POBREZA MONETÁRIA E AS POPULAÇÕES CONSIDERADAS POBRES NO BRASIL NO ANO DE 2021: UMA ANÁLISE ESTATÍSTICA DOS DADOS

GABRIELA SILVEIRA ALDRIGHI¹; RAIANI BARBOSA DA ROCHA²; LUCIANA COSTA NUNES³; POLLYANE VIEIRA DA SILVA⁴

¹Universidade Federal de Pelotas – gabriela.aldrighi@ufpel.edu.br

²Universidade Federal de Pelotas – raihbarbosa@gmail.com

³Universidade Federal de Pelotas – medvetlucy01@gmail.com

⁴Universidade Federal de Pelotas – pollyane.silva@ufpel.edu.br

1. INTRODUÇÃO

A pobreza é normalmente definida como uma condição humana de privação de recursos monetários (renda familiar) necessários para uma vida digna. Em termos práticos a pobreza monetária pode estar caracterizada por um limiar absoluto, ou seja, uma medida que identifica aqueles que não atingem um padrão mínimo de subsistência; ou por um limiar relativo, uma medida que reflete a posição dos menos bem colocados na sociedade.

A noção de linha de pobreza equivale a essa medida. Em última instância, uma linha de pobreza pretende ser o parâmetro que permite, a uma sociedade específica, considerar como pobres todos aqueles indivíduos que se encontrem abaixo do seu valor (BARROS et al, 2001).

O cenário de pobreza traz uma série de consequências para os indivíduos e para o país onde vivem. Situações de fome, doenças epidêmicas, desemprego, carência de saneamento básico, emigração, violência, discriminação, aumento de pessoas sem abrigo e baixa esperança de vida são apenas alguns dos efeitos gerados pelo contexto de pobreza.

Este estudo tem como propósito não apenas apresentar os dados relativos à linha de pobreza monetária e à população em situação de pobreza, mas também buscar ativamente a identificação de tendências e padrões significativos. Desta forma, almeja-se enriquecer a compreensão da dinâmica da pobreza monetária no Brasil no ano de 2021, por meio de uma análise de estatísticas descritivas.

2. METODOLOGIA

Os dados utilizados neste trabalho foram obtidos em um dos livros informativos do IBGE (2021), e os gráficos foram gerados com o auxílio do aplicativo Canva. A metodologia deste trabalho é de pesquisa quantitativa de caráter descritivo. Será realizada uma descrição dos dados em estudo a partir da análise de estatística descritiva e análise exploratória dos dados, a fim de obter um panorama da pobreza monetária e das populações consideradas pobres no Brasil no ano de 2021.

A estatística descritiva, cujo objetivo básico é o de sintetizar uma série de valores de mesma natureza, permitindo dessa forma que se tenha uma visão global da variação desses valores, organiza e descreve os dados de três maneiras: por meio de tabelas, de gráficos e de medidas descritivas (GUEDES, 2015). Neste trabalho os dados serão apresentados por diferentes tipos de gráficos e infográficos.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A população do Brasil em 2021 era aproximadamente 214,3 milhões. Essa informação contextualiza o tamanho da população que está sujeita às condições de pobreza e extrema pobreza no país. Os dados de pessoas que vivem na pobreza e na extrema pobreza no período de 2019 a 2021 podem ser visualizados na Figura 1, fornecendo uma representação gráfica das tendências e mudanças ao longo desse período, o que é essencial para compreender a dinâmica da pobreza no Brasil. Essas informações, quando combinadas, ajudam a avaliar a proporção da população afetada por essas condições em relação ao número total de habitantes do país.

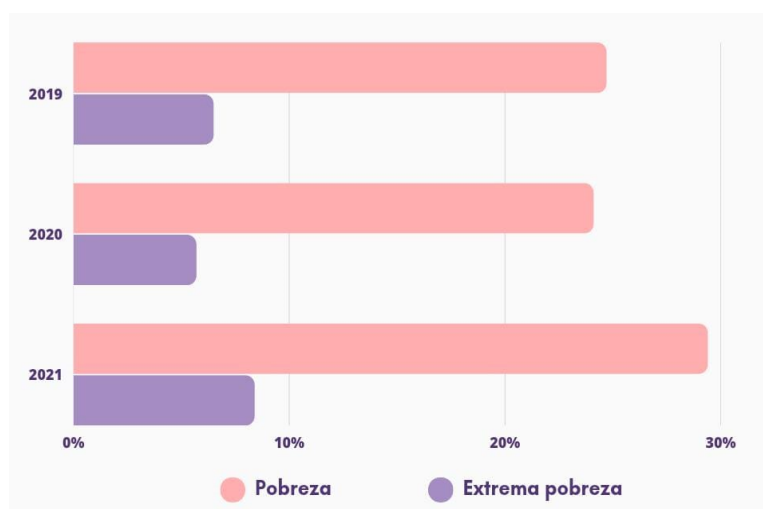


Figura 1: Porcentagem de pessoas em situação de pobreza e extrema pobreza, ao decorrer dos anos de 2019-2021

Fonte: Síntese de Indicadores Sociais - IBGE

Com base na observação da Figura 1, é evidente que em 2021 houve um aumento significativo em relação aos dois anos anteriores. A proporção de pessoas em situação de pobreza atingiu 29,4%, o que representa um aumento de 5,3 pontos percentuais em relação a 2020. Esse aumento sinaliza uma mudança significativa nas condições econômicas e sociais do país nesse período, destacando a necessidade de uma análise mais aprofundada das causas desse aumento na pobreza.

O estudo exploratório teve como foco analisar a pobreza e a extrema pobreza, considerando a relação com as diferentes regiões do Brasil e suas respectivas porcentagens de população, conforme ilustrado na Figura 2. Esse tipo de análise é fundamental para compreender como esses problemas socioeconômicos afetam cada região do país de forma distinta, permitindo a identificação de áreas que podem exigir políticas públicas e intervenções específicas para abordar essas questões de maneira mais eficaz.

Os dados apresentados na Figura 2 destacam uma discrepância preocupante na Região Nordeste do Brasil. Embora essa região represente 27,0% da população total do país, uma proporção significativamente maior de pessoas em situação de extrema pobreza (53,2%) e pobreza (44,8%) reside lá. Essa desigualdade pode ser atribuída a uma série de fatores complexos, incluindo questões políticas, sociais, de gênero e de raça.

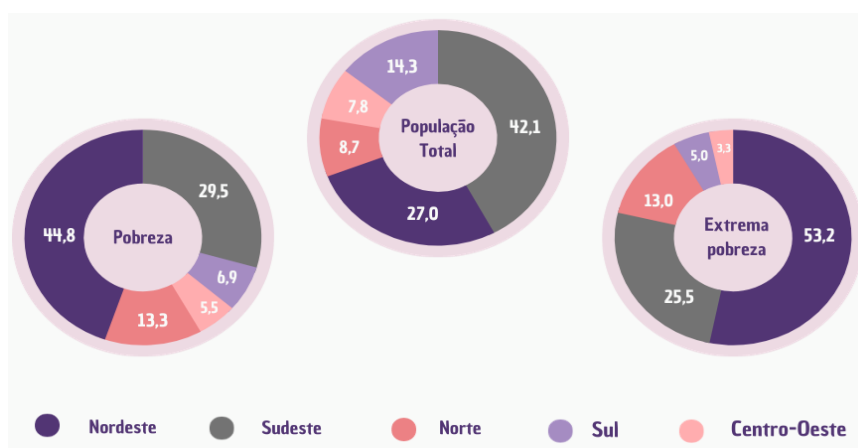


Figura 2: Distribuição da população total e em situação de pobreza e extrema pobreza no Brasil, por grandes regiões - 2021 (%)
Fonte: Síntese de Indicadores Sociais - IBGE

O estudo subsequente teve como objetivo investigar a relação entre gênero e raça com a pobreza monetária e as populações consideradas pobres no Brasil, conforme evidenciado na Figura 3.

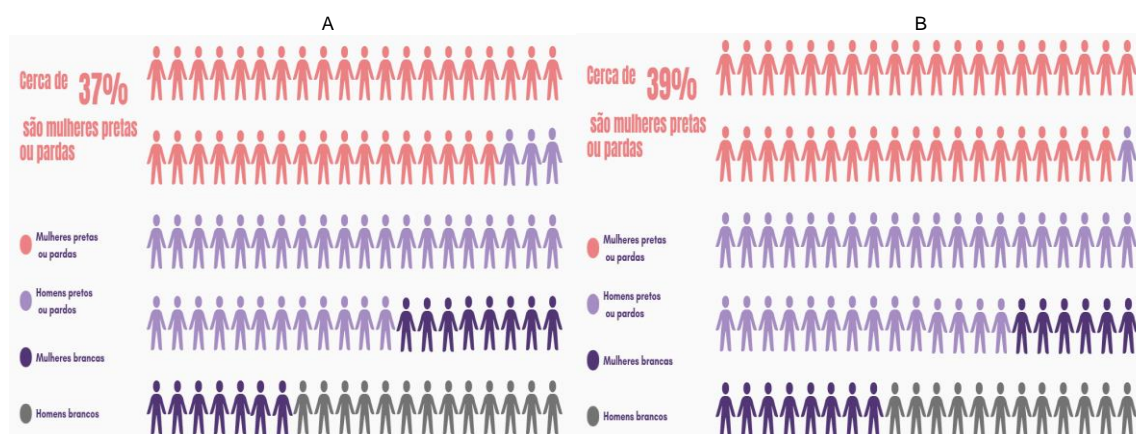


Figura 3: A - Distribuição de pessoas em condição de pobreza no Brasil, por sexo e cor ou raça - 2021 (%) e B - Distribuição de pessoas em condição de extrema pobreza no Brasil, por sexo e cor ou raça - 2021 (%)
Fonte: Síntese de Indicadores Sociais - IBGE

Essa disparidade sugere que as pessoas negras ou pardas, especialmente as mulheres, enfrentam desafios socioeconômicos significativos e estão em maior risco de viverem em condições de pobreza. Isso pode ser atribuído a várias formas de discriminação, desigualdades históricas, acesso limitado a oportunidades educacionais e econômicas, bem como outras barreiras sistêmicas.

Na Figura 4 tem-se a distribuição de pessoas em condição de pobreza e extrema pobreza no Brasil, por grupos de idade no ano de 2021 e oferece uma visão abrangente da distribuição da pobreza no país com base em faixas etárias.

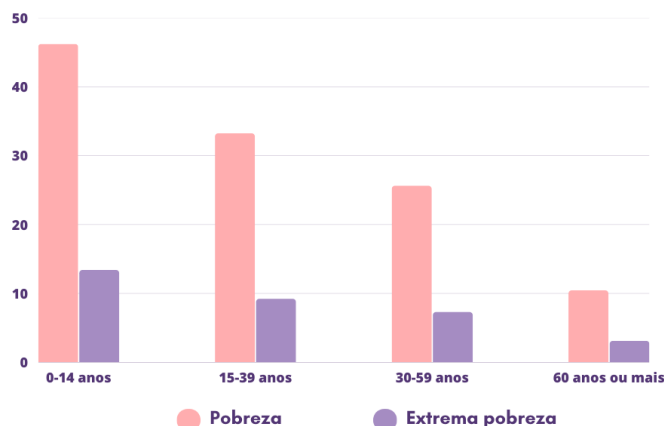


Figura 4. Distribuição de pessoas em condição de pobreza e extrema pobreza no Brasil, por grupos de idade - 2021 (%)

Fonte: Síntese de Indicadores Sociais - IBGE

Na Figura 4 os dados mostram que a pobreza é mais prevalente entre as crianças, com 13,4% delas vivendo em condição de extrema pobreza e 46,2% em pobreza. Essas taxas são significativamente superiores às verificadas na população com mais de 60 anos de idade. Essa disparidade pode ser atribuída a uma série de fatores, como falta de acesso a recursos econômicos, educação inadequada e falta de oportunidades para as famílias com crianças.

4. CONCLUSÕES

Observou-se com esse estudo que a região nordeste enfrenta uma proporção alta de pobreza, apontando para desigualdades regionais significativas. Além disso, a análise por gênero e raça destacou que a pobreza afeta de maneira mais acentuada as populações pretas ou pardas, especialmente as mulheres. Outro achado importante foi a alta prevalência de pobreza entre as crianças. Este estudo não apenas enriqueceu nossa compreensão da dinâmica da pobreza monetária no Brasil, mas também sublinhou a urgência de políticas públicas que abordem essas desigualdades, promovam a inclusão econômica e social e busquem garantir um futuro mais equitativo para todas as camadas da população brasileira. A análise de estatísticas descritivas desempenhou um papel fundamental ao destacar essas tendências, fornecendo informações valiosas para orientar políticas e estratégias futuras.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROS, Ricardo Paes de; HENRIQUES, Ricardo; MENDONÇA, Rosane Silva Pinto de. **A estabilidade inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil**. 2001.

GUEDES, Terezinha Aparecida et al. Projeto de ensino: aprender fazendo estatística. **Brasil**. http://www.each.usp.br/rvicente/Guedes_et al_Estatistica_Descritiva.pdf, 2015.

IBGE **Síntese de Indicadores Sociais Uma análise das condições de vida da população brasileira 2022**, Rio de Janeiro, 2022.

PASSOS PARA A DIVERSIDADE: DANÇA E SÍNDROME DE DOWN

RACHEL CAMPOS ALBAINI DA SILVA¹; ALINE NUNES DA CUNHA MEDEIROS²

¹Universidade Federal de Pelotas (UFPeL) – rachelalbaini@hotmail.com

²Universidade Federal de Pelotas (UFPeL) – alinencm@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem como objetivo investigar o potencial da dança como uma ferramenta de inclusão e desenvolvimento para indivíduos com síndrome de Down. Segundo Rangel (2017), a trissomia do cromossomo 21, popularmente conhecida como síndrome de Down, decorre de uma alteração genética resultante de uma falha na segregação celular durante o processo de divisão embrionária. Indivíduos com a síndrome apresentam não dois, mas sim três cromossomos no par 21, que é o menor par de cromossomos humanos. Entre os sintomas observados em pessoas com a síndrome, a hipotonia muscular é uma das manifestações mais frequentes, levando a uma redução da força muscular que pode dificultar a realização de várias atividades cotidianas.

Contudo, apesar das adversidades que as pessoas com a trissomia do cromossomo 21 enfrentam em suas vidas, a dança emerge como uma valiosa aliada no aprimoramento das capacidades cognitivas e motoras, ao mesmo tempo que desempenha um papel significativo na promoção da socialização.

Considerando essas informações, este estudo visa investigar como a dança afeta a qualidade de vida das acadêmicas com síndrome de Down do curso superior de licenciatura em dança da Universidade Federal de Pelotas (UFPeL), bem como analisar seus impactos nas habilidades cognitivas, motoras e sociais.

Para preservar a identidade das acadêmicas de dança, optei por utilizar a seguinte codificação neste trabalho: acadêmica A, ingressou na universidade em 2018; acadêmica B, ingressou na universidade em 2020.

2. METODOLOGIA

A abordagem deste trabalho caracteriza-se por ser qualitativa, uma vez que tem como objetivo capturar experiências e vivências singulares e distintas. Conforme Gerhardt e Silveira (2009) destacam, esse método de análise não se baseia em dados quantitativos, mas sim na compreensão de realidades que não podem ser quantificadas.

No entanto, este estudo explora um processo em que minha função como tutora estava intimamente ligada à minha posição de pesquisadora, visto que este trabalho propõe analisar a dança como uma ferramenta de inclusão e desenvolvimento para indivíduos com síndrome de Down. Devido a este fato, venho a integrar juntamente às alunas do curso de licenciatura em dança da Universidade Federal de Pelotas (UFPeL) com a trissomia do cromossomo 21 na posição de sujeito de pesquisa, pois neste contexto me dispunha na condição de tutora dos indivíduos.

Para a realização deste estudo, investiu-se na pesquisa de observação participante como técnica de coleta de dados, semelhante à observação simples, não sendo fácil por vezes distingui-las. Contudo, Gil (2008) afirma:

A observação participante, ou observação ativa, consiste na participação real do conhecimento na vida da comunidade, do grupo ou de uma situação determinada. Neste caso, o observador assume, pelo menos até certo ponto, o papel de um membro do grupo. Daí por que se pode definir observação participante como a técnica pela qual se chega ao conhecimento da vida de um grupo a partir do interior dele mesmo. (GIL, 2008, p.103)

Desta forma, percebe-se através da colocação do autor que a pesquisa de observação participante tem como característica principal a imersão do pesquisador no grupo. Partindo desta intenção, optei por me apoiar nesse método de pesquisa, haja vista o longo período de tempo que pude observá-las como tutora e como colega.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir da admissão de duas discentes com síndrome de Down no curso superior de licenciatura em dança da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) nos anos de 2018 e 2020, professores e alunos da graduação mudaram sua perspectiva sobre dança e sobre a trissomia do cromossomo 21.

No primeiro semestre do ano de 2018, os docentes do curso de licenciatura em dança enfrentaram uma situação surpreendente, pois não sabiam como ensinar e integrar uma pessoa com síndrome de Down, o que frequentemente tornava a inclusão uma tarefa desafiadora. Ao aprofundar seus conhecimentos sobre a deficiência da acadêmica, os corpos docentes e discentes mudaram sua perspectiva sobre a síndrome de Down e passaram a reconhecer que a dança é capaz de superar barreiras comunicativas, necessitando apenas do corpo em movimento para estabelecer conexões significativas.

No presente semestre, as acadêmicas A e B matricularam-se, respectivamente, nos componentes curriculares “Montagem Cênica II” e “Composição Coreográfica II”, no qual requer que o aluno tenha conhecimento e vivências prévias sobre dança para coreografar. Além disso, é fundamental que pelo menos três alunos integrem o espetáculo como parte do elenco e, por intermédio da ajuda de professores e da tutora, quatro bailarinos estão presentes na montagem cênica da acadêmica A e nove na composição da acadêmica B. Doravante às práticas em aula, as acadêmicas com trissomia do cromossomo 21 tiveram a oportunidade de interagir com o seu elenco e compartilhar seus conhecimentos em técnicas de dança. Ademais, tanto os estudantes quanto os professores manifestaram satisfação em ajudar as acadêmicas com a criação das coreografias, emocionando-se com o processo durante as aulas.

Ao longo do semestre, observou-se que a dança desempenhou um papel fundamental na vida das acadêmicas com Síndrome de Down, permitindo-lhes que interpretassem os movimentos solicitados em aula de maneira única, o que, por sua vez, promoveu o desenvolvimento de habilidades motoras, incluindo coordenação, equilíbrio e destreza. Por conseguinte, professores e alunos do curso constataram que a dança é uma ferramenta inclusiva de arte que pode ser apreciada e praticada por pessoas com trissomia do cromossomo 21, proporcionando-lhes inúmeros benefícios físicos, emocionais e sociais.

4. CONCLUSÕES

A dança assume um papel transformador na vida das acadêmicas com síndrome de Down, permitindo-lhes ressignificar suas experiências e fortalecer sua autoestima. Através da dança, elas encontram um meio de comunicação não verbal, onde podem expressar-se livremente sem limitações linguísticas ou barreiras comunicativas. Essa forma de arte proporciona explorar o corpo que dança, descobrindo novas formas de interagir consigo mesmo. Através desse canal de expressão artística, elas superam desafios, aprimoram o trabalho em equipe, se conectam com outras pessoas e desenvolvem significativamente suas habilidades cognitivas e motoras. Através das aulas práticas do curso superior de licenciatura em dança, observou-se que a dança é um papel de comunicação universal, pois permite que o corpo em movimento se conecte com outras pessoas e ultrapasse preconceitos, tornando-se inclusiva. A dança é uma grande aliada para a aceitação e o empoderamento ao permitir que pessoas com síndrome de Down sejam vistas e ouvidas, independentemente de suas habilidades físicas ou cognitivas.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

Métodos de pesquisa. [organizado por] GERHARDT, T.E.; SILVEIRA, D.T.; coordenado pela Universidade Aberta do Brasil - UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica, Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. 1. ed. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2009. Cap.2, p. 33-34. ISBN 978-85-386-0071-8. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/52806>. Acesso em: 16 de jun. de 2023

RANGEL, G. A. Um estudo sobre aquisição da escrita e síndrome de Down. *In*: MIRANDA, A.R.M.; CUNHA, A.P.N.; DONICHT, G. **ESTUDOS SOBRE AQUISIÇÃO DA LINGUAGEM ESCRITA**. Pelotas: Editora UFPel, 2017. Cap.18, p. 391-392. ISBN: 978-85-517-0018-1

PROJETO DE METODOLOGIA CIENTÍFICA PARA DESENVOLVER UM CHEESECAKE VEGANO: REVISÃO BIBLIOGRÁFICA E VISITA DE CAMPO

LAYSA CRISTINA LUZ CALIXTO JAKUES¹; TATIANE KUKA VALENTE
GANDRA²

¹Universidade Federal de Pelotas – laysa.jaques@ufpel.edu.br

²Universidade Federal de Pelotas – tkvgandra@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

A forma que os indivíduos se alimentam diz muito sobre seus posicionamentos políticos, cultura em que está introduzido, costumes e ideologias, contudo todos esses motivos também estão inseridos dentro de um cenário emocional, em que o ato de comer remete a algum período, em que essa atividade passa a ser mais do que apenas nutrir o corpo, é sinônimo de memórias que construímos no decorrer de nossa existência, por isso alguns pratos tem apelo afetivo (TERRA, 2019). Entretanto, algumas práticas alimentares, sejam por escolhas individuais, alergias ou intolerâncias severas, impedem que um grupo de pessoas consumam derivados de leite, como por exemplo o cheesecake.

O registro da receita mais antiga dessa sobremesa foi encontrado em *Forme of Cury* (escrito pelo Cozinheiro mestre do rei Ricardo II da Inglaterra), do século XVI. A partir daí têm-se versões adaptadas de cheesecake por muitas regiões do leste Europeu com diversas combinações feitas usando o queijo no formato de bolo em conjunto com frutas, nozes, especiarias, doces, entre outros. Sendo essa primeira versão completamente diferente da que conhecemos hoje, que só foi chegar em meados de 1880, intitulada como a “cheesecake moderna”.

Com o início da era da industrialização a “*Empire Cheese Company*” lançou o cream cheese, feito a partir da mistura de gordura de leite, leite e cultura de lactobacilos. Um dos primeiros restaurantes a usar o produto numa cheesecake foi o *Reuben’s Restaurant*, em Nova York, no ano de 1928. Nessa receita não existia a camada de biscoitos na base, porém, algum tempo depois passou a compor a sobremesa, pela facilidade na hora do corte (PINHO, 2017).

Neste sentido, um dos maiores desafios é ressignificar essa sobremesa para uma versão vegana, deixando de lado alguns sabores que lembram momentos que geram conforto. Assim, este projeto ligado a disciplina de Metodologia Científica será focado em trazer uma versão de cheesecake, o mais fiel possível em termos de textura, sabor e aparência, tendo o compromisso de só utilizar insumos feitos de plantas, completamente isentos de animais, para que a experiência de provar algo novo, não deixe nada a desejar em relação ao que já é conhecido e ainda respeite suas restrições ou estilo de vida. E neste trabalho será apresentado o que foi executado no projeto até o momento para o desenvolvimento deste cheesecake.

2. METODOLOGIA

Baseado na confecção do Projeto de Pesquisa da disciplina de Metodologia Científica do Curso Superior de Tecnologia em Gastronomia foi elaborada uma revisão bibliográfica para entendimento de conceitos do veganismo, de insumos e de processos que compõem a sobremesa, através de plataformas de buscas na internet. Não houve exclusão de período de publicação, porém, foram excluídos

artigos e publicações que não trouxessem informações sobre sobremesas veganas, crescimento do vegetarianismo, memória afetiva alimentar e cheesecake. Os descritores empregados foram: sobremesas veganas; veganismo; memória afetiva alimentar; cheesecake.

A partir das informações obtidas foi confeccionado um modelo de ficha técnica para elaboração de um produto próprio e foi realizada uma visita de campo em um restaurante local para inspiração de construção do produto e para análise dos aspectos sensoriais.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A seguir será explanado de forma sucinta conceitos sobre o veganismo e sobre a sobremesa em construção.

Para melhor compreensão do âmbito do vegetarianismo e veganismo é relevante saber a diferença entre os termos e suas vertentes. Tanto no veganismo quanto no vegetarianismo o consumo de carne de qualquer animal é dispensado, e as tão faladas proteínas são adquiridas com a combinação de um cereal e uma leguminosa. Dentro do vegetarianismo existem quatro tipos: ovolactovegetariano, lactovegetariano, ovovegetariano e vegetariano estrito. Os praticantes de uma dieta pautada no ovolactovegetarianismo continuam a comer ovos, leites e derivados de leite, enquanto no lactovegetarianismo restringem a não comer ovos, mas mantém na dieta preparações com leite e seus derivados, já no ovovegetarianismo o consumo de ovos é liberado e dispensam o leite e seus derivados e os vegetarianos estritos não consomem nada de origem animal na dieta (GIUDICE, 2019).

Todo vegano é um vegetariano estrito, porém, nem todo vegetariano estrito é vegano, isso porque o veganismo é um estilo de vida, em que tudo deve ser milimetricamente pesquisado antes do consumo. Isso porque o veganismo é um estilo de vida que visa não consumir ou adquirir produtos que possuem origem animal de qualquer natureza, ou seja, sem roupas feitas de pele, cosméticos de gorduras animais, remédios de colágeno, qualquer marca que mesmo tendo formulação vegetal realizam testam em animais, entre outros (GIUDICE, 2019).

A adoção de uma dieta considerada vegetariana ou vegana pode ter motivações diferentes, em razão de seus valores e atitudes, ou mesmo por sua origem étnica ou orientação religiosa (RÉVILLION, 2020). Estima-se que no cenário global os consumidores que restringem certos produtos de origem animal, mas não seguem uma dieta estritamente vegana ou vegetariana, representam 42% da população. Já de acordo com a Sociedade Vegetariana Brasileira, 32% dos brasileiros se declaram vegetarianos e existe uma previsibilidade de crescimento de 75% da população vegetariana nas regiões metropolitanas (MASCARAQUE, 2020; SVB, 2023).

Considerando as características necessárias do cheesecake original, modo de preparo e insumos, será necessário estabelecer algumas adaptações:

- No creme: Para que o cheesecake chegue na consistência adequada é necessário o uso de proteínas e gorduras, a proteína traz a estrutura e a gordura a cremosidade. Desse modo, a substituição dos ovos e do cream cheese será feita pelo tofu, que é rico em proteínas e pela castanha de caju, que é rica em lipídios. A textura é também resultado da cocção que coagula as proteínas e muda seu estado de líquido para sólido, como ocorre com os ovos que são submetidos a tratamento térmico. Portanto é de extrema importância que o cheesecake vegano mantenha o método tradicional de cocção, que é no forno (ARAUJO, 2018).

- Na calda: A parte mais fácil para o desenvolvimento deste produto será a confecção da calda de frutas, pois originalmente já não possui ingredientes de origem vegetal, como as frutas, o açúcar e a água (ARAUJO, 2018).

- Na base: A maior parte das marcas de biscoitos do tipo “Maria” ou maisena incorporam produtos de origem animal de forma oculta, que passam despercebidos pelos consumidores, mas podem estar presentes em aromatizantes, corantes e proteínas, todos provenientes de animais. Com a intenção de evitar incompatibilidades e incertezas, essa adaptação terá uma mistura de pasta de amendoim e será selecionado minuciosamente um biscoito maisena vegano, para construção da massa da base, que além de serem capazes de chegar na textura certa agregaram alguns nutrientes e terá um índice menor de gorduras saturadas se comparado ao uso da manteiga (ARAUJO, 2018).

E como fontes de inspiração sensorial serão utilizadas as experiências de campo com produtos similares degustados (Figura 1).

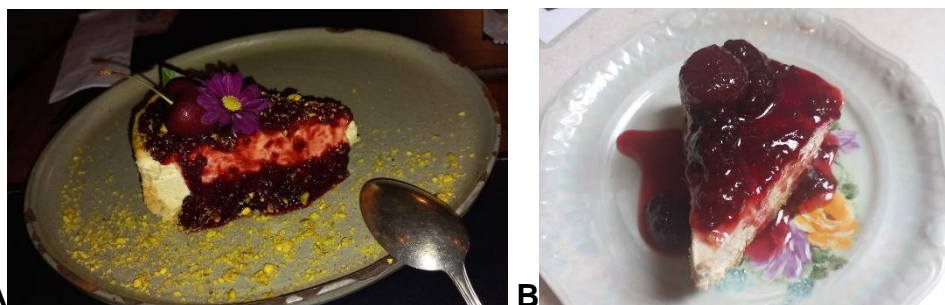


Figura 1 - Cheesecakes de inspiração. A: Piccolli Cucina Pinheiros – SP. B: Orion Pelotas - RS (B) Fonte: Os autores

Por fim, foi elaborado uma Ficha técnica a partir da revisão (Figura 2).

FICHA TÉCNICA							
Nome do prato	Cheesecake vegano						
Culinária de Origem	Estados Unidos						
Nº de Porções:	1			Tempo de preparo:			
				1h			
Ingredientes	Qtidade Bruta	Unidade	FC	Qtidade Liq	Unidade	Preço unitário (R\$)	Custo (R\$)
Tofu	0,400	kg	1	0,400	kg	57,50	23,00
Castanha de caju	0,200	kg	1	0,200	kg	200,00	40,00
Limão	0,100	kg	1	0,100	kg	3,99	0,40
Açúcar	0,325	kg	1	0,325	kg	4,50	1,46
Frutas vermelhas	0,500	kg	1	0,500	kg	50,00	25,00
Canela em pó	0,004	kg	1	0,004	ml	5,00	0,02
Biscoito maisena	0,233	kg	1	0,233	kg	50,00	11,65
Pasta de amendoim	0,183	kg	1	0,183	kg	29,90	5,47
Essência de baunilha	0,005	ml	1	0,005	kg	363,00	1,82
TOTAL INGREDIENTES						R\$	108,82
TOTAL POR PORÇÃO						R\$	108,82
IMPOSTOS - 20%						R\$	21,76
MÃO-DE-OBRA - 15%						R\$	16,32
CUSTOS FIXOS - 25%						R\$	27,20
Lucro - 20%						R\$	34,82
Preço de Venda						R\$	208,93

Modo de Preparo:
Base de tofu e castanha de caju: Leve ao liquidificador até formar um creme homogêneo o açúcar, suco de limão, tofu, castanha de caju (de molho por 12h em água antecipadamente) e essência de baunilha; Calda de frutas vermelhas: Leve ao fogo médio as frutas vermelhas, o limão e o açúcar até desmancharem e fiquem tamanhos pequeno; Base de biscoito e pasta de amendoim: Com as pontas dos dedos incorpore a pasta de amendoim gelada, as raspas de limão e os biscoitos de maisena, até formar uma massa parecida com areia molhada. Montagem e cocção: Em uma forma redonda de fundo removível comece espalhando a massa, até cobrir todo fundo e as laterais, corte o excesso de massa com uma faca para que tudo fique uniforme e reto. Despeje a massa de cheesecake e leve para assar á 170°C por 40 minutos ou até que a massa ao espetar com palito ainda saia com algum resíduo, ponto idêntico ao de um pudim. Leve para gelar por 3 horas, coloque a calda de frutas e desenforme

Figura 2 - Ficha técnica para elaboração cheesecake vegano
Fonte: Os autores

4. CONCLUSÕES

Conclui-se que é possível elaborar um cheesecake vegano como alternativa de sobremesa para adeptos desta filosofia de vida. Além disso, destaca-se que para toda e qualquer adaptação de preparo na gastronomia deve-se utilizar métodos científicos de pesquisa e embasamento para as etapas de desenvolvimento do produto, sendo essas fundamentais para o sucesso do objetivo proposto.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAUJO, W. M. C.; MONTEBELLO, N. P.; BOTELHO, R. B. A.; BORG, L. A. **Alquimia dos Alimentos**. Brasília: SENAC, 3ed., 2018.

GIUDICE, G. **Quais os tipos de Vegetariano**. Orvalho verde. 2019. Acessado em: 30 jul. 2023. Online. Disponível em: <https://orvalho Verde.com.br/quais-os-tipos-de-vegetariano/>.

MASCARAQUE, M. **The Rise of Vegan and Vegetarian Food**. Euromonitor Internacional. 2021. Acessado em: 30 jul. 2023. Online. Disponível em: <https://www.euromonitor.com/article/the-rise-of-vegan-and-vegetarian-food>.

SOCIENDE BRASILEIRA DE VEGANISMO. **Mercado Vegano**. Acessado em: 30 jul. 2023. Online. Disponível em: <https://svb.org.br/vegetarianismo-e-veganismo/mercado-vegano/>.

PINHO, F. **A história do cheesecake, a amada torta de queijo americana: Só o nome dela já desperta sorrisos! Conheça as origens da cheesecake, a amada torta de queijo Americana**. Globo. São Paulo, 2017. Acessado em: 30 jul. 2023. Online. Disponível em: <https://revistacasaejardim.globo.com/Casa-e-Comida/noticia/2017/01/historia-do-cheesecake-amada-torta-de-queijo-americana.html>.

REVILLION, J. O mercado de alimentos vegetarianos e veganos: características e perspectivas. **Embrapa**, Brasília, v. 37, n. 1. 10 p, 3 3 2020. Acessado em: 30 jul. 2023. Online. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/339630284_O_mercado_de_alimentos_vegetarianos_e_veganos_caracteristicas_e_perspectivas.

TERRA, M. **Comer é um ato político em todos os seus aspectos**: Nossas escolhas alimentares nunca foram tão carregadas de sentido como agora, segundo uma nutricionista. Abril Saúde. 2019. Acessado em: 30 jul. 2023. Online. Disponível em: <https://saude.abril.com.br/coluna/alimente-se-com-ciencia/comer-e-um-ato-politico-em-todos-os-seus-aspectos>.

DESIGUALDADE DE GÊNERO E RAÇA NOS TRANSPLANTES: UMA REVISÃO DE LITERATURA

CAROLINA CAMARGO SILVA¹; DANIELLE REGINA PIMENTEL²; DENISE CARRICONDE MARQUES³

¹Universidade Federal de Pelotas – carolina_sjc06@hotmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – pimenteldanielle0@gmail.com

³Universidade Federal de Pelotas – denisemmota@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

Por meio de transplante de órgãos, indivíduos ganham uma segunda chance de viver, muitas vezes transformando tragédias em oportunidades de esperança. No entanto, a desigualdade de raça e gênero nos transplantes de órgãos é um tema de preocupação crescente na área da saúde.

Enquanto os avanços médicos têm ampliado as possibilidades de sobrevivência por meio de transplantes, observa-se que grupos raciais minoritários e pessoas de diferentes identidades de gênero enfrentam barreiras desproporcionais para o acesso a esses procedimentos vitais (IPEA, 2011). Essas disparidades são enraizadas em fatores históricos, socioeconômicos e estruturais (CONNELL et al., 2010) (CARNEIRO, 2011).

Ao considerar a desigualdade de gênero e raça no contexto das doações de órgãos, é imperativo reconhecer que a equidade no acesso a esses procedimentos não apenas salva vidas, mas também simboliza um compromisso com a justiça e a igualdade. A discussão sobre a desigualdade na doação e recepção de órgãos destaca, assim, a importância de um sistema de saúde inclusivo e acessível para todos (Constituição, 1988).

Assim, essa revisão bibliográfica tem o objetivo de revisar diferentes bibliografias, comparar os seus resultados, evidenciar e discutir a desigualdade de acesso a transplantes entre pessoas pertencentes a diferentes gêneros e raças.

2. METODOLOGIA

Foi realizada uma revisão de literatura nas bases de dados do PubMed, LILACS e Scielo utilizando com os descritores "desigualdade", "desigualdade de raça", "desigualdade de gênero", "doação de órgãos" e "transplante de órgãos". Selecionamos cinco artigos com base na relevância do tema e das metodologias empregadas. A escolha dos artigos teve como objetivo oferecer uma visão abrangente do tema a fim de investigar as disparidades relacionadas a questões de gênero e raça no processo de transplante de órgãos.

Os artigos selecionados são "Desigualdade de transplantes de órgãos no Brasil: análise do perfil dos receptores por sexo e raça/cor", "Racial disparities in organ donation and why", "Gender disparities in transplantation", "Association of Race and Ethnicity With Live Donor Kidney Transplantation in the United States From 1995 to 2014" e "Perfil dos candidatos em lista de espera candidatos à transplante hepático".

A análise dos textos selecionados realça a contribuição de cada artigo para a compreensão da complexidade do tema bem como sobre a necessidade de equidade em sistemas de transplantes de órgãos.

Apesar da relevância da questão abordada, destaca-se a escassez de bibliografia sobre o tema. Essa carência, demonstra a necessidade de mais estudos e investigações para fornecer dados que visem soluções mais igualitárias e justas no campo dos transplantes de órgãos.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A fim de analisar a desigualdade entre raça e gênero no âmbito dos transplantes de órgão, buscamos nos 5 artigos selecionados, dados do processo doação-transplante relacionados à etnias e gêneros, no Brasil e nos Estados Unidos.

Assim, no Brasil, de acordo com o estudo “Desigualdade de transplantes de órgãos no Brasil: análise do perfil dos receptores por sexo e raça/cor”, para o órgão CORAÇÃO, contamos com as seguintes proporções no grupo de receptores: quanto ao gênero, 75% dos pacientes são homens, e quanto a raça, 56% são brancas, 33% pardas, 9% pretas e 2% amarelas.

Para o órgão FÍGADO, contamos com as seguintes proporções: quanto ao gênero, 63% das pessoas receptoras desses órgãos são homens, e quanto a raça, 81% são brancas, 16% pardas, 4% pretas e 1% amarelas.

Para o órgão PÂNCREAS, contamos com as seguintes proporções: quanto ao gênero, 50% das pessoas receptoras desses órgãos são homens, e quanto a raça, 93% são brancas, 3% pardas, 2% pretas e 2% amarelas.

Para o órgão PULMÃO, contamos com as seguintes proporções: quanto ao gênero, 65% das pessoas receptoras desses órgãos são homens, e quanto a raça, 77% são brancas, 17% pardas, 5% pretas e 1% amarelas.

Para o órgão RIM, contamos com as seguintes proporções: quanto ao gênero, 61% das pessoas receptoras desses órgãos são homens, e quanto a raça, 69% são brancas, 19% pardas, 11% pretas e 1% amarelas.

No entanto, apesar das proporções apresentadas, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Brasil apresenta 48,4% de sua população branca, 6,8% preta, 43,8% parda e 0,9% de amarelos e indígenas. Esses números indicam que mais de 50% da população brasileira, atualmente, é composta por não brancos.

Além disso, a literatura “Gender disparities in transplantation”, que realiza um estudo nos Estados Unidos sobre transplantes de fígado e rins, aponta realidade semelhante a do Brasil, em que mulheres são desfavorecidas, tendo menor probabilidade de serem encaminhadas para avaliação de transplantes e, consequentemente, menor probabilidade de serem transplantadas, embora sejam maioria em se tratando de doadores vivos de órgãos. Além disso, mostra que mulheres apresentam maior mortalidade na fila de espera.

Em concordância, dados brasileiros trazidos pelo estudo “Perfil dos candidatos em lista de espera candidatos à transplante hepático” mostram essa mesma disparidade no perfil dos candidatos a transplante hepático no Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Botucatu, em que só 16% da lista é do gênero feminino.

Por fim, é importante destacar o fato da população feminina buscar com mais frequência os serviços de saúde, em comparação com a população masculina, além de ser mais aderente aos tratamentos (IBGE, 2013). Essa população também apresenta resultados pós transplantes semelhantes ou

melhores quando comparadas aos do sexo masculino, descartando tais aspectos como justificativas para essa disparidade no acesso ao transplante.

Ademais, dados retirados do estudo “Racial disparities in organ donation and why” referente a população afro-americana apontam que esses também sofrem com desigualdades no processo doação-transplante, a ponto de comporem 34% da lista de transplante de rins, mas sendo apenas 13,8% da população receptora.

Por fim, de acordo com a literatura “Association of Race and Ethnicity With Live Donor Kidney Transplantation in the United States From 1995 to 2014”, nos Estados Unidos, no período de 2010 a 2014, foram feitos 12648 transplantes de rim de doador vivo em pacientes brancos, enquanto para pacientes pretos houveram apenas 2412 e para asiáticos, 969.

4. CONCLUSÕES

Em síntese, a revisão de literatura realizada revelou as disparidades relacionadas a gênero e raça nos transplantes de órgãos. Os achados, provenientes de diversas análises, destacam a predominância de receptores homens brancos, desfavorecendo mulheres e grupos étnicos não brancos. Essa distorção, distante da composição demográfica, aponta para um cenário de acesso desigual e injusto aos procedimentos de transplante. Com base nos dados descritos acima, é fácil identificar que a discrepância entre os perfis de receptores de diversos órgãos no processo de doação-transplante é desconexa à realidade demográfica. Na verdade, dados epidemiológicos comprovaram que mulheres, pretos e pardos possuem, em geral, necessidades semelhantes que não justificam esse desequilíbrio nos dados, mas expõem a desigualdade (DATASUS, 2023).

As razões para esses achados não ficam bem definidas, e podem ter raízes em preconceitos, questões socioeconômicas, diferenças no acesso à saúde e em métodos de rastreio e diagnósticos, além de vieses desfavoráveis às populações femininas e grupos étnicos não-brancos. No entanto, é necessário maior quantidade de dados e estudos com objetivo de trazer luz às causas dessa disparidade no acesso aos órgãos.

Diante dessa realidade, a importância de mais estudos e da criação de novas bibliografias acerca do tema é incontestável. A presente revisão, ao expor as disparidades presentes no Sistema de Transplante de Órgãos, direciona o foco para a necessidade de medidas corretivas que assegurem equidade na alocação de órgãos, eliminando barreiras históricas e preconceitos arraigados. Esse estudo não somente documenta a discrepância, mas também demonstra a necessidade de ação, no intuito de buscar por soluções que garantam a justiça e a equidade de gênero e raça no acesso a tratamentos vitais.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1- Desigualdade de transplantes de órgãos no Brasil: análise do perfil dos receptores por sexo e raça/cor. Brasília (DF): Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA); 2011. (18) Ministério da Saúde (BR).

- 2- BRATTON, C. et al. Racial disparities in organ donation and why. *Current Opinion in Organ Transplantation*, v. 16, n. 2, p. 243-249, 2011.
- 3- SHEIKH, S. S.; LOCKE, J. E. Gender disparities in transplantation. *Curr Opin Organ Transplant*, v. 26, n. 5, p. 513-520, 2021.
- 4- PURSELL, T. S. et al. Association of Race and Ethnicity With Live Donor Kidney Transplantation in the United States From 1995 to 2014. *JAMA*, v. 319, n. 1, p. 49-61, 2018.
- 5- WINCKLER, C. C. et al. Perfil dos candidatos em lista de espera candidatos à transplante hepático. *Brazilian Journal of Transplantation*, v. 10, n. 1, p. 660–663, 2010.
- 6- BONILLA-SILVA, Eduardo. *Racism without racists: Color-blind racism and the persistence of racial inequality in America*. Rowman & Littlefield, 2003.
- 7- BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal, 2016.
- 8- Dados da ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE TRANSPLANTES DE ÓRGÃOS (ABTO).
- 9- CONNELL, R. W. *Gender*. John Wiley & Sons, 2009.
- 10- CARNEIRO, Sueli. *Racismo, Sexismo e desigualdade no Brasil*. São Paulo: Selo Negro, 2011.
- 11- HERINGER, Rosana. Desigualdades raciais no Brasil: síntese de indicadores e desafios no campo das políticas públicas. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 18, p. S57–S65, 2002.
- 12- PURNELL, T. S. et al. Association of Race and Ethnicity With Live Donor Kidney Transplantation in the United States From 1995 to 2014. *JAMA*, v. 319, n. 1, p. 49–61, 2018.
- 13- SEGEV, Dorry L. et al. Age and comorbidities are effect modifiers of gender disparities in renal transplantation. *J Am Soc Nephrol JASN*, v. 20, p. 621–628, 2009.
- 14- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Características étnico-raciais da população: classificações e identidades*. Rio de Janeiro: IBGE, 2013.
- 15- REVISTA BRASILEIRA DE TRANSPLANTES. Disponível em: <<https://bjt.emnuvens.com.br/revista/index>>. Acesso em: 28 agosto 2023.
- 16- BRASIL. Ministério da Saúde. DATASUS (Departamento de Informática do SUS).

**O ENSINO DE ODONTOGERIATRIA NO RIO GRANDE DO SUL: UMA
ANÁLISE DOS CURRÍCULOS DOS CURSOS DE ODONTOLOGIA**
**ROBSON RODRIGUES DA SILVA JÚNIOR¹; NATHALIA MACHADO LINS
BRUM²; YASMIN PENELUC ROCHA³; VITOR GABRIEL DA SILVA⁴; EDUARDO
DICKIE DE CASTILHOS⁵; HELENA PEREIRA RODRIGUES DA SILVA⁶**

¹Graduação em Odontologia (UFPEL) – junior_15_robyn@hotmail.com

²Graduação em Odontologia (UFPEL) – nathaliamlbrum@gmail.com

³Graduação em Odontologia (UFPEL) – penelucyasmin@gmail.com

⁴Graduação em Odontologia (UFPEL) – viitorgabriell2016@gmail.com

⁵Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) – eduardo.dickie@gmail.com

⁶Programa de Pós-graduação em Odontologia (UFPEL) – helenapereira@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

O aumento da expectativa de vida da população tem se evidenciado durante as últimas décadas. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística projeta que a população idosa brasileira corresponderá a 18% da população total do Brasil em 2030, somando um total de 41 milhões de idosos (PORTO et al, 2018), demonstrando a intensificação do processo de transição demográfica que está ocorrendo no país.

Em relação à saúde bucal dos idosos, é possível identificar, através dos estudos epidemiológicos, uma grande prevalência de edentulismo. Apesar disso, os idosos estão cada vez mais mantendo dentes em boca e é importante que a população idosa seja avaliada e tratada de acordo com suas especificidades. O processo de envelhecimento causa alterações fisiológicas e patologias típicas, exigindo conhecimentos específicos dos profissionais da saúde para o correto tratamento das pessoas dessa faixa etária (SCELZA et al, 2003). A especialidade odontológica que promove o cuidado em saúde bucal direcionado às características da população idosa é a odontogeriatria (PORTO et al, 2018).

O processo de transição demográfica, por si só, já justifica a importância do estudo da odontogeriatria durante o processo formativo do cirurgião-dentista, porém, tal fato parece ser ignorado por muitas instituições de ensino superior. Ao contrário do que acontece com a Odontopediatria, por exemplo, o ensino da Odontogeriatria ainda não é algo consolidado nos currículos das faculdades de Odontologia (OGAWA et al, 2015). O objetivo do presente trabalho é, portanto, analisar os currículos dos cursos de graduação em Odontologia presentes no estado do Rio Grande do Sul e caracterizá-los em relação à presença ou não de disciplinas de odontogeriatria ou específica para essa fase da vida.

2. METODOLOGIA

Através do site oficial do Conselho Regional de Odontologia (CRO-RS) foram identificadas todas as instituições de Ensino no estado que apresentavam o curso de graduação em Odontologia. O levantamento dos dados foi feito durante os meses de junho e julho de 2023, através da busca nos próprios sites das instituições de ensino. As informações escolhidas para análise foram: nome da Instituição de ensino, se é uma instituição pública ou privada, presença de disciplina de Odontogeriatria e, caso presente, se é uma disciplina obrigatória ou eletiva.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O estado do Rio Grande do Sul possui, atualmente, um total de 19 Instituições de Ensino com o curso de graduação em Odontologia. Desse total, três são de instituições públicas e 16 de instituições privadas. Entre as instituições públicas, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) apresenta disciplina obrigatória de Odontogeriatrics e a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) apresenta disciplina eletiva de Odontogeriatrics. A Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) está passando por uma transição de currículo. O currículo que está sendo substituído não havia disciplina de odontogeriatrics, porém, no currículo que iniciou em 2023, essa disciplina já existe e é obrigatória.

Dentre as 16 instituições privadas existentes no estado, sete apresentam disciplinas de odontogeriatrics. Quatro delas, em caráter obrigatório: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS), Instituto de Desenvolvimento Educacional do Alto Uruguai (UNIDEAU), Universidade do Vale do Taquari (UNIVATES), Centro Universitário Cruzeiro do Sul (CESUCA). As outras três instituições apresentam a disciplina de forma eletiva: Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI Erechim), Centro Universitário Franciscano (UFN) e Faculdade da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade (CNEC). A instituição PUC-RS se destaca por ter duas disciplinas obrigatórias nessa temática: Saúde do Idoso I e Saúde do Idoso II, no 9º e 10º semestres, respectivamente.

Por fim, as outras nove instituições particulares existentes não apresentam odontogeriatrics em sua matriz curricular. Pode-se identificar, então, que o Ensino da Odontogeriatrics é obrigatório em apenas 9 instituições, ou seja, em menos da metade das instituições de Ensino Odontológico no Rio Grande do Sul. Os resultados estão expressos no quadro 1.

Quadro 1 - Caracterização dos cursos de graduação em Odontologia quanto à presença da disciplina de Odontogeriatrics.

Odontogeriatrics	Instituições Públicas	Instituições Privadas
Disciplina obrigatória	UFRGS, UFPEL	PUC-RS, UNIDEAU, UNIVATES, CESUCA
Disciplina eletiva	UFSM	URI, UFN e CNEC.
Ausente	-	UPF, Ulbra, UNISC, FSG, UCS, UCPel, Uniritter, Feevale, Atitus.

De acordo com o artigo intitulado “Ensino da Odontogeriatrics nas faculdades de odontologia do sul e centro-oeste do Brasil: situação atual e perspectivas” de Lima e Saintrain (2006), existia uma falta de padronização no ensino da odontogeriatrics no estado. É possível observar que, mesmo depois de 17 anos, ainda existe grande heterogeneidade na organização curricular em relação à presença de disciplina de odontogeriatrics e obrigatoriedade desta.

A realidade epidemiológica mostrando um predomínio de idosos edêntulos poderia ter justificado o tratamento odontológico do idoso focado na reabilitação

protética, porém, a realidade não é mais essa. O aumento da expectativa de vida, com maiores restrições cognitivas e de mobilidade juntamente à manutenção dos dentes em boca traz diversas situações complexas para o cirurgião-dentista.

Mesmo assim, em muitas instituições de ensino, a abordagem do processo de envelhecimento ocorre de forma fragmentada e com foco em reabilitação protética, o que não favorece a formação de profissionais com uma visão integral do paciente (DOMINGOS, 2021). A complexidade do cuidado em odontogeriatrics deveria enfatizar uma abordagem integrada das diversas especialidades da odontologia, no desenvolvimento de habilidades para o trabalho em equipe multiprofissional e habilidades de comunicação entre família e paciente. Outra reflexão importante trazida por Castilhos e Rodrigues-Junior (2023), é a de que o ensino da odontogeriatrics está estagnado, já que pressupõe a existência de profissionais especializados na área e parece existir uma falta de interesse das instituições de Ensino em formar especialistas em odontogeriatrics.

A partir de tudo o que foi exposto, é inegável a contribuição que existiria com a padronização do ensino da odontogeriatrics da mesma forma que já existe no ensino da odontopediatrics, por exemplo. Observa-se que as matrizes curriculares de muitas instituições não acompanharam a realidade demográfica e epidemiológica da população, tanto não ofertando a disciplina de odontogeriatrics, quanto disponibilizando-a apenas de maneira eletiva. Seria produtivo que tal discussão ocorra a nível de conselho regional e federal de odontologia de forma a padronizar o currículo mínimo da graduação em odontologia.

4. CONCLUSÕES

O presente estudo concluiu que a maioria dos cursos (13 dos 19) de Odontologia presentes no estado do Rio Grande não apresentam a disciplina de Odontogeriatrics de forma obrigatória, apesar da inegável importância da área devido ao processo de envelhecimento populacional.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CASTILHOS, E.D.; RODRIGUES-JUNIOR, S.A. O cenário atual da Odontogeriatrics no Brasil e no mundo. **FisiSenectus**. Chapecó, v.11, n.1, p.1-3, 2023.

DOMINGOS, P.A.S.; PEREIRA, R.C.G. A importância da odontogeriatrics na formação de cirurgiões-dentistas. **Journal of Research in Dentistry**, v.9, n.3, p.1-7, 2021.

OGAWA, D; HIGASI, M.S; CALDARELLI, P.G. Odontogeriatrics nos Projetos Políticos Pedagógicos dos cursos de Odontologia do sul do Brasil. **Revista da ABENO**, v.15, n.4, p.78-84, 2015.

PORTO, E. et al. Ensino da Odontogeriatrics em faculdades de Odontologia da região Nordeste do Brasil. **Arch Health Invest**, v.7, n.2, p.48-50, 2018

SAINTRAIN, M.V.L; SOUZA, E.H.A.; CALDAS JÚNIOR, A.F. Ensino da odontogeriatrics nas faculdades de odontologia do sul e centro-oeste do brasil:

situação atual e perspectivas. **Revista Odonto Ciência – Fac. Odonto/PUCRS**. Porto Alegre, v. 21, n. 53, p.270-77, 2006.

SCELZA, M.F.Z. et al. Status protético e alterações bucais dos pacientes do Programa Interdisciplinar de Geriatria e Gerontologia da UFF. **Revista Brasileira de Odontologia**, Rio de Janeiro, v. 60, n. 5, p. 310-313, 2003.

TÉCNICO DE ENFERMAGEM NO CUIDADO PALIATIVO REVISÃO DE LITERATURA

ALINE LUARA DANDA SAMPAIO¹; AURÉLIA DANDA SAMPAIO²; HEDI
CRECENCIA HECKLER DE SIQUEIRA³

¹Universidade Federal de Pelotas 1 – luara.aline@outlook.com

²Universidade Federal de Pelotas – aurelia.sampaio@hotmail.com

³Universidade Federal do Rio Grande – hedihsiqueira@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, o envelhecimento da população e o aumento das doenças crônicas têm trazido desafios novos e levantado reflexões sobre como cuidar de pacientes em estágios avançados de enfermidades. Nesse contexto, os cuidados paliativos emergem como uma abordagem essencial para assegurar a qualidade de vida e a dignidade humana, desde o momento do diagnóstico até o fim da vida.

A Organização Mundial da Saúde (OMS, 2020 p.4), define os cuidados paliativos como uma abordagem que visa "melhorar a qualidade de vida de pacientes e suas famílias diante de doenças que ameacem a continuidade da vida, através da preservação e alívio do sofrimento, da identificação precoce, da avaliação e do tratamento impecável da dor, bem como de outros problemas de ordem física, psicossocial e espiritual".

Nesse cenário, a equipe de enfermagem desempenha um papel importante nos cuidados paliativos para pacientes com doenças, crônicas, progressivas ou terminais, na melhoria da qualidade de vida e na redução do sofrimento dos pacientes. O técnico de enfermagem é um profissional de nível médio, que atua nos cuidados sob a supervisão do enfermeiro, que coordena as suas ações (COFEN, 1986).

Com o trabalho em equipe, o técnico proporciona uma assistência qualificada e contínua, na qual cada profissional exerce sua função, contribuindo nos cuidados prestados e ensejando o melhor resultado (INCA, 2022). Para tanto, é fundamental que os técnicos de enfermagem tenham conhecimento das tecnologias de cuidado e capacitação para desempenhar suas funções de maneira eficaz, o que, contribui para o sucesso no manejo da dor para a pessoa em cuidado paliativo.

Neste contexto, a produção de pesquisas científicas nessa área, torna-se fundamental para aprimorar a base de conhecimento que será aplicada no ensino profissionalizante tecnológico e na prática clínica destes profissionais pelos enfermeiros. Neste sentido, este estudo tem como **objetivo** conhecer a produção científica sobre a atuação dos técnicos de enfermagem no desenvolvimento do cuidado paliativo.

2. METODOLOGIA

O presente trabalho foi realizado por meio de Revisão bibliográfica sistemática da literatura descritiva disponível referente ao assunto. Para elaborar este estudo, construiu-se a seguinte questão norteadora: Qual a produção científica sobre a atuação do técnico de enfermagem no desenvolvimento do cuidado paliativo. Realizou-se buscas por fontes primárias de informação como livros, artigos, teses, dissertações, monografias, base de dados eletrônicos como SCIELO, LILACS e BVS por meio dos descritores DeCs: Cuidado Paliativo e Equipe de enfermagem, utilizando o boleano *and* entre os termos, não obtendo resultados

positivos. Posteriormente foi realizada uma busca livre *Google* acadêmico com as seguintes palavras chaves: Cuidados Paliativos e técnico de Enfermagem. Como critérios de inclusão, idioma português. Texto completo disponível e período dos últimos 5 anos. Devido à escassez de trabalhos publicados sobre o tema o recorte temporal foi aumentado de 5 para 10 anos compreendendo o período de 2013 a 2023. Como critério de exclusão: estudos duplicados e sem adesão ao tema.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Durante a busca controlada não foram encontrados estudos. O profissional técnico de enfermagem foi citado como parte integrante da equipe de enfermagem em oito artigos selecionados, entretanto, nenhum artigo tratou de estudar especificamente este profissional e foram excluídos. Este fato pode ser explicado pela falta de um descritor específico para este profissional no DeCs, estando incluído no descritor equipe de enfermagem. Os resultados encontrados nos estudos com esse descritor focam no profissional enfermeiro, esta circunstância pode ocorrer porque somente no Brasil e Chile encontra-se categorias de nível médio atuando na enfermagem. Nos demais países apesar da equipe de enfermagem possuir categorias, todas são de nível superior, portanto, enfermeiros (LEAL; MELO, 2018).

Ao realizar a busca livre, foram encontrados dois artigos (FERREIRA et al., 2022; SOUZA; KOIFMAN, 2021), uma dissertação (SOUZA, 2019) e uma apresentação em evento (CORDEIRO, 2020).

Formação do técnico de enfermagem para o cuidado paliativo

A falta de formação para profissionais de enfermagem para atuar em cuidados paliativos se constitui em um problema mundial. A implementação de estratégias educativas que favoreçam a formação e educação permanente de técnicos de enfermagem pode melhorar a qualidade da assistência. Uma possibilidade para a educação permanente é o ensino *online* (FERREIRA et. al., 2022).

É essencial na formação do técnico de enfermagem, na abordagem nos espaços formais de ensino, os princípios dos cuidados paliativos no final de vida, bem como, a questão do lidar com a morte no âmbito do cuidado em saúde. Visto que, se pressupõe que a finitude da vida e os cuidados nesta fase, sejam abordadas de forma superficial e segmentada nos espaços de formação (SOUZA; DE, 2019; SOUZA; KOIFMAN, 2020).

Satisfação profissional

A insatisfação profissional foi unânime no estudo realizado por Souza e Koifman (2020), frente ao desprestígio e a falta de incentivo para qualificação, dos técnicos de enfermagem sobre a assistência na etapa terminal da vida e cuidados paliativos. Neste contexto, se observa a desvalorização de um profissional, essencial para o cuidado (SOUZA; DE, 2019).

Este fato pode ser explicado no contexto social, onde a profissão de nível médio não possui o mesmo reconhecimento, sendo associada a salários mais baixos que o nível superior e no contexto histórico a formação técnica foi associada aos negros, escravos, pobres e desvalidos. Como não possuem a formação integral, sua atividade é subordinada a um profissional de nível superior, não possuindo autonomia profissional e recebendo salários mais baixos que as profissões de nível superior (FERREIRA et. al., 2022)

Entretanto, embora o *status* do técnico seja desvalorizado dentro da equipe, ocorre o inverso pelos familiares e pacientes. Isso, segundo Souza,(2019)

acontece pela linguagem mais próxima da utilizada no cotidiano e fácil acesso a este profissional. Incluí-los numericamente na equipe multiprofissional, sem lhes conferir a importância devida, gera desmotivação neste profissional, uma vez que não é solicitado para os momentos de discussão sobre os casos dos usuários, um momento de crescimento para o conhecimento do técnico de enfermagem e de contribuição com a equipe, uma vez que o mesmo, mais próximo do paciente (SOUZA; KOIFMAN, 2020).

Atuação do técnico de enfermagem no cuidado paliativo

Atuação do técnico de enfermagem em cuidados paliativos é discutido em detalhes por Cordeiro (2020) em seu trabalho: Atuação do técnico de enfermagem em cuidados paliativos.

Controle dos sintomas da dor:

Este texto destaca a importância das escalas de dor no controle dos sintomas em pacientes. Essas escalas auxiliam os técnicos de enfermagem a identificar mudanças nos pacientes e tomar medidas apropriadas. O treinamento adequado para aplicar e interpretar essas escalas é fundamental, pois elas não apenas indicam a gravidade da dor, mas também orientam ações para melhorar o estado do paciente.

Manejo da dor:

O papel do técnico de enfermagem, sob supervisão de um enfermeiro ou médico, abrange a administração de analgésicos para aliviar a dor do paciente, eles também são responsáveis por monitorar os níveis de dor, observar possíveis efeitos colaterais dos medicamentos e identificar complicações. Além disso, podem oferecer terapias não farmacológicas complementares, como massagem, aplicação de calor local, técnicas de relaxamento e distração, para complementar o tratamento da dor crônica.

Educação do paciente e da família:

A educação do paciente e de sua família desempenha um papel importante nos cuidados paliativos. Isso envolve garantir que compreendam a situação, conheçam as opções de tratamento disponíveis e compreendam os cuidados necessários durante esse período. Essa educação capacita os pacientes e suas famílias a tomar decisões informadas e participar ativamente no processo de cuidados.

Apoio emocional aos familiares:

No contexto dos cuidados paliativos, o apoio emocional às famílias é de extrema importância e desempenha um papel fundamental na atuação dos técnicos de enfermagem. Este apoio é essencial devido à sensibilidade do momento em que as famílias enfrentam a doença grave ou terminal de um ente querido (INCA, 2022). Esta abordagem holística que envolve toda a equipe de saúde, e os técnicos de enfermagem desempenham um papel significativo ao longo desse processo. Além disso, promover a participação da família e o cuidado centrado nela são maneiras de implementar esse apoio humanizado.

Por fim, o técnico de enfermagem tem papel importante nos cuidados paliativos. É quem implementa os cuidados sob a supervisão do enfermeiro; promove o conforto e a morte digna; cuida e acompanha até o último suspiro (CORDEIRO, 2020).

4. CONCLUSÕES

Esta revisão indica uma lacuna na produção científica sobre a importância do técnico de enfermagem que atua nos cuidados paliativos. A sua atuação engloba estratégias utilizadas para suprir as necessidades de conforto do paciente em cuidados paliativos, que vão desde o apoio da equipe profissional do paciente,

ambiente social e familiar contato físico, amor, empatia, comunicação plena, alívio da dor, até o cuidado espiritual. Outro aspecto importante é a formação e a educação continuada, aliada a valorização profissional e inclusão deste profissional nas discussões da equipe multiprofissional.

A falta de literatura abordando o técnico de enfermagem foi uma dificuldade encontrada na construção deste trabalho, o que sugere um campo vasto de pesquisa para ser explorado, além de sugerir a inserção do termo “técnico de enfermagem” como descritor no DeCS.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

COFEN - CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM -. **LEI N 7 . 498 / 86 , DE 25 DE JUNHO DE 1986** – ALTERADA. p. 1–7, 1986. Acessado 15 set.2023. Online. Disponível em: www.cofen.gov.br

CORDEIRO, F. R. **Atuação do técnico de enfermagem em cuidados paliativos**. Ago. 2020. Apresentação do Power Point. Acessado em 03 set. 2023. Online. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/francielefrc/files/2020/08/atuacatecnicoemcuidadspaliativos.pdf>

FERREIRA, E. B. et al. **Ensino Online Na Formação Do Técnico De Enfermagem Para O Trabalho Em Cuidados Paliativos**. Editora Científica Digital Ltda. 02 set. 2022. Acessado em 15 set. 2023 Online. Disponível em: <https://downloads.editoracientifica.com.br/articles/220609257.pdf>.

INCA (Brasil). **A avaliação do paciente em cuidados paliativos / Instituto Nacional de Câncer**. – Rio de Janeiro: INCA, 2022.

LEAL, J. A. L.; MELO, C. M. M. DE. **The nurses' work process in different countries: an integrative review**. Acessado em: 21 set. 2023. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71672018000200413&lng=en&tlng=en.

SOUZA, S. V. F. DE; DE, S. **Universidade Federal Fluminense Instituto De Saúde Coletiva Programa De Pós-Graduação Em Saúde Coletiva (Ppgsc) a Formação Do Técnico De Enfermagem E a Discussão Sobre a Terminalidade Da Vida: a Voz Do Profissional**. [s.l.] UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, 2019.

SOUZA, S. V. F. DE; KOIFMAN, L. **Diálogos sobre a satisfação profissional no campo de Cuidados Paliativos Oncológicos: a voz do técnico de enfermagem**. out 2021. Acessado em: 20 set. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.36489/saudecoletiva.2021v11i69p8200-8213>

World Health Organization. **Definition of palliative care**. 20 ago. 2020. Acessado em 20 se. 2023. Disponível em: <http://www.who.int/cancer/palliative/definition/en/>.

EPIFANIA ATRAVÉS DA GEOGRAFIA FEMINISTA

BRUNA RODRIGUES DA SILVA¹; THEO SOARES DE LIMA²

¹Universidade Federal de Pelotas – brupzrodrigues@gmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – theolima@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

Ao longo do tempo histórico podemos observar que a construção do pensamento científico, cultural e o repasse de conhecimentos, em geral, dar-se-ão através do olhar do grupo dominador para com o restante. A própria produção do outro transpassa a normalidade imposta por tal grupo. Seja na padronização de aparências, de comportamentos ou na produção do conhecimento científico, o aceito é o que beira a padronização e a normalidade. A presente reflexão, inspirada no artigo “Um Ensaio Sobre as Potencialidades do Uso do Conceito de Gênero na Análise Geográfica” de Joseli Maria Silva (2003), busca analisar a importância de uma mudança epistemológica na ciência geográfica, para que esta possa contemplar todos os agentes que produzem o principal objeto de tal disciplina: o espaço. Visa-se, assim, demonstrar como o *deficit* de produções daqueles marginalizados inviabilizou uma geografia de fato completa, que contemple diversas subjetividades e suas manifestações espaciais. Para exemplificação traz-se revisão teórico-metodológica dos autores Thomaz Tadeu da Silva (2000) e Roberto Lobato Correa (1995) a partir da formação do espaço urbano como reprodutor de identidade e diferença, que ainda é pensado através da disputa binária de gêneros. Tal é o ponto de partida para se pensar e discutir Geografias Feministas.

2. METODOLOGIA

O presente trabalho possui como principal ferramenta a revisão bibliográfica. Tal revisão serve de base para uma aproximação reflexiva entre a epistemologia geográfica, a reprodução do/no espaço urbano e a exclusão do feminino.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Até o momento temos como consequenciado comportamento explorador e opressor de nossa sociedade uma ciência majoritariamente masculina, heteronormativa e patriarcal, a qual não condiz com a realidade da grande diversidade identitária. Ao negar essas multiplicidades o planejamento e construção do espaço urbano exclui a mulher como agente produtora do espaço. O primeiro passo para compreensão desta lacuna é reconhecer que toda produção científica é social-histórica e se atrela aos recursos epistêmicos disponíveis. Assim, compreende-se que nenhum conhecimento emerge neutro. Afinal, os pesquisadores edificam a ciência envolvendo tanto a objetividade, quanto a subjetividade em suas construções teóricas (SILVA, 2003). Toda

posição é política e, portanto, a construção do pensamento científico está intrinsecamente envolta em sociabilidade, a qual o sujeito produtor está inserido. Vivemos um Mundo onde a visão eurocêntrica de sociedade mostra-se predominante, mantendo um legado devastador sobre diferenças culturais e identidades, principalmente a partir do século XV com as grandes navegações e o início das colonizações forçadas nos continentes africano e americano. Se o conhecimento é feito e difundido majoritariamente a partir da perspectiva hegemônica (em sua esmagadora maioria homens brancos) é inevitável a invisibilidade daqueles fora desta classe. E se já inviabilizados como seres, no ato da civilidade, que dirá daquilo que nossas mentes produzem.

Atenta-se aqui para uma questão específica na (re)produção de uma ciência geográfica feminista: o pressuposto de que mulheres e homens posicionam-se diferentemente, e, assim, constroem e modificam os espaços às suas necessidades, formando fronteiras identitárias, onde o segundo exclui o primeiro sócio-espacialmente. Percebe-se a importância de uma geografia feminista desde conceitos basilares da geografia, como lugar e território. Se lugar é sinônimo de pertencimento, logo, em uma sociedade machista e patriarcal, este pode ser uma chave para o entendimento da diferenciação por gênero. Tal diferença resulta de um conjunto de elementos e estratégias de opressão das mulheres pelos homens, em diferentes lugares e tempos (SILVA, 2003). É o que define a posição desses corpos por gênero não é determinismo biológico e, sim, a produção simbólica dada a estes corpos. A própria binaridade de gêneros é um conjunto de ideais culturais constituídas através do tempo, o que é “ser mulher” e o que é “ser homem”. É, portanto, indispensável à reivindicação das diversas lutas sociais a superação destes paradigmas retrógrados. Afinal, toda ideia comporta espacialidade e vice-versa. Joseli Silva também discorre sobre como a territorialização pela conquista violenta, num ideal de “fortaleza” do espaço dominado, origina uma sociedade que valoriza a exclusão. É a territorialidade daí produzida que coloca a mulher como frágil e a violência como forma de dominação, não permitindo uma experiência espacial igualitária entre os diversos gêneros. A visão epistemológica do feminismo para com a territorialização traz a percepção de um espaço dentro do outro, entre o que é conquistado e ocupado pelo feminino e pelo masculino. Na formação do espaço urbano podemos visualizar os conflitos entre diversas territorializações. Um mesmo espaço pode ser fragmentado, articulado, dominado e apropriado por inúmeros e distintos grupos, e cada grupo atribuirá múltiplos significados ao mesmo espaço. São essas movimentações internas que de fato (re)constroem os agentes sociais e suas práticas. Assim, a geografia feminista busca compreender como o sujeito feminino é construído dentro dessas estruturas de dominação sócio-espacial (SILVA, 2003).

Segundo Bondi (1992), o planejamento urbano funcionalista e racionalista adotou uma concepção de cidade que zoneia as áreas de acordo com suas finalidades. Ao dividir o espaço urbano em residencial, industrial e comercial, aprisionaram as mulheres a determinados espaços como consequência de um sistema que, acima de tudo, utiliza da divisão social e territorial do trabalho como ferramenta de manipulação e manutenção da hierarquia de poder através do determinismo de gênero. A exclusão da figura feminina na construção do espaço urbano pode ser compreendida, então, em todas as dimensões, do espaço da habitação até a cidade como um todo. É assim que a desvalorização do que é produzido pelas mulheres (desde bens até ideias), somado à luta constante pela ocupação de espaços, física e simbolicamente, acentuou um olhar atento ao

cotidiano e ao micro-social da pesquisadora mulher. Contudo, essa percepção do dentro para fora, onde o sujeito produtor está no cerne do problema, é uma ameaça para a manutenção de um sistema capitalista, visto que este só funciona a partir da desigualdade socioeconômica. Ainda que a demanda pela força de trabalho da mulher tenha contribuído para conquista cível, através da possibilidade de independência financeira, o atual modo de produção segue acentuando a divisão de classes em cima da perpetuação de estereótipos e arquétipos. Segundo Corrêa (1995) o próprio zoneamento do espaço urbano serve como fomentação dessas diversas desigualdades, quem deve produzir e consumir, como, onde e quando. A manutenção da segregação da mulher é estratégia não só para manutenção ideológica da binaridade de gêneros, mas também da concentração de renda e de capital político. Percebe-se, através da formação do espaço urbano, diversos exemplos de como as relações de poder entre gêneros se apresentam, desde a escala dos próprios cômodos da casa, até os espaços públicos, como ruas e praças, chegando às áreas mais amplas dos zoneamentos. Todas essas ordens de grandeza demonstram diferenças de acesso entre mulheres e homens, bem como sua combinação entre distintos poderes aquisitivos. Assim, classe e gênero se atravessam, pois

“(...) as cidades formam uma teia multidimensional de inúmeras sociabilidades que possuem suas próprias espacialidades. Algumas destas teias se interceptam, outras são autônomas, complementares e ainda contraditórias e, além disso, estão em constante movimento de transformação no tempo e espaço (...) as mulheres só alcançam visibilidade no espaço enquanto observadas através do espaço da luta e resistência. E tal perspectiva implica ultrapassar o discurso dominante da geografia e reconhecer um particular senso de espacialidade” (SILVA, 2003).

O conceito de Espaço Paradoxal (SILVA, 2003) enxerga os agentes produtores de espaço em suas variadas articulações e dimensões, não só nos conflitos de gênero, mas em tudo que compõe a subjetividade dos seres, como raça, religião, classe social, sexualidade. Compreende-se que esses elementos formadores do eu são experienciados concomitantemente. A construção do espaço, ainda que hegemônico, no sentido de que é feito a partir do desejo do dominador, é heterogêneo. A construção do espaço pensado a partir do desejo só é concretizado através das mãos, transcorrendo pelos ideais, de uma teia de não dominadores, tendo, desta forma, um resultado final que será a expressão de diversas subjetividades. Mesmo que o sistema nos separe em caixas, ou que force uma padronização das subjetividades e de comportamentos sociais, ainda assim a materialização das ações só é feita refletindo os desejos de todos aqueles compõem a sociedade. A visão masculinizada do conhecimento categorizou o mundo a partir do seu reflexo, em uma concepção binária, analisando o outro como uma massa uniforme, do outro como um outro só. Esta falha torna impossível o entendimento da perspectiva de uma geografia feminista, já que esta parte justamente do lugar da subjetividade. O espaço paradoxal defende e discute que esta ciência, feita até aqui, inviabiliza as atividades não só das mulheres, mas de todos os grupos socialmente marginalizados, através da categorização explicativa de um olhar totalitário do espaço, forçando pesquisadores a um entendimento equivocado das múltiplas espacialidades que produzem o urbano e a sociedade de maneira geral.

4. CONCLUSÕES

A revisão epistemológica, não só da geografia como das diversas áreas que produzem e disseminam conhecimentos, é o primeiro passo para uma revolução científica que contemple o novo momento histórico. Não só um espaço paradoxal, como uma geografia paradoxal, que parte do reconhecimento de que há um discurso científico hegemônico que parte da patriarcal, do heteronormativo e da branquitude. Dentro da ciência geográfica é estimulado o olhar sobre o cotidiano, que é construído do micro ao macro, para que o conhecimento geográfico seja significativo a partir da realidade do aluno, mas também para que seja amplo. Explorar o cotidiano do aluno através dos conceitos geográficos como lugar, por exemplo, é uma estratégia de grande potencial para um diálogo inclusivo que abarque as visões apresentadas pelas geógrafas feministas contemporâneas. Se não for possível compreender o espaço construído à nossa volta, em sua pluralidade, também será anulada a potência do aluno compreender a própria existência a partir de seus espaços vividos.

Por fim, a perpetuação da geografia pela dominância da ótica masculina seguirá excluindo a multiplicidade de outros agentes produtores do espaço, tão ou mais importantes quanto. E é por essa razão que precisamos repensar a cidade naquilo que a fundamenta: se as relações sociais construídas através das vivências cotidianas, envolvendo temporalidades e escalas diversas, são impressas fisicamente no espaço, é inconcebível que sigamos com uma visão monocular sobre a questão. Ainda que às margens, são estes “outros” grupos, amplamente numerosos, que circulam e, portanto, transformam os espaços que são experienciados por todos e planejados por poucos. Agem ressignificando lugares e des-re-territorializando espaços à medida que os ocupam de acordo com suas necessidades, e intencionalidades. Parafraseando Joseli, a construção de uma perspectiva científica para além do androcentrismo, em outras palavras, uma geografia feminista, é também uma maneira de luta e resistência à dominação masculina e um caminho para tornar visível a mulher e os demais grupos que orbitam a periferia social, enquanto importantes agentes sócias- espaciais.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano**. 3ª Ed. São Paulo: Editora Ática S.A, 1995.

DA SILVA, Tomaz Tadeu *et al.* **A Produção Social da Identidade e da Diferença. EM: Identidade e Diferença: a Perspectiva dos Estudos Culturais**. Petrópolis: Vozes, p. 73-102, 2000.

SILVA, Joceli Maria. **Um Ensaio Sobre as Potencialidades do Uso do Conceito de Gênero na Análise Geográfica**. Revista de História Regional 8(1): 31-45, Verão 2003/

O PAPEL DA SEÇÃO DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL NO NÚCLEO DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO: CONTRIBUIÇÃO NO ACESSO E PERMANÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR

CÉSAR VINÍCIUS CAVALHEIRO SCHWARTZ¹; ALINE NUNES DA CUNHA DE MEDEIROS²; MORGANA DA SILVA³; PÂMELA RENATA MACHADO ARAÚJO⁴; RENATA CRISTINA ROCHA DA SILVA⁵; VAGNER NUBIAS DE MEDEIROS⁶

¹Universidade Federal de Pelotas – cvc.schwartz@gmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – alinenem@gmail.com

³Universidade Federal de Pelotas – silvamorgana1988@gmail.com

⁴Universidade Federal de Pelotas – polarenon.araujo@gmail.com

⁵Universidade Federal de Pelotas – renatatoufpel@gmail.com

⁶Universidade Federal de Pelotas – vaguinhomedeiros@yahoo.com.br

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho objetiva refletir sobre a inclusão no ensino superior, com lócus na Universidade Federal de Pelotas, e ênfase no papel da Seção de Atendimento Educacional Especializado do Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (NAI) no processo ensino-aprendizagem dos acadêmicos de graduação e pós-graduação. O NAI¹ conforme o organograma institucional está ligado ao Gabinete da Reitoria e constitui um dos três núcleos da Coordenação de Diversidade e Inclusão. Seu surgimento data de 15/08/2008, e a sua manutenção tem relação com o Projeto Incluir² do Ministério de Educação, Governo Federal. O núcleo é composto por duas seções: Seção de Atendimento Educacional Especializado (SAEE) e a Seção de Intérpretes de Libras. espaço se destina a apresentação do tema do trabalho.

Atualmente o núcleo atende 263 estudantes dos quais 41 acadêmicos com deficiência auditiva e/ ou surdez, 69 estudantes com deficiência física, 45 alunos (as) com deficiência visual e ou baixa visão, 58 estudantes com Transtorno do Espectro Autista, 24 acadêmicos com deficiência intelectual, 9 estudantes com deficiência múltipla, 4 estudantes com Altas Habilidades e Superdotação e outros 23 acadêmicos (as) com deficiências e transtornos mistos. Essas informações foram extraídas de planilhas mensais geradas internamente no setor.

A procura pelo NAI é intensa, tanto por parte dos (as) acadêmicos (as) como também pelos (as) servidores (as), enquanto os (as) primeiros (as) buscam acompanhamento pedagógico, o segundo grupo busca dirimir as dúvidas quanto a estratégias de ensino, qualificação acerca das deficiências e também apoio no processo de ensino aprendizagem. Do ponto de vista acadêmico, acessar o núcleo traz a possibilidade de alcance de alguns serviços (tutoria, acompanhamento psicológico ou terapia ocupacional e atendimento com psicopedagoga).

¹ O NAI foi aprovado pelo Conselho Universitário em março de 2016 dado a efetivação da Lei 13.409/2016, que dispõe sobre as cotas para pessoas com deficiência no Ensino Superior.

² O Programa Incluir - Acessibilidade na Educação Superior foi criado em 2005 e tem o “[...] objetivo de promover ações para eliminar barreiras físicas, pedagógicas e de comunicação, a fim de assegurar o acesso e a permanência de pessoas com deficiência nas instituições federais de educação superior (IFEs)” (BRASIL, 2013). Insere-se no escopo de uma ação afirmativa em prol da inclusão na educação superior da pessoa com deficiência, financiando projetos com o objetivo de romper o contexto de exclusão na busca por uma educação de qualidade.

O ingresso do (a) acadêmico (a) atendido (a) pelo NAI ocorre de duas formas; uma via remonta aos processos seletivos Sistema de Seleção Unificada (SISU), Programa de Avaliação da Vida Escolar (PAVE) e Processos Especiais, em que o (a) candidato (a) inscreve-se como cotista e encaminha a documentação, acompanhado da declaração de deficiência, submetendo-se à análise documental por banca constituída para fins de avaliação e parecer. Em caso de indeferimento, uma banca recursal é constituída à qual fará novamente a reanálise dos novos documentos e também produzirá um parecer com a motivação de deferimento ou indeferimento.

A outra decorre de encaminhamentos de laudos/atestados e autodeclaração diretamente ao núcleo, por discentes que já estão cursando o ensino superior e que obtiveram diagnósticos tardios ou são ingressantes por ampla concorrência ou outra modalidade de cota. O procedimento obedece ao mesmo ritual, no qual o (a) candidato (a) envia a documentação e aguarda a análise de banca e constituição de parecer. Ao ser validado como sujeito de direito da política de ações afirmativas a próxima etapa inclui contato com a Seção de Atendimento Educacional Especializado, através de agendamento com as psicopedagogas. A SAAE tem a função de oferecer suporte individualizado aos estudantes com necessidades educacionais específicas adaptando a abordagem de ensino para atender às suas necessidades durante a permanência no ensino superior, seja em relação a recursos de aprendizagem, avaliações ou metodologias de aprendizagem.

Hoje o NAI conta com duas psicopedagogas que atuam 20h em regime de contrato. As profissionais desenvolvem o trabalho em parceria com a família, com os (as) acadêmicos (as), com os (as) tutores, com a equipe do núcleo e com os (as) docentes. A partir dos contatos com os (as) estudantes, as profissionais elaboram o documento orientador pedagógico. Ressalta-se que o documento é individual, pois cada sujeito é único e caminha na direção de atingir as competências e as habilidades no curso escolhido pelo (a) acadêmico (a). A Lei de Diretrizes e Bases Nacional 9394/1996, sobre as adaptações curriculares, define no artigo 59.

Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação: (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013) I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;

A legislação nacional é taxativa em relação às adaptações e às flexibilizações curriculares e o não cumprimento incorre em crime, segundo o Estatuto da Pessoa com Deficiência. No documento constam estratégias de ensino para os (as) docentes, versando sobre a adaptação e a antecipação dos materiais ao estudante e, também, destaca a necessidade de uma comunicação ágil e pessoal sobre eventuais alterações do roteiro do plano de ensino, ressaltando que para uma comunicação efetiva é importante que ela seja clara e objetiva. Outras orientações tangenciam quanto à avaliação, a necessidade ou não de dilação de tempo, recomendações sobre as dinâmicas de trabalhos em grupo ou individuais, recursos didáticos diferenciados e a contextualização sobre o sujeito e as suas especificidades.

2. METODOLOGIA

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa que utilizou de análise bibliográfica e documental, buscando nos documentos institucionais, legislação federal e resoluções internas as fontes desta pesquisa.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A experiência na SAEE permite afirmar que um trabalho com êxito necessita ocorrer de forma conjunta. Ressalta-se que o documento orientador pedagógico precisa circular a cada semestre, sendo imprescindível que os próximos docentes tenham conhecimento sobre o documento que diz sobre o (a) discente ingressante. Essa distribuição é uma tarefa do (a) coordenador (a) de curso. Sabe-se que a trajetória e o sucesso desse estudante serão construídos a partir das suas experiências no curso e fora deste, da receptividade no ambiente, o que envolve a prática dos (as) docentes, técnicos (as) e colegas de turma, também, da inserção na vida universitária.

4. CONCLUSÕES

Este ensaio teórico teve como fundo discutir o papel da universidade no combate à lógica da exclusão, pensando no acesso e na permanência de estudantes com deficiência no ensino superior, nesse sentido, cumpre a Seção de Atendimento Educacional assegurar que os (as) acadêmicos (as) venham a dispor de um ambiente adequado para desenvolverem as suas habilidades e potencialidades. Finalizamos afirmando que a diversidade é o perfil de uma sociedade que preza pelo respeito à diferença e à cidadania, e é nessa direção que a UFPel se coloca juntamente com o NAI e com as seções que o compõem, buscando garantir o acesso, a permanência e o êxito da pessoa com deficiência no ensino superior.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Lei n. 13.146, de 06 de julho de 2015. Brasília. Dispõe sobre o Estatuto da Pessoa com Deficiência.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Lei número 9394, 20 de dezembro de 1996.

UFPEL. Resolução Nº 03, de 23 Fevereiro de 2018. Dispõe sobre a Política de Ações Afirmativas para Pessoas com Deficiência, Transtorno do Espectro Autista (TEA), Altas Habilidades e Superdotação no âmbito dos Cursos de Graduação e Pós-Graduação da UFPel.

ANÁLISE QUANTITATIVA DOS CURSOS DE ENGENHARIA HÍDRICA DO BRASIL

MAISA RIBEIRO DA CRUZ¹; ALEXIA DA CUNHA BROSE²; RONYTTA DOS SANTOS RIBEIRO³; LEONARDO CONTREIRA PEREIRA⁴

¹Universidade Federal de Pelotas – maisasz14@gmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – alexiacbrose@gmail.com

³Universidade Federal de Pelotas – ronyttadossantos@gmail.com

⁴Universidade Federal de Pelotas – leonardocontreira@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

A gestão sustentável dos recursos hídricos é essencial para garantir a disponibilidade de água de qualidade para as gerações presentes e futuras. Isso requer uma abordagem integrada que leve em consideração as necessidades humanas, a conservação dos ecossistemas aquáticos e a mitigação dos impactos e das mudanças climáticas.

A Engenharia Hídrica tem uma trajetória histórica significativa, evoluindo em resposta às crescentes necessidades humanas e ambientais relacionadas à água. O surgimento do tema remonta a várias civilizações antigas que consideraram a importância da gestão da água para a agricultura, o fornecimento de água potável e a proteção contra inundações. O antigo Egito é frequentemente citado como um dos primeiros exemplos de sociedade que desenvolveram técnicas de supervisão e deriva, demonstrando uma compreensão precoce da engenharia hídrica, FAGAN (2014).

No entanto, a formalização do ensino e da prática da Engenharia Hídrica como disciplina acadêmica começou a ganhar forma nos séculos XVIII e XIX, com o avanço da Revolução Industrial. A necessidade de água para a indústria e o crescimento das cidades impulsionou o desenvolvimento de sistemas de abastecimento de água e tratamento de esgoto. É nesse contexto que surgiram os primeiros programas de ensino, como o oferecido pela Escola de Engenharia de Paris no século XIX (2010). A origem da Engenharia Hídrica no Brasil pode ser rastreada até a necessidade de desenvolver infraestruturas de recursos hídricos, como barragens e canais, para fins de fiscalização, geração de energia e abastecimento de água.

Dessa forma, o presente trabalho possui como abordagem principal, questões relativas aos ingressantes e egressos do curso de engenharia hídrica do Brasil, uma vez que o futuro do curso no Brasil é promissor. A demanda por profissionais capacitados na área continua a aumentar com a crescente conscientização sobre a necessidade de preservar os recursos hídricos e enfrentar os desafios relacionados à água.

2. METODOLOGIA

A presente pesquisa quantitativa foi realizada de forma remota, levando em conta as cinco universidades públicas brasileiras que oferecem o curso bacharelado de engenharia hídrica validadas pelo Ministério da Educação (MEC), sendo elas; Universidade Federal de Pelotas, Universidade Federal do Rio

Grande do Sul, Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Universidade Federal Rural de Pernambuco e Universidade Federal de Itajubá. Os dados e números discutidos e avaliados foram obtidos através de pesquisas nos sites oficiais das academias, bem como na consulta à coordenação dos referidos cursos.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

No quadro 1 são apresentados os resultados obtidos, em números reais, da quantidade de matrículas ativas no curso de engenharia hídrica no segundo semestre do ano de 2023.

Quadro 1: Matrículas ativas no segundo semestre do ano de 2023.

Universidade	Ativos
UFPEl	91
UFRGS	62
UFVJM	21
UFRPE	57
UNIFEI	148
Total	379

No quadro 2 são mostrados o ano de início das atividades do curso nas diferentes universidades em conjunto com a quantidade de engenheiros formados até o momento do estudo.

Quadro 2: ano de início das atividades do curso nas universidades que o oferecem, apresentando a quantidade de egressos até o momento.

Universidade	Ano de Início das Atividades	Egressos
UFPEl	2009	112
UFRGS	2012	45
UFVJM	2009	91
UFRPE	2018	0
UNIFEI	1998	248
Total de egressos:		496

No gráfico 2 é mostrada a quantidade de egressos do curso estudado de cada universidade desde o ano de início de suas atividades até o momento da realização do estudo e os apresenta em porcentagem.

Porcentagem de egressos do curso de eng...

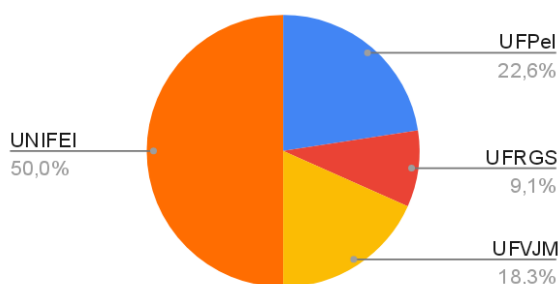


Gráfico 2: Porcentagem de egressos do curso de engenharia hídrica pelas universidades brasileiras que o ofertam.

Os dados obtidos devem ser interpretados com um olhar cuidadoso sobre as imparidades das universidades em questão. Em 1997 a, então, Escola Federal de Engenharia de Itajubá, junto ao MEC, foi a pioneira na criação do curso de engenharia hídrica do país (Ministério da Educação e do Desporto), completando 25 anos de atuação em 2023. Esse fato evidencia a querente porcentagem de seus egressos e matrículas ativas quando comparados ao total. Ao olharmos para a segunda universidade com maiores números nos deparamos com a UFPel, a qual além de ter sido a segunda universidade do país a iniciar suas aulas, ela também conta como a única a apresentar nota máxima na avaliação do MEC dentro do curso de engenharia hídrica durante a sua história.

A Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri passa por um momento delicado em relação a quantidade de matrículas ativas no curso, esse fato pode estar relacionado com a tamanha evasão dos cursos de engenharia, segundo GODOY (2017) um dos problemas que deveríamos atacar diz respeito aos motivos que levam os alunos a desistir dos cursos de engenharia ao longo dos primeiros semestres e, ainda mais a influência das disciplinas da área de matemática nessa decisão.

O curso de engenharia hídrica ofertado pela UFRGS vem tomando seu espaço com o renome da academia, o mesmo foi contemplado no dia 22 de março, o dia mundial da água e do engenheiro hídrico, com o reconhecimento do conselho regional (CREA-RS).

Podemos perceber que a Universidade Federal Rural de Pernambuco ainda não possui egressos, fato esse a ser atestado pela sua recente inserção. Diante da justificativa do curso apresentada em projeto pedagógico do curso, evidencia se que antes da fundação do curso em Pernambuco, 100% das universidades que o ofereciam pertenciam ao sul e sudeste. Fazendo essa reflexão, a UFRPE traz um diferencial em sua abordagem, onde os egressos sairão não apenas com o diploma de engenheiros hídricos, mas também com o diploma de tecnólogo em gestão de recursos hídricos.

4. CONCLUSÕES

Concluimos que o processo de inserção de um novo curso passa por diferentes situações ao longo da sua trajetória em busca de espaço e local de fala, por mais que o profissional dos recursos hídricos seja de grande importância dentro de vários âmbitos do dia a dia, devemos salientar as dificuldades

encontradas durante a graduação e todo o período de inserção no mercado. O curso de Engenharia Hídrica desempenha um papel fundamental na nossa sociedade, especialmente à medida que enfrentamos desafios crescentes relacionados à gestão sustentável dos recursos hídricos. Assuntos relacionados a gestão de recursos hídricos, prevenção de desastres naturais, sustentabilidade ambiental, adaptação às mudanças climáticas, desenvolvimento de infraestrutura, pesquisas e inovações são de total capacidade dos egressos do curso de Engenharia Hídrica.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FAGAN, Brian M. "The Attacking Ocean: The Past, Present, and Future of Rising Sea Levels." Bloomsbury Publishing, 2014.

GODOY, Elenilton Vieira; DE ALMEIDA, Eustáquio. A evasão nos cursos de Engenharia e a sua relação com a Matemática: uma análise a partir do COBENGE. **Educação Matemática Debate**, v. 1, n. 3, p. 339-361, 2017.

Ministério da Educação e do Desporto, 1997. Portaria n 2.196, de 28 de novembro de 1996. **Autoriza o funcionamento do curso de Engenharia Hídrica na UNIFEI em Itajubá**. D. O. U. Brasília, p. 13, 2 dezembro. 1997. Seção 1.

UFRPE. **Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Engenharia Hídrica**. São Lourenço do Sul, 9 de set , 2023. Especiais. Acessado em 9 de setembro de 2023. Online. Disponível em <https://www.ufrpe.br/br/content/engenharia-h%C3%ADrica-belo-jardim>

UNIFEI. **Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Engenharia Hídrica**. São Lourenço do Sul, 9 de set , 2023. Especiais. Acessado em 9 de setembro de 2023. Online. Disponível em <https://prg.unifei.edu.br/cursos/engenharia-hidrica/>

RELATO DE EXPERIÊNCIA DE TUTORIA NOS CURSOS DE LETRAS: O QUE APRENDI SOBRE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO.

EDIANE PEREIRA DA CUNHA¹;
ALINE NUNES DA CUNHA DE MEDEIROS³

¹Universidade Federal de Pelotas— ediane_pereira13@hotmail.com

³ Universidade Federal de Pelotas – alinencm@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como tema as experiências vivenciadas durante o período de atuação como tutora no Núcleo de Acessibilidade e Inclusão da Universidade Federal de Pelotas (NAI), que teve início no mês de fevereiro de 2023, se estendendo até o presente momento. Foram, portanto, dois semestres letivos decorridos neste período, durante os quais foram realizadas tutorias junto a educandos de diferentes cursos, em diferentes momentos, sendo eles: Letras Português-Espanhol, Letras- Redação e Revisão de textos, Doutorado em Memória Social e Patrimônio Cultural e Letras-Libras. O compartilhamento de tais experiências, bem como das reflexões suscitadas se fazem de grande relevância no cenário atual, em que as pessoas com deficiência e transtornos, cada vez mais chegam ao Ensino Superior. Faz-se necessário, portanto, que a Universidade esteja preparada para acolher e responder de modo adequado às demandas e às necessidades educacionais específicas desses cidadãos.

2. METODOLOGIA

As tutorias que são citadas no presente trabalho ocorrem, no mínimo, semanalmente, podendo se dar mais de uma vez na semana, conforme a demanda de cada tutorado. São encontros que podem ser realizados presencialmente, devendo ser observada a condição de se realizarem dentro dos prédios da Universidade Federal de Pelotas, o que é mais comum, ou, ainda em formato remoto, o que ocorre mais raramente. Tendo em vista que o ambiente deveria ser o mais silencioso possível e deveria, preferencialmente, contar com computador para pesquisa e estudo, as tutorias foram, em sua maior parte, realizadas na Sala de Acessibilidade, situada nas dependências da Biblioteca do Campus Porto. As reuniões costumam ter duração de cinquenta minutos a uma hora, no início de cada semestre, o tutor entra em contato com os alunos atendidos a fim de estabelecer horários semanais em que ambos tenham disponibilidade, mas adaptações podem ser necessárias ao longo do semestre.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O trabalho enquanto tutor se mostra um grande desafio para o acadêmico em formação, uma vez que se sobrepõem dificuldades de duas naturezas distintas: as dificuldades impostas pelos conteúdos a serem trabalhados, levando em conta que são atendidos discentes de outros cursos, que não nosso curso de origem, ainda que na mesma grande área, somada ao desconhecimento que grande parte da comunidade acadêmica e sociedade em geral possui acerca das diferentes especificidades das pessoas com deficiências e/ou necessidades especiais.

Um outro fator que causa questionamentos e estranhamentos em um primeiro momento, é delimitar qual o papel do tutor, uma vez que, por ser o trabalho realizado em um âmbito mais abrangente, não nos ocupamos do estudo e do ensino de uma disciplina específica, como ocorre nas monitorias, tampouco podemos pretender ocupar o lugar de docentes, tendo em vista que nos encontramos em processo de formação e os indivíduos por nós acompanhados não são nossos alunos, mas acadêmicos, assim como nós.

Os estudantes chegam ao ensino superior, muitas vezes, tendo vindo de uma trajetória no ensino básico em que foram tratados como incapazes de fazer o que outros colegas faziam, sempre sendo protegidos, ainda que fossem totalmente aptos a realizar as atividades com propriedade e autonomia.

Isso reflete de maneira negativa no processo de ensino-aprendizagem no ensino superior, tendo em conta que se exige, por parte do acadêmico, autorresponsabilidade. Muitos dos educandos que participam das tutorias se consideram dependentes das pessoas ao seu redor e mesmo que seja facilmente observável que poderiam realizar certas tarefas sozinhos (como revisar o conteúdo antes da tutoria, ir à biblioteca ou iniciar um trabalho antes da tutoria), se recusam a fazê-lo.

Cabe ao tutor aprender a lidar com esse momento de adaptação pacientemente, uma vez que não podemos atribuir ao educando a culpa pelos processos que enfrentou e pelo modo como a escola e a família lidaram com ele até o momento, penalizando-o com o desamparo. A lei de Inclusão, propõe a seguinte definição para a condição da pessoa com deficiência “impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.” (Lei 13.146/2015, art. 2º).

Portanto, não podemos pensar que inclusão trata-se somente de propiciar o acesso das pessoas aos espaços, uma vez que não se deve desconsiderar a existente desigualdade de condições, seja pela deficiência ou pelo despreparo devido a suas vivências anteriores à trajetória universitária.

Muitas vezes, no início da convivência com frequência semanal ou até mesmo mais de uma vez por semana, o tutor pode se deparar com atitudes do tutorado que fazem com que surjam reflexões. Ocorre, frequentemente, o questionamento sobre certos comportamentos estarem ou não relacionados à condição do indivíduo, pois não é raro haver momentos em que o educando apresenta inquietude, irritabilidade, muitas queixas relativas à trajetória acadêmica e à sua vida pessoal, impaciência ou distração no momento de estudar o conteúdo ou fazer um trabalho.

Por outro lado, também não é aceitável permitir passivamente que se perpetue a situação de dependência, uma vez que um dos objetivos do processo de ensino e aprendizagem é a emancipação do sujeito, à qual todos têm direito. ALVES (2012), ao discorrer sobre a pedagogia freiriana, afirma que seu principal objetivo é o “compromisso com a emancipação de sujeitos humanos cuja existência se encontra marcada por contextos de desrespeito à vida e à vivência ativa da cidadania” (ALVES, 2012, p. 41).

É sabido que a sociedade é perpassada, ainda nos tempos atuais, por ideologias impregnadas de preconceito, de capacitismo e de exclusão. O desconhecimento acerca da natureza das deficiências e dos transtornos pelos quais algumas pessoas são acometidas é, sem dúvida, o que faz com que se perpetuem tais pensamentos e atitudes sociais negativos em relação a essas

peessoas. Uma das mais importantes conquistas da experiência com a tutoria foi perceber o quanto trabalhar com a inclusão pode ser libertador, nos libertar de ideologias que tomamos como verdades, especialmente sobre o modo de ensinar e aprender. FREIRE (1996) já dizia que “ensinar não é transmitir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou sua construção” (FREIRE, 1996, p. 13). A vivência como tutor nos permite perceber que não é somente de um modo ou em um único ritmo pré-estabelecido que se aprende e que, muitas vezes, os educandos que são subestimados têm, na verdade, um grande potencial a ser desenvolvido.

4. CONCLUSÕES

É provável que o tutor perceba, ao longo da jornada, que seu papel é ser um mediador, pois cabe a ele desenvolver a habilidade de olhar para o conteúdo a ser trabalhado e entender quais são as dificuldades que se impõem diante do tutorado, competência que irá adquirir somente tendo um olhar sensível acerca da perspectiva sob a qual aquele indivíduo vê, compreende e como reage ao mundo. Diferentes abordagens e metodologias devem ser testadas e é necessário ter a resiliência, essencial em uma futura docente, para compreender que nem todos os dias o planejado irá acontecer, poderão haver semanas em que a tutoria não ocorre como foi pensado previamente, em que o aluno não apresenta um rendimento satisfatório, porém isso não deve ser visto como uma razão para a desistência. É essencial, ter em vista, ainda, o que foi proposto por PIMENTEL e NASCIMENTO (2016), os quais defendem que a inclusão pressupõe mudanças arquitetônicas, atitudinais e pedagógicas. Portanto, se faz necessário que as Instituições de Ensino Superior invistam, cada vez mais na capacitação de seus profissionais, não somente por meio de projetos de tutoria, mas também, capacitem e conscientizem todos os profissionais que atuam com o público, com destaque especial aos docentes, a fim de promover, para além do acesso, a permanência e o êxito acadêmico.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Solange Maria. Freire e Vigotski: um diálogo entre a pedagogia freireana e a psicologia histórico-cultural. Chapecó, SC: Argos, 2012.

BRASIL (2015). LEI Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm. Acesso em 22 de setembro de 2023.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

PIMENTEL, Susana Couto; NASCIMENTO, Lucinéia Jesus. A construção da cultura inclusiva na escola regular: uma ação articulada pela equipe gestora. EccoS - Revista Científica, São Paulo, n. 39, p. 101-114, jan./abr. 2016.

GURIAS DA COMP: A PERMANÊNCIA DE MULHERES EM CURSOS DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA E ENGENHARIA

MARIA JULIA LORENZONI¹; KATHE BESERRA²; LOUISE QUEIROZ BEZERRA³;
LAURA QUEVEDO JURGINA⁴; LEOMAR SOARES DA ROSA⁵

¹Universidade Federal de Pelotas – maria.jdl@inf.ufpel.edu.br

²Universidade Federal de Pelotas – kathe.isabelle@inf.ufpel.edu.br

³Universidade Federal de Pelotas – lqsbezerra@inf.ufpel.edu.br

⁴Universidade Federal de Pelotas – lqjurgina@inf.ufpel.edu.br

⁵Universidade Federal de Pelotas – leomarjr@inf.ufpel.edu.br

1. INTRODUÇÃO

As mulheres na área de Computação tem uma baixa representatividade quando se trata de cursos de graduação no Brasil, realidade semelhante a outros países do mundo (DUBOW, et al., 2016). E ainda que exista presença feminina em computação e tecnologia, o senso comum vem atribuindo a muitas destas carreiras a representação de "atividades masculinas", criando estigmas de gênero e impondo desvalorização ao trabalho feminino nestes campos (RAPKIEWICZ, 1998). A falta de diversidade de gênero em cursos de graduação de Computação torna um desafio manter as poucas alunas que ingressam no curso, e diminuir a evasão das mulheres na área de computação tem sido foco de atenção em diferentes universidades (COHOON, 2002).

Neste contexto, esse artigo apresenta uma iniciativa da Computação da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) em relação às suas alunas. O projeto surgiu com o objetivo de incentivar a permanência de meninas, o “Gurias da Comp” tem como proposta apoiar as discentes, através de iniciativas que possam contribuir para a sua permanência na universidade e práticas de caráter informativo.

Em essência, o projeto não pretende apenas fomentar um ambiente acolhedor para as mulheres, mas também busca desafiar e enfraquecer normas e práticas que perpetuam a desigualdade de gênero em áreas da Computação. Por meio do diálogo e da ação, esse projeto visa contribuir para uma mudança positiva nesse cenário dentro do ambiente acadêmico e no mercado de trabalho para mulheres das áreas de tecnologia da informação.

Assim, esse artigo segue o projeto desde a sua concepção até o estágio atual. Inicialmente, apoiado em uma pesquisa que buscava mapear os antecedentes da infância das mulheres e a influência na escolha do curso e que impactou na construção de um formato para o projeto. Esse modelo foi sendo ajustado e incrementado conforme as reuniões mensais aconteciam e as necessidades iam sendo apresentadas pelas discentes ao longo desses encontros.

2. METODOLOGIA

O projeto surgiu através de uma pesquisa para conhecer os estímulos durante a infância que influenciaram as garotas, na escolha pela computação com as discentes dos cursos de Ciência e Engenharia de Computação. As respostas do formulário indicaram que as alunas foram expostas a ambientes de equidade

de gênero, o que possibilitou almejar uma carreira na área da STEM. Entretanto, o formulário também constatou que as discentes percebem o ambiente dos cursos como excludentes e machistas. Relatos sobre o sentimento de intimidação e invisibilidade foram vistos nas respostas. Partindo desse contexto, um encontro chamando todas as alunas foi marcado para conversarmos sobre essa situação.

O evento se desdobra em duas etapas: primeiro, uma das alunas da equipe organizadora apresenta o tópico que será objeto de discussão. Depois, esse tópico é amplamente debatido pelas convidadas, seguindo uma estrutura que respeita a ordem de fala. Ao final, encerra-se com uma aluna da equipe organizadora resumindo as principais conclusões da discussão e delineando as ações planejadas para abordar a questão em pauta.

No primeiro encontro, intitulado como “Café das Gurias”, o objetivo era conversar sobre as experiências que as alunas estavam passando. Foi discutido sobre o descaso da universidade perante os casos de assédio, sobre casos de intimidação moral que ocorrem frequentemente nas classes dos semestres iniciantes e o que poderia ser feito para que este cenário mudasse. Alunas que já estão perto de se formar contaram suas experiências passadas, quando eram ingressantes e como foram se adaptando a esse meio acadêmico majoritariamente masculino.

A partir desse encontro, realizado em março de 2023, foi determinado que ações de acolhimento precisavam ser feitas para mudar esse cenário. Então, o projeto “Gurias da Comp” foi criado, com o objetivo de fortalecer a comunidade feminina discente na comunidade acadêmica da computação na UFPEL.

O grupo é formado por uma doutoranda que coordena o projeto mais cinco estudantes bolsistas do grupo PET Computação, além de participações de estudantes vinculados ao diretório acadêmico e estudantes voluntárias.

Em abril de 2023, houve o segundo “Café das Gurias” com o objetivo de acolher as calouras, contando com a presença das professoras que foram convidadas para o evento. No terceiro café, realizado em junho de 2023, houve um debate sobre a situação das mulheres nas instituições estudantis da computação, que são: o PET Computação, o Diretório Acadêmico Blaise Pascal, a Atlética da Computação, a equipe de robótica Pinguim Bots e a empresa júnior Hut8.

Através da conversa, foi verificado que a Hut8 não possui mulheres em seu time de desenvolvimento. Uma situação preocupante, pois é desapontador a falta de mulheres ocupando esses cargos, especialmente quando temos várias alunas com plena capacidade para preenchê-los. As estudantes da graduação relataram que não se sentem incentivadas a participar da empresa júnior pois só enxergam homens lá dentro e indicam conhecer o histórico sexista de seleção.

No café de julho de 2023, a Hut8 enviou representantes e veio conversar sobre a situação. Infelizmente a comunidade está presa em um ciclo em que as alunas não participam do processo seletivo da empresa júnior por não ter desenvolvedoras na empresa e a empresa não consegue selecionar mulheres pois não tem inscritas. Um ciclo que foi construído ao longo dos anos e precisa ser quebrado.

A coordenadora do curso de Ciência da Computação também participou do encontro, destacando a importância de reportar essas situações diretamente ao Diretório Acadêmico ou ao grupo PET Computação, pois isso permitirá que as queixas sejam encaminhadas para a coordenação e o colegiado, onde medidas apropriadas, mantendo o anonimato quando necessário, serão tomadas.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os encontros mensais denominados "Café das Gurias" desempenharam um papel fundamental no processo de acolhimento das alunas na comunidade acadêmica de computação. Esses encontros serviram como espaços para debater questões relacionadas às perspectivas femininas na computação. A partir dessas reuniões, surgiram iniciativas concretas, como o acolhimento das calouras em abril.

Quando se constatou a ausência de mulheres nos cargos de desenvolvedora na empresa júnior Hut8, as alunas escreveram em conjunto e enviaram uma carta para todas as instituições estudantis da comunidade, firmando o compromisso de promover a inclusão de mulheres em posições de liderança, desenvolvimento e influência. No encontro das "Gurias da Comp" com a Hut8, medidas para melhorar essa situação foram debatidas, incluindo uma campanha de marketing mais inclusiva, maior presença da Hut8 em eventos da comunidade de computação e a implementação de ações afirmativas para incentivar a participação das mulheres na empresa.

Fica evidente que existe uma lacuna na comunidade de computação da Universidade Federal de Pelotas, e o projeto "Gurias da Comp" desempenhou um papel crucial ao tentar preencher algumas dessas lacunas, proporcionando acolhimento e incentivo às discentes, promovendo mudanças significativas no ambiente acadêmico e nas perspectivas das mulheres na computação.

4. CONCLUSÕES

A instauração deste grupo de apoio causou um impacto positivo de notável alcance no âmbito universitário, catalisando a concepção de medidas inovadoras de capacitação e integração em projetos acadêmicos. Por meio de encontros mensais, contribuiu para a interação entre as alunas ao facilitar a troca de experiências e abordar as dificuldades inerentes aos paradigmas que permeiam o cotidiano acadêmico.

Nos últimos 10 anos a proporção de mulheres ingressantes passou de 15,49% em 2011 para 18,9% em 2021, um aumento de 3,41% (LOPES et al. 2023), no entanto, essa evolução ainda denota a ausência de um ambiente acolhedor para as estudantes universitárias. Embora o projeto em questão não tenha atingido integralmente seus objetivos finais, as atividades já realizadas evidenciam seu potencial de sucesso e impacto.

Pretendemos, sobretudo, aperfeiçoar as mulheres e torná-las mais confiantes para ingressarem no mercado de trabalho. Também envolvê-las em projetos acadêmicos e, assim, estimular mais jovens a se aventurarem nesse campo de estudo, possibilitando que elas se sintam pertencentes a área de computação.

A partir da análise das pesquisas realizadas neste estudo, torna-se evidente que as mulheres muitas vezes perdem o interesse pela tecnologia em uma fase inicial de suas vidas. Também é perceptível que, quando as mulheres demonstram interesse pela área da tecnologia, ainda enfrentam desafios decorrentes da desigualdade de gênero nesse campo.

Portanto, é importante direcionar esforços para promover o interesse desde o ensino básico. Ainda, é fundamental estabelecer programas de apoio voltados

para mulheres adultas que já estão envolvidas em cursos tecnológicos, uma vez que muitas delas enfrentam a falta de suporte nessa trajetória.

Diante da ausência de projetos centrados no aperfeiçoamento e incentivo dos professores, cujo papel é fundamental para cultivar o interesse das mulheres na tecnologia, nossa perspectiva se volta para o futuro. Planejamos desenvolver palestras voltadas especificamente para os educadores, com o intuito de promover maior conscientização, bem como workshops para aprofundar o conhecimento das discentes. Através desses esforços, almejamos contribuir para uma experiência mais enriquecedora das mulheres universitárias nos cursos STEM.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

COHOON. J.M. **Recruiting and retaining women in undergraduate computing majors.** In: ACM SIGCSE Bulletin. 2002. p.48-52

CUNHA. M. S.; CABRAL. G.R.E.; SILVA. L.S. **Pensando computacionalmente com Ana: um storytelling sensível ao gênero para favorecer a autoeficácia das estudantes do ensino fundamental I.** In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE INFORMÁTICA NA EDUCAÇÃO (SBIE), 33. , 2022, Manaus. Anais [...]. Porto Alegre: Sociedade Brasileira de Computação, 2022 . p. 1334-1343.

DUBOW. W.M.; QUINN. B.A.; TOWNSEND. G. C.; ROBINSON. R.; BARR. V. **Efforts to make computer science more inclusive of women.** In: ACM Inroads. 2016. p.74-80.

LOPES. R.; MACIEL. B; SOARES. D.; FIGUEIREDO. L; CARVALHO. M. **Análise e Reflexões sobre a Diferença de Gênero na Computação: Podemos fazer mais?.** In: WOMEN IN INFORMATION TECHNOLOGY (WIT), 17., João Pessoa, 2023, Anais...Porto Alegre: Sociedade Brasileira de Computação, 2023 . p. 68-79.

RAPKIEWICZ. C.E.; **Informática: domínio masculino?.** In: Cadernos Pagu, 1998. p-169-200.

SILVA. A.G.; PRADO. R.M.; MORO. M.M.; ARAUJO. A. **Autopercepção de Meninas do Ensino Básico em Relação às Carreiras de STEM.** In: WOMEN IN INFORMATION TECHNOLOGY (WIT), 17., João Pessoa, 2023, Anais...Porto Alegre: Sociedade Brasileira de Computação, 2023 . p. 91-102.

SOUZA. V.A.; EDGEL. I.A.; NÉU. Y.S.; SILVA. J.P.A.; LOPES. J.N.S. **Projeto de incentivo à meninas na STEM: Um relato de experiência.** In: WOMEN IN INFORMATION TECHNOLOGY (WIT), 16. , 2022, Niterói. Anais [...]. Porto Alegre: Sociedade Brasileira de Computação, 2022 . p. 233-238.

UNESCO. **Decifrar o código: educação de meninas e mulheres em ciências, tecnologia, engenharia e matemática (STEM)** . 2018. UNESCO, Brasília, 2018. Acessado em 30 ago. 2023. Online. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000264691>

OFICINAS DE SENSIBILIZAÇÃO PARA ALUNOS DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS SOBRE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO

MARIA LÚCIA BRETANHA¹;
RITA DE CÁSSIA CÓSSIO RODRIGUEZ²

¹Universidade Federal de Pelotas – mariabretanha11@gmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – rita.cassia@ufpel.edu.br

1. INTRODUÇÃO

A inclusão de pessoas com deficiência deve ser abordada em todos os âmbitos da sociedade e, ao analisarmos na Educação, se torna ainda mais importante abordar a temática em todos os níveis e modalidades de Ensino. A grade curricular do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas da Universidade Federal de Pelotas conta com disciplinas com ênfase nessa temática contemplando de forma interdisciplinar. No primeiro semestre do curso a disciplina de Diversidade e Inclusão é cadeira obrigatória e, nos demais semestres, prossegue como eixo transversal as práticas pedagógicas, disciplinas e estágios supervisionados, propondo, entre outros pontos, a confecção de recursos didáticos que atendam a todos(as) os(as) alunos(as) em suas singularidades. Com exceção de alguns cursos e disciplinas, a grande maioria dos graduandos não veem nada relacionado com o tema durante a formação inicial, embora se tornarão professores, artistas, engenheiros, médicos, técnicos, agrônomos e outros tantos profissionais que necessitarão destes conhecimentos em suas profissões, além de serem conhecimentos fundamentais para que as barreiras sejam eliminadas. Neste sentido, foi proposto um projeto de ensino objetivando que essas informações cheguem a mais pessoas e a reflexão sobre a temática esteja presente, não só para quem vivencia ou já vivenciou situações excludentes e capacitistas, mas para toda a instituição de Ensino Superior e seu entorno.

Oliveira (2012) cita que, “juntamente ao processo de inclusão, tem sido observada a crescente dificuldade dos professores em trabalhar com esses alunos. Dificuldade essa proveniente de uma formação inicial incompleta ou insuficiente, resultando em uma educação nem sempre inclusiva” (pág. 5). Dessa forma, o intuito da oficina é conscientizar não só os alunos que são professores em formação, como também, todos os alunos da Universidade para que sejam profissionais mais conscientes e, portanto, possam como atuar frente a diversidade humana e, principalmente, romper com o capacitismo.

Após debate com colegas de turma e a professora da disciplina sobre não se ter de forma disseminada nos campus da universidade informações sobre a temática e tomar conhecimento sobre a Oficina “Sinto Muito” desenvolvida no Congresso Luso-Brasileiro Conlubra no ano de 2019, com retorno relevante dos participantes, iniciamos a organização da oficina de sensibilização.. A ideia de colocar pessoas “típicas” em um ambiente desafiador, fazendo com que sintam a vida de forma mais sensível e com um outro olhar como o proposto pela oficina já realizada, despertou-nos a necessidade de organizarmos uma reedição, mas com ênfase no aprendizado dos nossos colegas da Universidade.

2. METODOLOGIA

O ato de conscientizar as pessoas através da oficina se torna eficaz por que podemos caracterizá-la como uma forma de construir conhecimento a partir da ação-reflexão-ação. A oportunidade de vivenciar situações concretas e significativas, baseada no tripé: sentir- pensar -agir, com objetivos pedagógicos (DO VALLE; ARRIADA, 2012, p.4)

Para um trabalho ser qualificado e possível, é necessário juntar um grupo engajado e experiente. Nosso projeto foi divulgado para o Núcleo de Estudos e Pesquisas em Cognição e Aprendizado NEPCA, dessa forma outras pessoas da área ao entender a proposta se interessaram em participar e outras tantas se colocaram à disposição em eventuais dúvidas. A equipe foi formada por 3 professoras sendo elas e uma equipe de seis alunas de três cursos diferentes, a saber, curso de Licenciatura em Ciências Biológicas, curso Geografia e curso Letras-Português, constituindo o Projeto de Ensino “Oficina sensorial”.

O Projeto foi iniciado com a criação de um email e uma rede social para auxiliar nossa comunicação com a comunidade acadêmica e fazer com que o público se familiarize com a proposta, trazendo discussões sobre capacitismo, além de informes sobre cada etapa do projeto, a criação de folders e etc.

O projeto propõe, através de uma sala sensorial, onde, de forma individual, o participante vai passar por uma experiência única, aguçando seus sentidos. A sala estará o mais escura possível para conseguirmos fazer com que o participante aproveite o curso de cada acontecimento, podendo focar em cada situação que lhe for colocado a partir de obstáculos e desafios pelos quais as pessoas com deficiência passam diariamente em ambientes não inclusivos.

Ao concluir o percurso, o participante poderá compartilhar com os outros colegas sua experiência dentro da sala, escrevendo em um painel que ficará exposto durante o período de exposição. Serão distribuídos “cards” informativos pós trajeto dentro da sala. A Oficina Sensorial será apresentada em todos os câmpus da UFPel, para abranger o maior número de pessoas da comunidade acadêmica e durante o SIEPE.. Em datas diferentes compondo um itinerário organizado pela equipe, que será avisado periodicamente através das mídias sociais do projeto.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A escolha de fazer essa conscientização em forma de oficina se deu pelo efeito que tende a causar nas pessoas, pelas vivências e reflexões que oportuniza. “No âmbito educacional, a articulação entre teoria e prática encontra na metodologia das oficinas pedagógicas um recurso oportuno”(PAVIANI,2009,pág.1)

Até o presente momento o projeto está em processo de finalização para aplicação. A 9ª Semana Integrada de Inovação Pesquisa e Extensão servirá como

estreia do projeto para um grande público. Vai contar com uma sala separada para aplicação.

A reflexão parte da constatação de que vivemos experiências urbanas cada vez mais aceleradas e incitadas, sobretudo, pelas práticas de consumo que resultam em experiências urbanas esgotantes e alienantes. Disso resultam experiências urbanas de pouca ou nenhuma durabilidade, marcadamente efêmeras, sem implicações territoriais para além do mero consumo do próprio espaço(LEITE,22).

Vivemos em uma era em que todos estão com suas vidas corridas e vivendo no automático e por esse motivo o projeto tem como principal objetivo tocar as pessoas, de forma com que as mesmas desacelerem e se permitem relaxar e se colocar no lugar dos outros. Uma pessoa acelerada não vê situações acontecendo a sua volta, somente as enxerga. Ver consiste em focar a atenção e buscar uma visão mais aprofundada do objeto, já enxergar está no superficial, naquilo que vemos apenas sem analisar

Dessa forma espera-se que com a experiência da sala sensorial, em cada participante, seja implantada uma reflexão sobre o próximo, e sobre a vida que leva. Assim, poderemos então chegar a uma educação mais dialogada, com questionamentos mais profundos e, alunos e profissionais que vão, a partir daí, perceber o ambiente e as pessoas que nele estão inseridas e questionar tais comportamentos da sociedade para com grupos de pessoas específicos.

4. CONCLUSÕES

Praticar a inclusão não é fácil, tendo em vista a sociedade em que estamos inseridos. Deve ser constante o trabalho de conscientização e, projetos como esse, desempenham um papel fundamental na formação de novos profissionais. Com isso, sinalizar a importância da desaceleração no dia a dia resulta na percepção do ambiente, logo, na sensibilidade em ver o próximo e suas singularidades. A permanência da oficina se faz no formato de fácil acesso na internet, através de divulgação nas redes e e-mails com informativos. É crucial a difusão de projetos desse teor, no âmbito educacional, principalmente, na etapa norteadora que é a graduação. Elucidar as pessoas sobre questões tão necessárias e emergentes, faz com que no futuro tenham, não trabalhos de conscientizar adultos, e sim preservar o respeito desde a infância.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DO VALLE, Hardalla Santos; ARRIADA, Eduardo. “Educar para transformar”: a prática das oficinas. **Revista Didática Sistêmica**, v. 14, n. 1, p. 3-14, 2012.

PAVIANI, Neires Soldatelli. Oficinas pedagógicas: relato de uma experiência. *Conjectura: Filosofia E Educação* v.14, n.1.2009.

OLIVEIRA, T.N.de. **A empatia, a sensibilização e a formação de professores do ensino público para uma inclusão eficaz de aulas com necessidades educacionais especiais**. 2012. 57 f. Trabalho de conclusão de curso (licenciatura

- Ciências Biológicas) - Universidade Estadual Paulista, Instituto de Biociências de Rio Claro, 2012. Disponível em: < <http://hdl.handle.net/11449/120326> >

LEITE, Rogério Leite. Vida acelerada e esgotamento: ensaio sobre a mera-vida urbana contemporânea. Caderno CRH, [S. l.], v. 35, p. e022039, 2022. DOI: 10.9771/ccrh.v35i0.49599. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/crh/article/view/49599>. Acesso em: 22 set. 2023.

A MONSTRUOSIDADE DA DIFERENÇA: UMA ANÁLISE SOBRE A RELAÇÃO ENTRE VILANIA E AS ATIPICIDADES NA LITERATURA DE HORROR

ANA CAROLINA BONI PIRES¹;
GUSTAVO HENRIQUE RÜCKERT²

¹Universidade Federal de Pelotas 1 – carolinaerso@gmail.com 1

²Universidade Federal de Pelotas 2 – gh.ruckert@gmail.com 2

1. INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem início na minha própria existência. Meu corpo, por vezes, considerado abjeto e vitimado pelo ódio alheio; colegas, igualmente rompedores de uma normalidade ditada e a sua imposta inadequação social e familiares cujas deficiências físicas foram motivo para o comprometimento de sua instituição como sujeito de uma história.

Monstros e vilões – seres e indivíduos abjetos, à margem, em desarmonia – são peças primordiais do desenvolvimento da maioria das obras de literatura de horror e, ao analisá-los, nota-se que a construção estética, geradora do medo, responde a um conceito delimitado, isto é, que os arquétipos utilizados na constituição desses personagens possuem uma forte correlação com comportamentos neuroatípicos ou comuns aos transtornos psíquicos. Juntamente com esses arquétipos, o corpo em si é um campo explorado como fator que produz medo, ódio e repugnância (KING, 1983 apud FRANÇA, 2008), e, por sua vez, essa ideia parte de uma concepção bilateral, na qual de um lado está o corpo “ideal” e, do outro, todos aqueles que não se assemelham com ele. A partir dessa percepção, a presente pesquisa tem como objetivo fundamentar teoricamente e historicamente a hipótese de que a vilania é inspirada pelas “dessemelhanças”, isto é, que as deficiências ocupam o papel de representação de obscuridade e maldade na literatura de horror.

Para isso, duas obras estão sendo analisadas: uma clássica, *Frankenstein*, de Mary Shelley, e a outra, contemporânea, *Carrie, a estranha*, de Stephen King. A princípio, contextualizando historicamente o tratamento social para com as pessoas deficientes e neuroatípicas, considerando-se a existência dos *Freak Shows* e dos manicômios. Posteriormente, na reflexão sobre a relação histórica das sociedades com o que é imposto como feio, com base na *História da Feiúra*, de Umberto Eco. A hipótese pauta-se também nos estudos culturais, ao discutir-se a análise dos personagens sob a ótica da multiplicidade e fragmentação, na qual viabiliza-se sistemas simbólicos fundados na diversidade racial, étnica e de maioria e minorias (BORDINI, 2006). E nas relações de poder que se dão segundo o prisma da corponormatividade, visto que o “monstro vilanesco”, com as suas características adjacentes, não é um sujeito, mas um ser abjeto, cuja função é ser combatido e/ou aniquilado (BUTLER, 2003 apud MELLO, 2014).

¹Autora: Ana Carolina Boni Pires. Bacharelanda em Letras - Redação e Revisão de Textos. Centro de Letras e Comunicação - UFPel.

²Orientador: Prof. Dr. Gustavo Henrique Rückert. Professor Adjunto de Literaturas em Língua Portuguesa. Centro de Letras e Comunicação - UFPel.

2. METODOLOGIA

O trabalho ainda está em processo de construção, mas a prospecção é de que a metodologia usada será amplamente bibliográfica e de abordagem qualitativa. Portanto, segue com pesquisa sobre a história das deficiências e transtornos psíquicos no mundo, com enfoque nas formas, instituições e métodos de apagamento, bestialização e segregação dos indivíduos atípicos. Também a pesquisa sociológica e filosófica sobre a relação das pessoas com a dita "feiúra" - relação de estranhamento e suas motivações e fomentações. Também com pesquisa teórica sobre a literatura de horror e suas características, juntamente com a leitura e análise dos personagens das obras *Frankenstein* e *Carrie, a estranha*, para analisar e discutir excertos selecionados que indiquem as hipóteses do trabalho. Além disso, pretendo fazer uma pequena seleção de obras audio(visuais) que possuam monstros e vilões que condizem com os moldes expostos na pesquisa.

Por fim, quero investigar em que se pauta uma possível mudança no processo de recepção desses personagens, ao passo que, com o desenvolvimento científico e cultural, adquiriu-se, em parte, um conhecimento mais aprofundado acerca dos transtornos psíquicos, principalmente. O progresso da minha pesquisa foi baseado no campo dos estudos da literatura gótica e fantástica, que, preeminentemente, recorre aos estudos culturais e à história para dissecar os simbolismos e significados que a literatura de horror pode carregar. Uma das referências é o Profº Drº Alexander Meireles da Silva, que faz uma extensa pesquisa sobre a história do monstro e a sua relação com o cristianismo medieval, que "endemonizava" e excluía qualquer pessoa dessemelhante, como foi com o período da lepra. Antonio Candido fundamenta a minha análise ao passo que afirma:

"Como conjunto de obras de arte a literatura se caracteriza por essa liberdade extraordinária que transcende as nossas servidões. Mas na medida em que é um sistema de produtos que são também instrumentos de comunicação entre os homens, possui tantas ligações com a vida social, que vale a pena estudar a correspondência e a interação entre ambas" (2006).

Além disso, inspirei-me nos demais companheiros de pesquisa, que discutem corponormatividade e monstrosidades academicamente.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A minha hipótese primordial é de que os monstros e vilões do horror são representações das deficiências. Até o momento, tal afirmativa tem fundamentado-se ao passo de que, ao revisitar obras literárias, visuais e cinematográficas de horror, nota-se semelhanças entre os monstros e os vilões de cada obra. Similaridades essas que puderam ser observadas ao pesquisar sobre a história das deficiências e sobre as formas com que a sociedade lidou e continua lidando com as supostas divergências.

No momento, ainda estou desenvolvendo a análise das obras literárias, mas posso antecipar que, considerando-se os estudos sobre o conceito de corponormatividade, os culturais que abrem margem às interpretações sociais e de resistência, e a questão de que o terror e repulsa são, quase majoritariamente, arquitetados sobre a aparência física da criatura de Frankenstein e da de Carrie, minhas suposições interseccionam-se nesse ponto.

Doravante, a reflexão que surge é: quais são as decorrências do estereótipo que se cria a partir dessas criações? Legitima discursos preconceituosos e estigmatizantes? Há alguma mudança na recepção desses vilões na proporção de que as informações tornaram-se mais acessíveis? São ponderações possíveis no desfecho da pesquisa.

4. CONCLUSÕES

Durante o percurso de busca às referências para o meu trabalho, li em muitos textos o quão tanto a literatura de horror quanto a deficiência, analisada por uma concepção que não a médica, são pouco representadas academicamente. Por isso, posso dizer que, academicamente, a minha pesquisa é inovadora ao multiplicar conhecimentos sobre literatura de horror e, também, ao explorar um pouco mais as deficiências sob outra perspectiva, cultural e literária. Ademais, voltando-se para um lado mais pessoal, acredito que ela também promova uma reflexão sociológica, ao conduzir o olhar para as representatividades marginalizadas, no caso, das pessoas que divergem do padrão vigente e, assim, quem sabe, provoque a reflexão e fomenta uma percepção mais consciente, compreensiva e gentil sobre nós, dessemelhantes.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BORDINI, M. da G. A personagem na perspectiva dos estudos culturais. **Letras de Hoje**, [S. l.], v. 41, n. 3, 2006. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fale/article/view/622>. Acesso em: 17 set. 2023.

CANDIDO, A. **Literatura e sociedade**. 9ª ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006.

DA SILVA, A. M. **O que o monstro mostra**. *E-book*.

DINIZ, D. **O que é deficiência**. Sem editora. 2010.

ECO, U. **História da feiura**. Rio de Janeiro: Record, 2007.

FRANÇA, J. O horror na ficção literária: Reflexão sobre o "horrível" como uma categoria estética. In: **XI Congresso Internacional da ABRALIC**, São Paulo, 2008, São Paulo: Universidade de São Paulo, 2008.

KING, S. **Carrie, a estranha**. Rio de Janeiro: Suma, 2013.

MELLO, A. G. **Gênero, deficiência, cuidado e capacitismo: uma análise antropológica de experiências, narrativas e observações sobre violências contra mulheres com deficiência**. 2014. Dissertação (Pós-Graduação em

Antropologia Social) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de Santa Catarina.

LOVECRAFT, H. P. **Os melhores contos**. Cotia: Pandorga, 2021.

POE, E. A. **O corvo e contos extraordinários**. Jandira, SP: Principis, 2019.

ROSENFELD, A. **Texto/Contexto**. 1ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1996.

SHELLEY, M. **Frankenstein**. Jandira, SP: Principis, 2019.

COLOCANDO EM PRÁTICA O APRENDIZADO 2023

RAFAELA ARAUJO RAUBER¹; MARCELO LEMOS ROSSI²

¹Universidade Federal de Pelotas– raffah84@gmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – marcelo.rossi@ufpel.edu.br

1. INTRODUÇÃO

Existem várias teorias que tentam demonstrar como ocorre o processo de aprendizado, entre elas se destacam as de Vygostky, Carl Rogers e Paulo Freire. A ideia trazida por esses três estudiosos do processo de aprendizado se resume em: O trabalho em grupo (o orientador e seus orientados) produz e dissemina o conhecimento no grupo; o interesse do aluno é fundamental no aprendizado; e prática é necessária para o aprendizado, sendo a teoria ligada a essa prática. Os pontos apresentados por estes três autores é o foco do projeto Colocando em Prática o Aprendizado.

Junto a isso temos um cenário na qual a utilização e necessidade de robôs para a realização de atividades tanto industriais quanto domésticas, vem aumentando consideravelmente. Por consequência, há um aumento proporcional do desenvolvimento e implementação de novas tecnologias que visam um melhor desempenho para essas máquinas. Sendo este tópico, a robótica, de muito interesse de alunos de cursos de Engenharia de Controle e Automação e afins. Neste sentido o presente trabalho tem como objetivo apresentar a utilização do *Robot Operating System (ROS)* com o objetivo de desenvolver um robô cão-guia.

O ROS pode ser compreendido como sendo um conjunto de bibliotecas e ferramentas que ajudam na construção de robôs. Neles ainda podemos encontrar drivers, algoritmos de última geração e poderosas ferramentas de desenvolvimento (ROS, 2023).

Com o objetivo de colocar a tecnologia em disposição da sociedade e para servir como uma opção alternativa, foi pensado na construção de um robô que possa auxiliar e guiar pessoas com deficiência visual. Contribuindo, dessa forma, para uma mobilidade segura e autônoma.

Para garantir a segurança, a criação desse cão-guia é feita através dos softwares Gazebo e RViz, responsáveis por proporcionar uma experiência fotorrealista ao robô. Combinando esses softwares com conhecimentos em Visão Computacional e Inteligência Artificial, desenvolvemos o projeto.

2. METODOLOGIA

Como o objetivo do trabalho é prover o aprendizado, utilizando um tema de interesse e trabalho em grupo, foram realizadas diversas reuniões com o grupo sob a orientação do professor. Ao longo dos encontros foram feitas diversas discussões a respeito do projeto, visando abordar diversas propostas de solução e a apresentação de diversos problemas.

Durante as reuniões verificou-se que um dos problemas mais proeminentes estava relacionado a técnica e ferramentas para prototipação, operação e avaliação de sistemas robóticos.

Diante esta constatação buscou-se desenvolver o aprendizado e a proficiência de ferramentas que possibilitassem o desenvolvimento do projeto. Neste sentido,

foi encontrado o ROS e orientado os trabalhos no sentido de aprender esta ferramenta e os recursos que ela disponibiliza. A partir disso iniciou-se uma pesquisa aplicada tomando como base informações disponíveis, principalmente, na WikiRos (<http://wiki.ros.org/>).

Para colocar os tutoriais disponíveis no site oficial do ROS em prática, primeiramente foi necessário instalar o Ubuntu 18.04 LTS, pois para o ROS funcionar de forma completa é preciso de uma máquina com Linux.

Com o objetivo de compreender melhor sobre ROS, foram realizadas diversas pesquisas até encontrar o site oficial da Clearpath Robotics (CLEARPATH, 20). Neste site, além de conteúdos apenas sobre o ROS, também existe tutoriais que integram o mesmo com o Gazebo.

A partir disso, os estudos foram direcionados para compreender este ambiente de simulação realista e como funciona a integração dele com o ROS. Assim, iniciou-se as tentativas de construção do futuro cão guia. É nessa etapa, também, que a ideia do projeto sai do plano da imaginação para um projeto físico.

Inspirado pelos tutoriais disponíveis no site da Clearpath Robotics, o desenvolvimento do robô cão-guia está em andamento.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao realizar atividades práticas de interesse dos participantes do projeto, no caso a robótica, possibilitou o desenvolvimento pessoal e aprendizado, enriquecendo, ainda mais, o desenvolvimento acadêmico através das atividades extraclasse através deste projeto de ensino, uma vez que as atividades aqui realizadas são correlatas às atividades desenvolvidas ao longo das disciplinas do curso e, também, de forte interesse dos participantes.

Durante o processo de estudos para compreensão do ROS e suas aplicações, verificou-se uma defasagem de conteúdo apresentado ao longo do curso na área de robótica.

Dada a crescente demanda na área de robótica, ao fato de o ROS ser utilizado por diversas empresas da área de robótica e a falta de apresentação do conteúdo sobre ROS ao longo do curso, surgiu, assim, a ideia de preparar um minicurso para a comunidade acadêmica. A motivação para tal veio, além das já apresentadas, do fato de, ainda, ser reduzida a quantidade de informações sobre o ROS em português, sendo a grande maioria dos conteúdos disponíveis em inglês.

O minicurso está sendo estruturado e pensado de forma que abranja o maior número de pessoas. Para isso, está sendo utilizado uma linguagem prática e acessível sobre o assunto.

Para além do minicurso, também estão sendo preparados conteúdo para ser disponibilizado de forma on-line, no blog e Instagram do projeto VisioRob.

Atualmente, está sendo realizado estudos para construir o robô no software de simulação Gazebo, ainda em fase inicial de desenvolvimento e compreensão dessa plataforma.

4. CONCLUSÕES

O projeto "Colocando em Prática o Aprendizado" demonstrou ser uma ferramenta eficaz para o aprendizado e desenvolvimento pessoal dos participantes, proporcionando uma experiência prática e relevante na área de robótica. Através do trabalho em grupo e da aplicação de teorias de aprendizado de Vygostky, Carl

Rogers e Paulo Freire, os participantes puderam se aprofundar no estudo do *Robot Operating System* (ROS) e na construção de um robô cão-guia.

A necessidade de conteúdo em português sobre ROS destacou-se durante o projeto, levando à criação de um minicurso e à preparação de conteúdo online para a comunidade acadêmica. Esses esforços visam não apenas preencher a lacuna existente no currículo do curso, mas também tornar o conhecimento sobre ROS acessível a um público mais amplo.

O projeto ainda está em andamento, com estudos sendo realizados para a construção do robô no software de simulação Gazebo. Apesar dos desafios encontrados, o progresso até agora tem sido promissor e a equipe está animada com as possibilidades futuras.

Em suma, este projeto reforça a importância da aprendizagem prática na educação, especialmente em campos em rápida evolução como a robótica. Além disso, destaca o valor da colaboração e do compartilhamento de conhecimento para promover o crescimento pessoal e acadêmico.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ROS. **ROS - Robot Operating System**. Disponível em: <https://www.ros.org/>. Acesso em: 10 set. 2023.

CLEARPATH. **Clearpath Robotics**. Disponível em: <https://clearpathrobotics.com/>. Acesso em: 10 set. 2023.

HANDS-ON NA ODONTOLOGIA: UMA ABORDAGEM DE APRENDIZAGEM ATIVA NO PROJETO DE EXTENSÃO CETAT (FO-UFPEL)

HENRIQUE FREITAS JALIL¹; BRUNA RODRIGUES RIBEIRO²; ANTHONY MARCOWICH ROCHA³; LUCIANE GEANINI PENA DOS SANTOS⁴; KAUÊ FARIAS COLLARES⁵; CRISTINA BRAGA XAVIER⁶

¹Universidade Federal de Pelotas – henriquejalil@hotmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – brrori@gmail.com

³Universidade Federal de Pelotas – anthonymarcowichrocha@gmail.com

⁴Universidade Federal de Pelotas - geaninipena@gmail.com

⁵Universidade Federal de Pelotas - kauecollares@gmail.com

⁶Universidade Federal de Pelotas - cristinabxavier@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

No texto “A vida digital”, o professor Nicholas Negroponte (1995) propõe idealizarmos que, se um cirurgião do século XIX fosse proposto a um centro cirúrgico atual, ele não conseguiria atuar diante de todos os recursos tecnológicos dispostos e, por vezes, necessários. Entretanto, ainda menciona que, se um professor da mesma época fosse colocado frente a essas tecnologias em uma sala de aula, ele iria ministrar sua aula. Nesse sentido, não estava totalmente equivocado em seu pensamento, visto que diante da geração Y, o docente possui praticamente um dever de sair dos meios tradicionais de ensino, trazendo as tecnologias digitais e as metodologias ativas para apropriar suas aulas em benefício da educação de seus alunos.

Dentre as estratégias empregadas nesse contexto, os simuladores ou “*hands-on*” tem sido usados na área da saúde como meio de motivar, organizar e facilitar o entendimento, sendo mais relevantes que o método passivo de uma aula expositiva (HECKLER; SARAIVA; OLIVEIRA FILHO, 2007). *Hands-on* significa “faça com as mãos”, proporcionando aos estudantes desenvolver habilidade de abordar e resolver desafios práticos, associados ao conhecimento teórico, de sua formação. Essa prática os capacita a se tornarem profissionais independentes e também os estimula a serem participantes ativos e engajados. Uma revisão sistemática, demonstrou que mais de 70% dos estudos incluídos, demonstram que essas ações aumentam habilidades e desempenho em procedimentos médicos comparados a estudos que não utilizaram a mesma tática (LYNAGH; et al.; 2007).

Esse trabalho tem o objetivo de apresentar uma sequência de *hands-on* realizadas dentro da ação de ensino: Reflexões científicas no trauma dentário, vinculada ao projeto de extensão Centro de Estudos, Tratamento e Acompanhamento de Dentes Permanentes (CETAT), trazendo um relato de experiência didático-pedagógica

2. METODOLOGIA

Trata-se de um estudo descritivo, do tipo relato de experiência, realizado com base nas vivências da organização, estruturação e realização de *Hands-on* da ação de ensino: Reflexões científicas no trauma dentário, do projeto CETAT.

Essa ação foi formulada para aprimorar as atividades de extensão e agregar conhecimentos aprofundados sobre trauma dental, para alunos e professores. Tem por objetivo manter a equipe sempre atualizada sobre o tema

traumatismo em dentes permanentes, discutindo as evidências científicas mais atuais na forma de seminários, discussões de casos clínicos, artigos científicos e também na forma dos *hands-on*, temática sobre a qual, pretendemos explorar nesse trabalho.

Os *hands-on* foram realizados, pelo menos, uma vez por mês, com duração aproximada de 2 horas, nos laboratórios clínicos da Faculdade de Odontologia da UFPel (FO-UFPel), objetivando capacitar a equipe a partir das situações clínicas mais rotineiras no serviço. A primeira ação realizada foi um treinamento em “endodontia mecanizada”; a segunda em “esplintagens em dentes traumatizados”, sob a orientação conjunta das áreas de Cirurgia e Ortodontia e as últimas ficaram sob responsabilidade da área de dentística com as a temática “restauração em dentes esplintados” e “reconstruções em dentes traumatizados”. Esses treinamentos foram realizados em manequins odontológicos e dentes naturais do banco de dentes, os quais tiveram preparo prévio de situações que simulavam traumatismos dentários. Foram ministrados pelos professores e orientadores do projeto e a participação de todos os alunos, que realizaram as atividades propostas sob supervisão prática.

Visando apresentar, para além das experiências do aluno, foi aplicado um questionário no Google Formulários composto por 13 questões que variam entre alternativas de múltipla escolha e descritivas, com a finalidade de entender acerca do aproveitamento e novas necessidades do grupo. Todos os alunos que participaram da entrevista concordaram com o uso dos dados para fins acadêmicos, levando em consideração o anonimato das respostas.

Ao final, foram coletados 18 *feedbacks*, que passaram por análise estatística da própria base de aplicação, o que possibilitou explorar de forma descritiva e gráfica os dados, exibindo as percepções individuais.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O projeto CETAT, é pioneiro na atuação frente a casos de traumatismos alveolodentários em dentes permanentes e teve o início de suas atividades no ano de 2004, sendo referência para serviços de emergência, assim como, demais locais de saúde que atendem este tipo de intercorrência. A ênfase principal do projeto é extensão, mas ao longo desses anos, sempre teve práticas de ensino e de pesquisa concomitantes. A partir da inserção dos “projetos unificados” no sistema COBALTO da UFPel, essas práticas vêm sendo separadas, e hoje estão cadastradas como ações de ensino vinculadas ao projeto, permitindo uma melhor organização das atividades e certificação dos participantes. Atualmente, o projeto é composto por 35 extensionistas, sendo 7 professores das diversas áreas da Odontologia e 26 alunos da graduação que estão entre o 2º e 10º semestre.

Pinheiro & Delfino, 2014, trazem em seu estudo que, apesar dos cirurgiões dentistas possuírem um breve conhecimento a respeito dos traumatismos alveolodentários, há uma interferência no diagnóstico e tratamento desses casos. Visando quebrar esse paradigma, o projeto tem oferecido aos extensionistas capacitação para dominar situações rotineiras ao dia-a-dia clínico quando o assunto é o traumatismo alveolodentário, já que durante a atuação clínica no projeto não é possível discutir todas as situações implicadas no tratamento dos casos, com todos os alunos.

As atividades de ensino permitem uma educação continuada nesse tema e melhoria na qualidade do atendimento prestado pelo projeto, sendo todos os tratamentos propostos, baseados nas melhores evidências científicas



publicadas, e permitindo também aprofundar discussões sobre as diversas nuances que envolvem a temática. As práticas clínicas são norteadas pelos protocolos de tratamento produzidos pela *International Association of Dental Trauma* (IADT), que é composta por pesquisadores e estudiosos desta temática do mundo inteiro, e que regularmente publicam atualizações nas diretrizes de tratamento baseada em evidências científicas (LEVIN et al., 2020). Essas diretrizes vêm sendo temática de diversos trabalhos e seminários com os extensionistas, permitindo que eles se apropriem deste conhecimento, tragam suas dúvidas, discutam e proponham novas temáticas de pesquisa para tentar elucidar pontos, até então obscuros, mesmo nesses protocolos.

As atividades clínicas práticas requerem uma habilidade manual e treinamento prévio, pois tratam-se de procedimentos complexos (HOLANDA et al., 2019). Nesse sentido, visando melhorar a qualidade dos procedimentos odontológicos nos pacientes, realizados pelos alunos de graduação, a partir do 6º semestre, e também de diminuir o tempo de consulta, percebeu-se a necessidade de alguns treinamentos práticos laboratoriais. Diante disso, para atender essa demanda, foram realizados nesse ano, até o momento, quatro atividades de *hands-on*, as quais tiveram como objetivo capacitar os alunos para casos de reposicionamento de dentes traumatizados, tratamento endodôntico, assim como, restauração com técnicas diferentes, em situações laboratoriais, similares as que necessitam de resolução clínica. Os treinamentos simulados proporcionam uma oportunidade de troca de experiências entre os participantes e um momento de questionamento mútuo de situações clínicas. Isso permite o controle de variáveis externas, a repetição em caso de falha inicial, a identificação de oportunidades de melhoria e a interação com o instrutor. Além disso, contribuem para que o participante ganhe confiança para situações reais (CURRAN et al., 2007).

O uso de situações simuladas ou simuladores como uma abordagem de ensino é aplicado em uma ampla gama de campos, abrangendo desde indústrias aeroespaciais até organizações militares, empresas comerciais e medicina (ISSENBERG et al., 2001). Entretanto, são escassas as referências quanto a área de Odontologia (LOCATELLI et al., 2018).

Diante disso, foi realizado um questionário a partir do Google Formulários com o objetivo de avaliar as atividades de *hands-on* realizadas durante essa ação de ensino e constatou-se que: as áreas da odontologia nas quais os alunos apontaram mais dificuldade clínica, foram justamente as abordadas nestas capacitações: dentística, endodontia e cirurgia – sendo respectivamente também, os *hands-on* que mais agradaram e representaram maior dificuldade aos alunos, seja por não possuir tanta destreza manual, como pela complexidade dos procedimentos. Em relação ao aproveitamento dos ensinamentos em clínica, 100% dos alunos respondeu de forma positiva, afirmando que os *hands-on* auxiliaram muito no treinamento teórico-prático, permitindo maior confiança na execução dos procedimentos nos pacientes. Outro ponto importante a relatar é que, 25% dos extensionistas, deparou-se com algum caso clínico real que foi ensinado nessas ações, somente durante esse semestre, o que demonstra a importância desse tipo de metodologia. Para além disso, o tempo ministrado para essas aulas mostrou-se satisfatório para 55,6% dos alunos e podendo durar até mais tempo para 27,8%.

Diante da variação da carga horária dos alunos e dos semestres que estão, parte destes não está atuando diretamente nas ações clínicas ainda. Em vista disso, foi possível constatar que os *hands-on* permitiram que esses alunos iniciassem um treinamento prático em áreas que, em breve estarão atuando,

possibilitando um conhecimento prévio que lhes dará maior segurança e permitirá maior destreza manual. Isso também fortaleceu seu vínculo com o projeto.

4. CONCLUSÕES

Foi possível concluir que, apesar das escassas referências sobre o assunto e sua aplicação na área da saúde, os *hands-on* foram extremamente proveitosos para a capacitação da equipe, possibilitando uma troca de experiência muito rica entre todos. Além disso, consolidou-se como uma ferramenta didático pedagógica muito eficiente, já que prepara o aluno de forma prática para situações clínicas e gera um ambiente controlado para intervenção dos professores. Ainda vale ressaltar que, agrega de forma direta e aplicada ao conhecimento teórico muitas vezes adquirido em sala de aula, sendo mais plausível seu entendimento de situações clínicas, com esse tipo de metodologia.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

NEGROPONTE, N. **Being Digital**. Brasil: Companhia das Letras, 1995. 1V

PINHEIRO, S.; DELFINO, C. Conhecimento do cirurgião-dentista sobre trauma dentário. **Revista de Cirurgia e Traumatologia Buco-maxilo-facial, Brasil**, v. 14, n. 1

CURRAN, V. R. et al. Evaluation of the usefulness of simulated clinical examination in family-medicine residency program. **Medical Teacher**, v. 29, n. 4, p. 406–407, maio 2007.

HECKLER, V.; SARAIVA, M. DE F. O.; OLIVEIRA FILHO, K. DE S. Uso de simuladores, imagens e animações como ferramentas auxiliares no ensino/aprendizagem de óptica. **Revista Brasileira de Ensino de Física**, v. 29, p. 267–273, 2007.

HOLANDA, I. C. L. C. D. et al. Desenvolvimento de habilidades na formação de estudantes de Odontologia: a contribuição da Terapia Ocupacional e da Psicologia. **Revista da ABENO**, v. 19, n. 1, p. 40–48, 10 jul. 2019.

ISSENBERG, S. B. et al. Simulation and new learning technologies. **Medical Teacher**, v. 23, n. 1, p. 16–23, jan. 2001.

LEVIN, L. et al. International Association of Dental Traumatology guidelines for the management of traumatic dental injuries: General introduction. **Dental Traumatology**, v. 36, n. 4, p. 309–313, ago. 2020.

LOCATELLI, D. et al. HANDS ON NA ODONTOLOGIA: DEMONSTRAÇÃO E PRÁTICA DE TÉCNICAS DE ENXERTOS GENGIVAIS COM ALUNOS DE GRADUAÇÃO. **Seminário de Iniciação Científica e Seminário Integrado de Ensino, Pesquisa e Extensão (SIEPE)**, 28 ago. 2018.

LYNAGH, M.; BURTON, R.; SANSON-FISHER, R. A systematic review of medical skills laboratory training: where to from here? **Medical Education**, v. 41, n. 9, p. 879–887, set. 2007.

ABORDAGENS PARA O ENSINO DE FÍSICA A ESTUDANTES COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA)

¹ALMIR DA SILVA OLIVEIRA; ²LUIZ FERNANDO MACKEDANZ

¹Universidade Federal do Rio Grande – almir.soliv@gmail.com

²Universidade Federal do Rio Grande – mackedanz@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

A educação inclusiva vem tendo cada vez mais destaque na sociedade contemporânea, buscando assegurar que todos os alunos, independentemente de suas diferenças e necessidades, tenham acesso a uma educação de qualidade. Nesse contexto, uma parcela significativa de alunos que merecem atenção especial são aqueles que estão no espectro do autismo, uma condição neurológica que afeta o desenvolvimento social, comunicativo e comportamental. A inclusão desses alunos no ensino de ciências é um desafio complexo, porém vital, para promover seu desenvolvimento pleno e participação efetiva na sociedade.

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é caracterizado por uma ampla variedade de sintomas e necessidades individuais, o que requer abordagens educacionais adaptadas e percepções às diferenças de cada aluno. Quando se trata do ensino de ciências, essa adaptação se torna ainda mais crucial, uma vez que a área envolve a compreensão de conceitos abstratos, a experimentação prática e a interação com o mundo natural. O desafio é criar ambientes de aprendizagem que sejam acolhedores, estimulantes e eficazes para alunos autistas, permitindo que eles explorem o mundo das ciências de maneira significativa.

A legislação também desempenha um papel fundamental na promoção da inclusão e proteção dos direitos das pessoas com autismo. No contexto brasileiro, a Lei Berenice Piana, oficialmente conhecida como Lei nº 12.764/2012, institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com TEA. Essa legislação representa um marco importante ao reconhecer a importância da inclusão social e educacional das pessoas com autismo. Ela estabelece diretrizes para a implementação de políticas públicas que garantem o acesso a serviços de saúde, educação, trabalho e outros direitos fundamentais, garantindo uma abordagem abrangente e integrada para atender às necessidades dessa população.

No contexto educacional, a Lei Berenice Piana reforça a necessidade de promover a inclusão de alunos autistas em escolas regulares, garantindo-lhes o direito à educação de qualidade e respeitando suas especificidades. Isso implica a criação de ambientes educacionais que consideram as particularidades do autismo, fornecendo apoio pedagógico especializado, adaptação de materiais didáticos e estratégias de ensino diferenciadas. No ensino de ciências, essa adaptação pode envolver a utilização de recursos visuais claros, abordagens práticas concretas, uso de tecnologias assistivas e estratégias de comunicação eficazes.

Em suma, o ensino de ciências para alunos autistas exige uma abordagem inclusiva e sensível às suas necessidades individuais. A legislação, como a Lei Berenice Piana, fornece uma licença importante para a promoção da inclusão e proteção dos direitos dos indivíduos no espectro do autismo. A criação de ambientes educacionais que valorizam a diversidade e defendem suporte adequado não apenas enriquecendo a experiência educacional desses alunos, mas também contribui para seu crescimento pessoal, desenvolvimento.

2. METODOLOGIA

Este trabalho será desenvolvido visando uma análise de artigos publicados sobre o tema, utilizando com fonte de pesquisa o Instituto brasileiro de Informação em Ciências e Tecnologia (IBICT).

Inicialmente será feito uma pesquisa no IBICT sobre o tema, após a pesquisa, será iniciado as filtragens, onde iremos utilizar apenas trabalhos que envolvam ciências da natureza e especialmente a área da física. Trabalhos especificamente das áreas como química, biologia, por exemplo, não serão utilizados.

Como método utilizado para realizar a filtragem principal dos trabalhos, será uma pesquisa descritiva, pois o principal objetivo desta monografia é descrever as formas de se ensinar ciências para alunos com o espectro autista.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A busca por métodos de ensino inclusivos e eficazes para alunos autistas na educação básica tem se tornado uma prioridade na construção de ambientes educacionais mais equitativos. No contexto do ensino de ciências, essa tarefa se torna particularmente estimulante, pois requer a adaptação de abordagens pedagógicas para atender às necessidades dos alunos no espectro do autismo. Nesta seção, discutiremos alguns métodos e estratégias que têm sido empregados com sucesso no ensino de ciências para alunos autistas, considerando a importância da legislação de proteção aos direitos desses alunos, como a Lei Berenice Piana (Lei nº 12.764/2012).

Adaptação de Materiais Didáticos e Ambientes de Aprendizagem:

Uma das abordagens mais fundamentais no ensino de ciências para alunos autistas é a adaptação de materiais didáticos e a criação de ambientes de aprendizagem inclusivos. Isso pode envolver o uso de recursos visuais claros, como imagens, gráficos e diagramas, para auxiliar na compreensão de conceitos abstratos. A organização do espaço físico da sala de aula também desempenha um papel crucial, proporcionando áreas tranquilas para os alunos que presenciaram momentos de pausa ou menor estimulação sensorial.

Abordagens Práticas e Concretas:

Muitos alunos autistas aprendem melhor através de experiências práticas e concretas. No ensino de ciências, isso pode ser alcançado por meio de atividades práticas que envolvem manipulação de objetos, experimentos simples e observação direta. Essas abordagens tangíveis ajudam a conectar conceitos

científicos a experiências do mundo real, tornando o aprendizado mais significativo e envolvente.

Comunicação Acessível:

A comunicação é um aspecto crítico do ensino, especialmente para alunos autistas que podem ter desafios na compreensão e expressão verbal. A utilização de sistemas alternativos de comunicação, como comunicação por imagens ou dispositivos de comunicação assistida, pode facilitar a expressão e compreensão de ideias. Os professores também podem utilizar instruções claras e diretas, minimizando ambiguidades e atraindo possíveis fontes de ansiedade.

Tecnologia Assistiva:

A tecnologia assistiva desempenha um papel cada vez mais importante no ensino de ciências para alunos autistas. Aplicativos educacionais interativos, jogos digitais e recursos multimídia podem ser personalizados para atender às necessidades individuais dos alunos. A tecnologia também pode ser usada para criar rotinas visuais, horários e recursos de suporte que ajudem os alunos a se organizarem e anteciparem mudanças.

Colaboração e Formação de Professores:

A formação adequada de professores desempenha um papel fundamental na implementação de métodos de ensino inclusivos. Professores bem informados sobre o autismo e suas características são capazes de adaptar sua abordagem pedagógica de maneira mais eficaz. A colaboração entre professores regulares e profissionais de apoio, como psicopedagogos e terapeutas, também é essencial para criar um ambiente de apoio e compreensão.

4. CONCLUSÕES

Em conclusão, o ensino de ciências para alunos autistas na educação básica exige flexibilidade flexível e sensível às suas necessidades individuais. A legislação de proteção aos direitos dos alunos autistas, como a Lei Berenice Piana, estabelece um marco legal importante para a promoção da inclusão e acesso à educação. Os métodos discutidos, como adaptação de materiais, abordagens práticas, comunicação acessível, tecnologia assistiva e formação de professores, oferecem uma base sólida para o desenvolvimento de estratégias pedagógicas eficazes. Ao adotar uma abordagem holística e colaborativa, os educadores podem criar ambientes educacionais enriquecedores, onde os alunos autistas tenham a oportunidade de explorar o mundo das ciências de maneira significativa e alcançar todo o seu potencial.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBERINI, K. Y. A escolarização do autista no ensino regular e as práticas pedagógicas. Caderno de Pós-Graduação em Distúrbios do Desenvolvimento, São Paulo, v. 16, n. 1, p. 46-55, 2016.

BRASIL. Decreto N.º 7.611, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Brasília: 2011.

CABRAL, C. S.; MARIN, A. H. Inclusão escolar de crianças com transtorno do espectro autista: uma revisão sistemática da literatura. Educação em Revista, [s. l.], v. 33, e142079, 2017.

A FENADOCE E O DOCE PELOTENSE ENQUANTO MANIFESTAÇÃO CULTURAL TRADICIONAL DO/NO SUL DO BRASIL

Laís Braga Costa¹; Yuri Mateus Godoy Brutti²; Siúza Monteiro Guedes³;
Eliézer Montes Rodrigues⁴; Thiago Silva de Amorim Jesus⁵

¹Universidade Federal de Pelotas – bibliolaisb@gmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – yuri_brutti@hotmail.com

³Universidade Federal do Rio Grande – siuzaguedes@furg.br

⁴Universidade Federal do Rio Grande – eliezerteceventos@furg.br

⁵Universidade Federal de Pelotas – thiago.amorim@ufpel.edu.br

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho foi desenvolvido na disciplina de Antropologia, no Curso de Licenciatura em História à Distância-CLHD, junto ao Instituto de Ciências Humanas (ICH), a partir da proposta de um trabalho teórico-prático de pesquisa etnográfica, em que, a partir de uma manifestação cultural, os estudantes deveriam investigar uma tradição e abordar sua história a partir do relato de pessoas envolvidas.

A manifestação escolhida pelo grupo foi a Feira Nacional do Doce – FENADOCE, que “é um evento gastronômico que evidencia o valor turístico da cidade de Pelotas/RS e promove a cultura doceira dessa localidade para todo o Brasil e exterior”¹. Observa-se o papel dessa feira para a preservação, valorização e disseminação de uma cultura histórica, que perpassa variados momentos e grupos sociais e se perpetua até hoje. O Doce de Pelotas e a Fenadoce fazem parte da história da região, do Estado e do país, extrapolando, inclusive, suas fronteiras.

Durante a Fenadoce, um evento anual realizado com o intuito de promover a cultura doceira, a cidade de Pelotas recebe muitos visitantes e fomenta o turismo e a economia, gerando emprego e renda para a região. A 1ª Fenadoce aconteceu entre os dias 15 e 19 de janeiro de 1986 e foi realizada na área pertencente à Universidade Católica de Pelotas, na Praia do Laranjal, e desenvolvida pela FUNDAPEL com o apoio do Governo do Município. A festa surgiu com o objetivo de divulgar os produtos na área de doces, enlatados e confeitarias da cidade e tendo o propósito de estimular a comercialização destes produtos.

2. METODOLOGIA

O estudo aqui apresentado teve início a partir da disciplina de Antropologia, conforme já mencionado, caracterizando-se pela natureza qualitativa, mediante uma abordagem etnográfica e também bibliográfica. De acordo com Gil (2022, p. 56) a pesquisa qualitativa é mais adequada para estudos de cunho social por seu enfoque interpretativista. Segundo este autor, “o mundo e a sociedade devem ser entendidos segundo a perspectiva daqueles que o vivenciam, o que implica considerar que o objeto de pesquisa é compreendido como sendo construído socialmente”. Conta, ainda, com embasamento metodológico da pesquisa etnográfica, a qual “pode ser realizada onde quer que haja pessoas interagindo em cenários ‘naturalmente’ coletivos”. (Angrosino, 2009, p. 41)

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em 2018, o Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) reconheceu as tradições doceiras de Pelotas e região como Patrimônio Cultural do

1 Fonte: Site do Evento. Disponível em: <https://fenadoce.com.br/>

Brasil e, em 2019, o então governador do Rio Grande do Sul Eduardo Leite, sancionou a lei que declarou a Fenadoce como Patrimônio Histórico-Cultural do RS.

Tendo em vista a formação histórica da região de Pelotas, é possível encontrar a menção à transição da vocação da cidade, passando do sal ao açúcar, uma vez que, no passado, foi muito importante economicamente o charque, e que a partir desse produto iniciou-se a consolidação da cidade de Pelotas como a Terra do Doce. Neste sentido, Gularte (2020, p. 29) explica que:

Pelotas, pouco a pouco, foi ganhando notoriedade pelos seus doces, deixou de ser a terra do sal e passou a ser a terra do açúcar. Nos dias atuais, é reconhecida internacionalmente por ser a Capital do Doce, tendo sua doçaria dividida em duas categorias: os doces finos, esses de tradição majoritariamente portuguesa e conventual, pois usam, basicamente, três ingredientes, açúcar, gemas e amêndoas, e os doces coloniais/doces cristalizados de frutas, onde se utilizam frutas e algumas espécies dos hortigranjeiros, como, por exemplo, abóbora, batata, e açúcar.

Além do acesso facilitado ao açúcar, a influência cultural e étnica de imigrantes europeus trouxe como contribuição para a doçaria da região algumas receitas de doces tanto finos, à base de ovos, quanto coloniais, à base de frutas. Os doces finos eram confeccionados por mulheres africanas que foram escravizadas e contribuíram para a tradição doceira com sua mão de obra e saberes relacionados à gastronomia, articulando-se aos saberes vindos de Portugal.



Figura 1: Doces finos

Fonte: Website do Jornal NH²



Figura 2: Doce colonial

Fonte: Website da Universidade Federal de Pelotas³

Segundo Gularte (2020, *apud* Miguens, 2015, p.73), “(...) para a produção desses doces, juntava-se os saberes trazidos pelas senhoras de origem portuguesa com as habilidades culinárias desenvolvidas pelas mucamas africanas”. Os doces finos, de acordo com Gularte (2020, p. 16), eram “na sua maior parte herança da colonização portuguesa, como os pastéis de santa clara, camafeus e outros.”

Diferentemente dos doces finos, que têm origem na gastronomia da elite pelotense, os doces coloniais possuem uma relação com o contexto rural, pois, a partir da chegada de imigrantes que vieram para o Brasil no final do século XIX,, se popularizou o uso de frutas como base para os doces.

2 Disponível em: https://www.jornalnh.com.br/2018/05/noticias/rio_grande_do_sul/2267872-doces-de-pelotas-viraram-patrimonio-cultural-do-pais.html

3 https://www.google.com/url?sa=i&url=https%3A%2F%2Fwp.ufpel.edu.br%2Fartigos%2F2023%2F03%2F20%2Ffrutas-e-acucar-a-tradicao-dos-doces-coloniais-pelotenses%2F&psig=AOvVaw2fPuWnAPXENDBZYfq_1wjn&ust=1695491630759000&source=images&cd=vfe&opi=89978449&ved=0CBAQjRxqF

Rodrigues (2021, p. 10) também destaca que “O território da Serra dos Tapes, colonizado majoritariamente por grupos de descendência alemã, pomerana, francesa e italiana, contou com uma forte produção doceira à base de frutas e açúcar no século XIX”, corroborando com um espectro ainda mais amplo de influências para a cultura doceira do sul.

A explicação histórica para a diversificada formação étnico-cultural da cidade de Pelotas se dá pela vinda de imigrantes de diferentes nacionalidades para ocupar terras das charqueadas, com vistas à produção agrícola. Neste sentido:

Depois da derrocada do charque, os senhores donos das charqueadas precisaram lotear suas terras e então dá-se início em Pelotas uma forte onda migratória, de pessoas vindas, principalmente, da Europa central. Esses povos começaram a habitar essas terras loteadas dos charqueadores e deram início em Pelotas às chamadas “Colônias”. (GULARTE, 2020, p.16)

Essa atividade agrícola nas colônias contribui para compreender a importante produção de frutas na região de Pelotas. Cabe mencionar que a conservação dessas frutas era prolongada quando utilizadas na confecção de doces, fator que também está relacionado ao desenvolvimento dessa prática entre os produtores rurais colonos pelotenses. De acordo com Krone (2018, p. 30):

Ao longo do tempo esses colonos desenvolveram e aprimoraram o cultivo de frutas como figo, goiaba, laranja, pêssego, uva, entre outras. Essas frutas foram então aproveitadas na elaboração de doces caseiros, impulsionando o surgimento de uma indústria artesanal de produção de doces de frutas. Nessa produção os principais ingredientes são frutas de época, geralmente cozidas apenas com água e açúcar, resultando em geleias, Schmiers, cristalizados, doces em passa, entre outros doces.

Os doces coloniais de fruta são também chamados de doces de tacho, “visto que muitos desses doces são costumeiramente produzidos em tachos de cobre, muitos dos quais foram originalmente trazidos da Europa pelos primeiros imigrantes”, conforme observa Krone (2018, p. 30).

Gularte (2020) menciona que os doces à base de frutas não tem uma origem bem delimitada, já que entre os portugueses também havia o conhecimento sobre esse tipo de doce, porém, não foi tão tradicional entre imigrantes portugueses quanto para os imigrantes europeus de outras nacionalidades. Sobre esse aspecto Krone (2018, p. 31) afirma que “a produção de doces de frutas é uma tradição mantida por famílias rurais da região ao menos desde o século XIX, sendo que a atividade está intimamente associada ao modo de vida e à identidade camponesa dos moradores locais.

Acerca da pesquisa de Cerqueira & Silva (2016), tendo em vista a relação da Fenadoce na consolidação da imagem do doce pelotense como de excelência, Gularte (2020, p. 36) aponta que a partir dos doces coloniais serem levados para fora de Pelotas “as pessoas começaram a dar atenção para Pelotas e para a sua tradição doceira, porém somente aos doces finos.

4. CONCLUSÃO

A partir da pesquisa sobre o doce de Pelotas é possível observar o contexto social, cultural, econômico que possibilitou que atualmente a cidade seja considerada a capital do doce. Contudo, autores como Gularte (2020), Krone (2018) e Rodrigues (2021), apontam uma tendência para a valorização dos doces finos, havendo essa imagem associada à tradição da cidade.

Porém, contrapondo essa representação elitizada do doce pelotense encontram-se dados que apresentam a tradição rural do doce colonial como sendo a real representação da manifestação cultural da cidade, no que tange à doceria. Observa-se isso no recorte apresentado por Gularte *apud* Cerqueira & Silva (2016, p.123)

Os produtores dos doces coloniais defendem a ideia de que os doces de fruta seriam os doces pelotenses por excelência, com destaque para marmelada branca e para a passa de pêssego, pois foram esses os primeiros a serem levados de Pelotas, por não necessitarem de refrigeração.

A abordagem etnográfica leva em consideração as diferentes narrativas e são apresentados outros olhares sobre a sociedade, que contam, inclusive, a história dos vencidos e representam a expressão popular. A história do doce em Pelotas e consequentemente da Fenadoce é uma forma de compreender o contexto local e a memória dessa população.

O estudo possibilitou compreender como o Doce de Pelotas enquanto uma trajetória que envolve pessoas e culturas, e o registro histórico é importante mecanismo de divulgação. A ideia de que o doce colonial foi o primeiro a “sair” de Pelotas e contribuiu para que a cidade tivesse o reconhecimento na área doceira é uma narrativa que conta uma perspectiva não hegemônica, já que é uma tradição popular, onde todos os saberes envolvidos para a consolidação dessa tradição doceira são celebrados e culminam na Fenadoce.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ANGROSINO, Michael. **Etnografia e observação participante**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

GIL, Antonio C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. Grupo GEN, 2022. *E-book*. ISBN 9786559771653. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559771653/>. Acesso em: 12 jun. 2023

GULARTE, Jamile Paes do Amaral. **OS DOCES COLONIAIS DE PELOTAS—UM PATRIMÔNIO DE ORIGENS EUROPEIAS**. 2020. PhD Thesis. Universidade de Coimbra. https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/94621/1/JamileGularte_versao_final.pdf

KRONE, E. Doces da Resistência: A Luta pela Manutenção das Práticas Tradicionais de Produção de Doces Coloniais de Pelotas (RS). **ILUMINURAS**, 2018, v. 20 n., 51, pp. 26-50.

RODRIGUES, Guilherme Rodrigues de. **Se essa rua fosse minha: uma etnografia sobre comida de rua na cidade de Pelotas**. Orientadora: Claudia Turra Magni. Coorientadora: Renata Menasche. 2021. 131f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social com linha de formação em Antropologia Social e Cultural) – Departamento de Antropologia e Arqueologia, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2021

PESSOAS NEGRAS EM POSIÇÃO DE LIDERANÇA: UM DEBATE SOBRE A DESIGUALDADE RACIAL

THAYNÁ SILVA DE OLIVEIRA¹, FRANCINE PINTO DA SILVA JOSEPH²

¹ Universidade Federal de Pelotas – thay.oliver.fafa@gmail.com

² Universidade Federal de Pelotas – francinepinto@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

Observando a paisagem étnico-racial do ambiente acadêmico da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), particularmente do Centro de Ciências Socio-Organizacionais (CCSO), no qual sou aluna negra, do Curso de Administração, notei que a maioria dos (as) docentes do CCSO é constituído por pessoas brancas e que se encontram em espaços laborais imprescindíveis para a formação de novos líderes. Foi então que surgiram algumas questões para refletir sobre o ambiente corporativo e que guiará esse trabalho incipiente: A desigualdade racial tem influência sobre os ambientes corporativos internos? Qual grupo racial está em maior número em posições de liderança no mercado de trabalho, em especial, no ambiente corporativo?

A relevância desse trabalho se dá pela necessidade de uma reflexão acadêmica sobre a presença de pessoas negras em posição de liderança nos ambientes corporativos, tendo em vista que desde o período colonial no Brasil, o “trabalho” para as pessoas negras é marcado por significativas e persistentes lacunas causadas pela técnica de produção econômica que se estruturou a sociedade socialmente, economicamente e racialmente, e que visivelmente se transpassou para o mercado de trabalho no pós-abolição, refletindo na vida laboral das pessoas negras até hoje.

É preciso ressaltar que após a abolição, não houve uma política de proteção social por parte do estado para pensar a colocação das pessoas negras no mercado de trabalho, assim a grande maioria ficou em situação de desemprego, sem acesso à educação, sem moradia e sobrevivendo em condições precárias; como muito bem observa Bento “a pobreza tem cor e não é um processo social recente” (2002). Portanto, as consequências do passado colonial escravagista ainda repercutem, tanto que as pessoas negras seguem compondo os maiores índices de desemprego, tanto que a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua, 2023), aponta a taxa de desocupação para pessoas negras em 11%, enquanto para pessoas brancas ficou em 6,8%.

Essa disparidade em relação ao mercado de trabalho entre pessoas brancas e negras também pode ser observada através dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD-2019), em relação ao salário médio de pessoas negras, que foi 45% menor do que dos brancos. Já no que tange especificamente a posição de liderança, a pesquisa realizada pela Vagas-Empresa de Tecnologia e Plataforma de Carreiras, apontou um descompasso entre pessoas negras que ocupam cargos de liderança sendo somente 0,7%, enquanto em cargos de trabalho operacionais totalizam 47,6% (CUT, 2023).

Portanto, a partir das leituras feitas até o presente momento, esse trabalho tem a finalidade de analisar de modo incipiente a influência da desigualdade racial

na presença de pessoas negras em posições de liderança nos ambientes corporativos.

2. METODOLOGIA

Esse trabalho tem o objetivo de analisar como a desigualdade racial interfere na presença de pessoas negras em posições de liderança nos ambientes corporativos, e para obtermos os resultados, faremos nesse momento uma breve revisão bibliográfica.

A metodologia utilizada para desenvolver o trabalho é de caráter qualitativa, pois de acordo com Oliveira as abordagens qualitativas:

facilitam descrever a complexidade de problemas e hipóteses, bem como analisar a interação entre variáveis, compreender e classificar determinados processos sociais, oferecer contribuições nos processos das mudança, criação ou formação de opiniões de determinados grupos e interpretação das particularidades dos comportamentos ou atitudes dos indivíduos” (1999, p. 117)

O trabalho de pesquisa é descritivo, pois procura apresentar particularidades de uma determinada população e ainda, mostrar as relações entre as variáveis (GIL, 2017). Como a pesquisa está em desenvolvimento, a revisão bibliográfica será mais aprofundada com o andamento da mesma, no qual culminará com o meu Trabalho de Conclusão de Curso em Administração. No entanto, nesse trabalho serão apresentadas as análises da revisão bibliográfica feitas até o presente momento.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para tratar sobre a falta de representatividade das pessoas negras em posição de liderança no país, é necessário reconhecer que o racismo e a desigualdade racial ainda se faz presente em nossa sociedade e permeia toda a estrutura sócio-política e econômica, particularmente no que tange a mobilidade sócio ocupacional.

Assim, é preciso refletir sobre os dados que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas apontam para pensarmos na falta de representatividade de pessoas negras em cargos de liderança nos ambientes corporativos. A título de exemplo, os dados do IBGE (2020) mostraram que mesmo as pessoas negras sendo a maior parte da população brasileira, as mesmas ainda se mantêm com o índice de 70% abaixo da linha da pobreza. Esse ciclo histórico afeta a vida das pessoas negras em todas as áreas, seja no campo social, cultural, econômico, educacional e como estamos tratando aqui, a profissional (Vieira e Silva, 2021).

Importante ressaltar que esses dados demonstram a desigualdade racial e ainda revela, uma estrutura socioeconômica extremamente estratificada em raça/cor e classe, que organiza e reproduz a pobreza vinculada a raça/cor, e assim produzindo ciclos estruturais que impedem pessoas negras de ocuparem posições de liderança nos ambientes corporativos (Abramo, 2006).

Ribeiro (2019) nos convida a pensar também, sobre as políticas de contratação de uma empresa. A autora identifica os mecanismos iniciais da desigualdade no setor corporativo, pois se os requisitos de uma instituição para uma determinada vaga exigir outros idiomas e/ou intercâmbios, sobretudo

exigências que se deslocam da realidade do ensino público e financeiro de famílias de baixa renda do país, o público alvo dessas vagas destina-se a pessoas privilegiadas, em especial, pessoas brancas. Ribeiro ainda salienta que: “esse não é um debate individual, mas estrutural: a posição social do privilégio vem marcada pela violência, pois os homens brancos são maioria nos espaços de poder. Esse não é um lugar natural, foi construído a partir de processos de escravização (RIBEIRO, 2019, p.33-34). Nesse sentido, Ribeiro (2019), descreve que é “importante ter em mente que para pensar em soluções para uma realidade, devemos tirá-la da invisibilidade”.

Bento (2002), destaca que as políticas compensatórias ampliaram os espaços no mercado de trabalho para pessoas negras, no entanto, ela comprova em sua tese que pessoas brancas fazem o uso de maior porcentagem de cotas nessa esfera social, simplesmente pelo privilégio de serem brancas, assim invisibilizar tal privilégio, capacita a segregação causada pela desigualdade racial, além de fomentar esse abismo. Nesse ponto, é preciso destacar o que Ribeiro chama a atenção, pois segunda ela é preciso que pessoas brancas estejam atentas aos seus locais de privilégio, para a partir disso, enxergarem suas responsabilidades sociais contra as injustiças direcionadas a grupos vulneráveis (RIBEIRO, 2019).

De acordo com Passos (2018) o número de pessoas negras em posições de liderança, segue excessivamente menor que o de pessoas brancas. Essa desproporção vai tomando forma de maneira hierárquica, à medida em que os cargos aumentam, seja por questões financeiras ou sociais, distinguindo o lugar do negro e do branco mesmo que ocupem cargos semelhantes.

Vale ressaltar que o Instituto Ethos (2016), foi responsável por enviar 500 tipos de questionários a grandes empresas no Brasil com a finalidade de analisar a intenção de contratação de pessoas negras e demais minorias a cargos de liderança e o resultado obtido foi que 85% das empresas que responderam, afirmaram não incentivar meios que possibilitem a inserção desses grupos em posição de liderança, e para além disso, a qualquer outra posição hierárquica dentro de toda estrutura organizacional.

Portanto, percebe-se, que além das dificuldades ao qual as pessoas negras estão sujeitas no mercado de trabalho, como a falta de oportunidade e que impacta diretamente na sua presença em cargos de liderança, elas ainda precisam lidar com a falta de incentivos e de políticas internas no setor corporativo para que essa realidade não seja retroalimentada

4. CONCLUSÕES

Nesse sentido, o trabalho desenvolvido até o momento demonstrou a necessidade de continuar aprofundando e avançando em pesquisas acadêmicas que visem a superação da desigualdade racial nos ambientes corporativos, especificamente sobre a presença de pessoas negras em posição de liderança, tendo em vista que ainda temos um enorme abismo entre pessoas brancas e negras que ocupam tais posições no mundo corporativo.

Portanto, pensar em políticas que repensem essa realidade mantida pelo ciclo vicioso da desigualdade racial, é imprescindível para rompermos com essa estratificação racial, social e econômica que se perpetua há séculos. Logo, implementar programas e projetos que possam ampliar o acesso de pessoas

negras no mercado de trabalho, sobretudo, em posições de liderança, flexibilizando o setor de exigências na contratação das organizações internas de forma determinada e permanente é uma saída para rompermos com esse ciclo vicioso, ainda que seja um processo longo

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, Laís. Desigualdade de Gênero e Raça no Mercado de Trabalho Brasileiro. **Ciência e Cultura**, vol.58 no.4 São Paulo, 2006.

ACCARINI, Andre. **Racismo estrutural segrega negros no mercado de trabalho**. Disponível em: <https://www.cut.org.br/noticias/racismo-estrutural-segrega-negros-no-mercado-de-trabalho-548e>. Acesso em: 21 set. 2023.

BENTO, Maria. A. S. **Pactos Narcísicos no Racismo**: Branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público, 2002. Tese (Doutorado) - Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. São Paulo. 2002.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2017

MARTINS, T. C. S. **Racismo no mercado de trabalho**: limites à participação dos trabalhadores negros na constituição da “questão social” no Brasil. 2012 Tese (Doutorado em Serviço Social) - Faculdade de Serviço Social. Universidade Federal de Pernambuco. Recife/PE, 2012.

OLIVEIRA, Sílvio Luiz de. Tratado de metodologia científica: projetos de pesquisas. TGI, TCC, Monografias, Dissertações e Teses. 2 ed. São Paulo: Pioneira, 1999.

PASSOS, Carine. **A quase ausência de pessoas negras entre executivo no Brasil**. 2018, vol.49. Monografia – Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro, 2018.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno manual antirracista**. 1º ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. 30-53 p.

VIEIRA, Crístiele.; SILVA, Rodrigo. Desigualdade racial na elite ocupacional brasileira: considerações acerca da discriminação no mercado de trabalho. **Revista da ABET**, vol. 20, n. 1, janeiro a junho de 2021.

PEREIRA, Melany; CHALMES, Paulo Henrique. **Os atravessamentos raciais do mercado de trabalho**. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/humanista/2023/08/24/pessoas-negras-no-mercado-de-trabalho/#:~:text=N%C3%BAmeros,ficou%20em%206%2C8%25..> Acesso em: 21 set. 2023.